

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019



Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Relatório de Atividades
Ano 2019

Vereadores Integrantes:

Lourdes Sprenger (MDB) – Presidente

José Freitas (REPUBLICANOS) – Vice-Presidente

Aldacir Oliboni (PT)

José Freitas (PRB)

Cláudia Araújo (PSD)

Paulo Brum (PTB)

Índice

Apresentação – pg. 06

Resumo de Atividades – pg. 08

HPS: Cosmam constata atraso de pagamento a terceirizados – pg. 09

Cosmam fará audiência pública em 26 de fevereiro – pg. 11

Cosmam define trabalhos do mês de fevereiro – pg. 12

Dmae estima em R\$280 milhões valor para sanar problemas de água no Extremo Sul – pg. 13

Cosmam debate concessão de parques e praças – pg. 16

Cosmam confere retomada de atendimentos no Hospital Beneficência Portuguesa – pg. 18

Vereadores pedem melhorias em posto de saúde da Vila Conceição – pg. 20

Unidade de Saúde na Vila dos Sargentos deve ser concluída em oito meses – pg. 22

Hospital da Restinga gestiona aditivo de até R\$ 800 mil para funcionamento – pg. 24

Secretaria de Saúde apresenta relatório de gestão à Cosmam – pg. 25

Hospital da Brigada amplia leitos por conta de doações – pg. 27

Terceirização no Samu e em laboratórios é debatida pela Cosmam – pg. 29

Moradores pedem fim de alagamentos no Mariante – pg. 32

Situação do viveiro municipal preocupa especialistas e vereadores – pg. 34

Arborização Urbana na Capital enfrenta problemas de manejo e preservação – pg. 36

Cosmam quer acelerar construção de nova UBS do Rubem Berta – pg. 38

Reuniões na Bom Jesus e Lomba debaterão mudanças na gestão de UPAs – pg. 39

Cosmam discute preconceito e desinformação sobre esquizofrenia – pg. 43

Relatório de Gestão da Saúde do 1º quadrimestre é apresentado aos vereadores – pg. 45

Cosmam debate projeto sobre política de sustentabilidade e uso racional de energia – pg. 47

Cosmam discute terceirização do Pronto Atendimento da Bom Jesus – pg. 49

Cosmam realiza seminário "Desastres Ambientais e Reflexos Urbanos" – pg. 51

GT fará proposta para plano de carreira de médicos do Município – pg. 54

Servidores e população são contrários à terceirização no PA Lomba do Pinheiro – pg. 56

Fórum permanente acompanhará concessão do Harmonia – pg. 59

Médicos de Família residentes pedem alteração de lei – pg. 62

Contratos de triagem e reciclagem de lixo são debatidos na Cosmam – pg. 64

Vereadores visitarão famílias a serem reassentadas pela obra da ponte do Guaíba – pg. 67

Cosmam confere estrutura do Hospital Santa Ana – pg. 69

Mina Guaíba deverá ter Audiência Pública conjunta entre legislativos e MP – pg. 71

Atribuições de Agentes Comunitários da Saúde foram debatidas na Cosmam – pg. 74

Vereadores visitam Rua da Represa – pg. 76

Plano Diretor de Porto Alegre deverá focar em uma cidade para as pessoas – pg. 78

Cosmam debate políticas de acessibilidade e inclusão – pg. 80

Comunidade pede melhorias na Barragem Lomba do Sabão – pg. 83

Cosmam solicitará suspensão de decreto sobre plantões na Saúde – pg. 85

Bom Jesus: vereadores pedem que reintegração de posse seja suspensa – pg. 88

Vereadores visitam Arroio Passo da Mangueira – pg. 91

Setembro Amarelo motiva discussão sobre políticas públicas de combate ao suicídio – pg. 93

Divulgação de temas científicos nos ônibus da capital é avaliada pela Cece e Cosmam – pg. 95

Madre Ana oferece apoio para pacientes da Santa Casa de Misericórdia – pg. 97

Câmara busca solução para atendimento à saúde básica na Capital – pg. 99

Relatório de Gestão da Saúde do 2º quadrimestre é apresentado aos vereadores – pg. 102

Cosmam confere situação do Parque Farroupilha – pg. 104

Cosmam discute combate ao câncer de mama – pg. 106

Rede Psoríase pede políticas públicas de diagnóstico e atendimento – pg. 109

Semana Lixo Zero norteia debate da Cosmam sobre redução de resíduos – pg. 111

Cosmam discute novas unidades de saúde para a Capital – pg. 113

Vereadora Lourdes Sprenger é a nova presidente da Cosmam – pg. 116

Projeto criando cargos de agentes comunitários de saúde é debatido na Cosmam – pg. 117

Médicos destacam importância de cuidados com a saúde dos homens – pg. 120

Cosmam pede solução para alagamentos causados por arroio na Hípica – pg. 122

Cosmam faz balanço da Lei das Carroças – pg. 124

Legislativo voltará a ter Frente Parlamentar sobre a Aids em Porto Alegre – pg. 127

Sistema de Atenção à Saúde do Idoso foi tema na Cosmam – pg. 130

Apresentação

O presente relatório de atividades visa demonstrar as ações realizadas pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre no exercício de 2019, em atendimento ao inc. XV, do art. 35 do Regimento Interno (RI) da Câmara de Vereadores.

A Cosmam se constitui como uma das seis comissões permanentes existentes no legislativo municipal, conforme previsão do inc. VI, do artigo 30, do RI, e tem suas funções gerais regradas no artigo 35 e incisos da mesma carta legal que preveem, entre outras, discutir e votar parecer às proposições que lhes forem distribuídas, realizar reuniões com entidades da sociedade civil, bem como audiências públicas; convocar Secretários e dirigentes de órgãos da administração indireta e qualquer servidor público municipal para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições; receber petições, representações ou reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, acompanhar e apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento; exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo; estudar qualquer assunto compreendido na sua esfera através de conferências, exposições, palestras ou seminários; dar pareceres, podendo apresentar substitutivos ou emendas à projetos de lei e elaborar proposições de interesse público solicitadas pela comunidade ou decorrentes de indicação da Câmara.

A sua competência específica está adstrita à temas relacionados ao sistema único de saúde e seguridade social; vigilância sanitária epidemiológica e nutricional; segurança e saúde do trabalhador; saneamento básico; proteção ambiental; controle da poluição ambiental; proteção da vida humana e preservação dos recursos naturais e planejamento e projetos urbanos, forte previsão contida no artigo 40 e incisos do RI.

Nesta esteira a Cosmam buscou em 2019 efetuar sua atuação de maneira responsável atendendo aos anseios da população que buscava no parlamento uma alternativa para a resolução de suas demandas. Tivemos uma agenda cheia e plural, alternando de forma equilibrada a abordagem de assuntos atinentes às áreas ambiental e de saúde através da promoção de diversas visitas a unidades de saúde, onde foi possível verificar *in loco* as condições de trabalho dos servidores, bem como dialogar com as comunidades e encaminhar ao Poder Público solicitações de providências pertinentes, bem como por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, onde foram convidados especialistas e autoridades que auxiliaram num maior entendimento e na construção de soluções para os temas pautados ao longo de 2019.

Igualmente, a Comissão atuou no sentido de fiscalizar as ações públicas da defesa e proteção aos direitos dos animais, tendo em vista a importância de tal tema para as esferas ambiental e de saúde pública da nossa capital.

Por sua vez, a Cosmam encaminhou diversos pedidos de informações e de providências, bem como indicações, a diversos órgãos procurando esclarecer dúvidas e ofertar alternativas.

Cumpramos ressaltar que a Comissão sempre buscou em sua atuação adotar postura colaborativa com as diferentes pastas e entidades que se relacionou, por óbvio sem deixar de lado seu papel fiscalizador e de cobrança por melhores serviços ao cidadão. Cabe aqui um reconhecimento aos gestores públicos e representantes de entidades da sociedade civil que sempre atenderam de forma solícita aos convites e encaminhamentos da Cosmam, auxiliando de forma significativa para que as tarefas tenham sido desenvolvidas com tranquilidade e objetividade.

Por fim, um agradecimento especial aos colegas Vereadores que compõem a Cosmam e tiveram papel fundamental nas discussões que foram travadas, a equipe da comissão que possibilitou todos os instrumentos para o bom andamento dos trabalhos, bem como aos demais Vereadores e todos os servidores da casa que de uma forma ou outra atuaram para que a Cosmam tenha executado da melhor forma possível os objetivos a que se propôs.

Lourdes Sprenger
Vereadora MDB
Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Resumo de Atividades

Reuniões Ordinárias	35
Reuniões Extraordinárias	05
Reuniões Conjuntas	02
Audiências Públicas	03
Seminário	01
Visitadas Externas	12
Pareceres em Projetos de Lei	106
Pedidos de Informação	09
Pedidos de Providência	06
Projetos Indicativos	04
Projeto de Lei	01

HPS: Cosmam constata atraso de pagamento a terceirizados



Vereadores da Cosmam visitam o Hospital de Pronto Socorro para discutir os problemas com o pagamento dos terceirizados. *(Foto: Giulia Secco/CMPA)*

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre esteve no Hospital de Pronto Socorro (HPS), na tarde da quinta-feira (17/1), após receber denúncia de que os funcionários terceirizados da limpeza e portaria não estariam recebendo pagamento por parte da empresa Líder Sul. Esta empresa assumiu o serviço através de um contrato emergencial com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, após o contrato com a empresa anterior ter sido rompido por falta de prestação de contas. Por falta de pagamento, os funcionários estariam fazendo paralisações e suspendendo o serviço de limpeza e assepsia nas salas e leitos.

No encontro, o vereador André Carús (MDB), então presidente da Comissão, disse que a intenção da visita era a de verificar o que vem acontecendo de fato. “Precisamos saber, pois a falta de higienização pode até fechar o HPS”, disse o parlamentar, ressaltando o risco que a população do Estado está correndo.

O grupo foi recebido pela diretora da área médica do HPS, Roberta Rigo Dalcin, que confirmou a possibilidade de fechamento do hospital por falta de higienização. “Se, de fato, continuar a paralisação, podemos até fechar, pois não podemos colocar pessoas em leitos já usados”, disse ela, ressaltando que houve ocasião em que nove leitos ficaram indisponibilizados por falta de assepsia. Ela pediu ainda que, nas licitações para contratação de empresas terceirizadas para limpeza, seja observado o critério técnico e a qualidade. “(A escolha) Não pode ser só pelo menor preço.”

Já Caroline Machado, coordenadora geral administrativa da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), informou que a empresa já está sendo advertida através de multa pela falta de pagamento e descumprimento contratual. “Já estamos com os papéis prontos, e a empresa será multada ainda hoje”, disse ela, comunicando que foi constatado nove dias de atraso.

O funcionário Alex Gribaldi demonstrou, através de extrato bancário, que a empresa vem depositando parcialmente alguns valores desde o início do mês. “Mas não sabemos de fato do que se trata: se vale transporte, alimentação ou salário. O fato é que não estamos recendo na totalidade, o que gera desconfiança.”

No final do encontro, ficou acertado que a comissão vai encaminhar ao prefeito Nelson Marchezan Júnior um pedido de providências solicitando que, nas licitações que envolvam a área da saúde, sejam modificados alguns critérios. “Principalmente que não seja observado apenas o critério do menor preço (do serviço contratado), que pode ser altamente prejudicial, além de garantir a celeridade destes processos, pois não podemos paralisar uma área tão importante como a da saúde”, pediu Carús. Também ficou acertado que os funcionários deverão ser informados quanto ao andamento das negociações.

O encontro contou ainda com a presença do vereador Dr. Thiago Duarte (DEM) e da vereadora Fernando Melchionna (PSOL), além da representante do Conselho Municipal da Saúde (CMS), Rosa Helena Cavalheiro Mendes, e do presidente da Associação dos Servidores do Hospital de Pronto Socorro, Paulo Oliveira.

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8.423).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Cosmam fará audiência pública em 26 de fevereiro



Reunião entre vereadores da COSMAM e Secretário Municipal da Saúde, Pablo Stürmer. (Foto: Tônico Alvares/CMPA)

Em reunião realizada na tarde da quinta-feira (24/1) no salão Adel Carvalho, sede do Legislativo da capital gaúcha, o vereador André Carús (MDB), o então presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e o secretário municipal da pasta, Pablo Stürmer, definiram o dia 26 de fevereiro próximo como data para a realização da Audiência Pública em que será feita a apresentação e a análise do balanço de atividades do quadrimestre final das ações da Saúde em 2018. O encontro contou com a presença do vereador Nelcir Tessaro (DEM), que assume vaga na Cosmam em substituição ao deputado eleito Dr. Thiago Duarte, e do adjunto da Saúde, Natan Katz.

Carús aproveitou para cobrar de Stürmer a implantação da sua lei que obriga as unidades de saúde a disporem diariamente aos usuários do sistema os serviços e os profissionais que estarão disponíveis ao atendimento. “Isso evita filas e esperas desnecessárias”, garantiu. De acordo com o secretário, a medida está em fase de implantação, com o estudo da metodologia unificada para que, de forma simples e objetiva, seja cumprida.

Carús informou a Stürmer que no dia 5 de fevereiro, data da primeira reunião ordinária da Cosmam, pretende iniciar a elaboração de um calendário das visitas dos vereadores às unidades de saúde. “Nosso objetivo é realizar uma fiscalização propositiva, avaliar e sugerir ações que possam melhorar as condições de atendimento à população”, destacou Carús.

Texto: Milton Gerson (reg. prof. 6539).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Cosmam define trabalhos do mês de fevereiro



Reunião de abertura dos trabalhos. Na foto, os vereadores: Paulo Brum, Nalcir Tessaro, André Carús e José Freitas. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na terça-feira (5/2) para sua primeira reunião ordinária do ano. Já no início dos trabalhos, os parlamentares elegeram o vereador José Freitas (PRB) para a vice-presidência da comissão, que tinha como então presidente o vereador André Carús (MDB). Além deles, os vereadores Nalcir Tessaro (DEM), Paulo Brum (PTB), Hamilton Sossmeier (PSC) e Aldacir Oliboni (PT) integram a equipe.

Carús lembrou que no período de recesso legislativo foi feita uma visita ao Hospital de Pronto Socorro (HPS). “Fomos ao local com o intuito de verificar problemas com a falta de higienização e de funcionários na portaria. Como resultado, encaminhamos pedido de providências para a prefeitura para a contratação regular desses serviços”, disse.

O vereador também adiantou as agendas previstas para o mês de fevereiro. “No dia 12 deste mês vamos abordar falta de água em Porto Alegre e as questões relativas ao DMAE. Já no dia 19 de fevereiro, por solicitação do Executivo, falaremos sobre o projeto de lei de concessão das praças e parques da cidade e no dia 26 a Secretaria Municipal de Saúde fará a apresentação do relatório da gestão durante o último quadrimestre de 2018”, destacou.

Pautas que devem ser debatidas nos próximos meses também foram trazidas, como a sugestão de que, em maio, mês no qual se integra a semana da pessoa com esquizofrenia, se faça uma reunião sobre o assunto. O Conselho Municipal de Saúde também sugeriu um debate sobre a terceirização do SAMU, a assistência laboratorial municipal e contratação das atividades-meio pela prefeitura (portaria, limpeza e segurança).

Tessaro propôs visitas ao hospital da Restinga e ao Beneficência Portuguesa e um pedido de informações ao Executivo para saber como está a

parte estrutural do Hospital Parque Belém. José Freitas deseja debater a situação da UPF Vila dos Sargentos, alvo de violência. Por fim, o vereador André Carús informou que estará em Brasília nos dias 13 e 14. “Tenho agendas marcadas nos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Cidadania. Os colegas que tiverem demandas sobre essas áreas, podem me alcançar”.

Texto: Lisie Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Dmae estima em R\$280 milhões valor para sanar problemas de água no Extremo Sul



Vereadores ouviram Dmae e comunidades sobre a falta de água no sul da capital. (Foto: Elson Sempé Pedrosa/CMPA)

“O valor de R\$ 280 milhões é a soma estimada para solucionar os problemas da falta de abastecimento de água nas regiões leste e extremo sul da cidade”, disse o engenheiro Darcy Nunes dos Santos, presidente do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae). A declaração foi feita durante reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre, que ocorreu na terça-feira (12/2) e tratou da questão da falta de água em algumas regiões da capital.

De acordo com Darcy, desde 2013 foram verificados problemas na qualidade da água da barragem da Lomba. A indicação foi desativar o local devido ao difícil tratamento. “O fato é que não há recurso para cobrir todos os investimentos. O montante total necessário para solucionar os problemas diagnosticados pelo Dmae chegam a cifra de R\$ 440 milhões de investimentos

para sistema de água no prazo de 3 anos. Não temos recursos próprios para arcar com isso, por essa razão estamos buscando financiamento”, explicou.

O engenheiro ressaltou ainda que no primeiro semestre desse ano há uma previsão de se conseguir pouco mais da metade desse valor. “Há um foco específico para a região, mas temos que considerar que há uma expansão muito grande da ocupação da Lomba, por exemplo, e a nossa infraestrutura não tem conseguido acompanhar”, afirmou.

Defensoria

Regina Borges de Medeiros, representante da Defensoria Pública, destacou que o órgão reuniu todos os núcleos que têm uma atuação direta na questão da água. “Chegamos ao consenso de que os caminhões pipa deveriam estar presentes em horários compatíveis com a presença dos moradores. Além disso, ficou acordado que a conta de água não seria cobrada na sua integralidade”. Regina explicou igualmente que as faturas serão adequadas ao critério de justiça e as pessoas vão pagar pelo que usaram. “Até o dia 27 de fevereiro o Dmae apresentará o estudo de recálculo das contas. A defensoria Pública é uma porta aberta que tentou extrajudicialmente uma solução mais rápida possível”, concluiu.

Vereadores

O vereador André Carus (MDB) disse que a água não pode ser atribuição deste ou daquele governo. “A reunião de hoje é uma oportunidade de nós ouvirmos o Dmae”. O vereador Aldacir Oliboni (PT) destacou que 20 comunidades sofrem com a falta de água. “O Dmae arrecada R\$ 636 milhões com as taxas de água, e esses problemas demonstram o sucateamento do órgão, por isso estou entrando com um pedido de uma comissão especial e uma frente parlamentar em defesa do acesso à água, pois a água é vida”, afirmou.

O vereador Mauro Zacher (PDT), autor do projeto que criou a Frente Parlamentar em defesa do Dmae, disse não aceitar a desculpa dos investimentos: “Ingressamos com uma liminar que obriga o Município a reestabelecer água para essa comunidade sob pena de multa”, ressaltou. Já o vereador José Freitas (PRB) disse que o governo tem que priorizar essa questão. “Acredito que se tiver boa vontade, dentro de um ano se poderá normalizar essa situação”.

O vereador Cláudio Conceição (DEM) contou que durante três dias e três noites foi na Lomba e sentiu na pele a falta de água na região. “Entendo que juntos podemos acelerar. Ontem aprovamos a lei sobre a transparência do IPTU, precisamos viabilizar dos investimentos, em relação ao saneamento tendo em vista que é um problema recorrente de vários governos”, ponderou.

“Isso que está acontecendo é uma desumanização, viver sem água é uma barbárie, isso é uma violência”, disse a vereadora Karen Santos (PSol). O vereador Roberto Robaina (PSol) destacou que o nível de dramaticidade da

falta de água atualmente é muito pior do que antes. “Sem água a vida não tem como seguir. O Dmae está sendo desmontado. Proponho o Dia de Luta da Água”.

O vereador Nelsir Tessaro (DEM) considera que a falta de água é um dos maiores sofrimentos que ser humano pode ter: “Tem que se fazer um estudo completo de fugas de água e loteamentos irregulares”, afirmou. O líder do governo, vereador Mauro Pinheiro (Rede) ressaltou não ser esta uma disputa política. “O que está faltando é investimentos. Em 2019 estão previstos mais de R\$ 40 milhões de investimentos com recursos próprios no Dmae. Precisamos aprovar leis estruturantes, e no caso do Departamento parcerias público-privadas vão garantir água nas casas”, finalizou.

Comunidade

Grande parte do público presente na reunião da Cosmam pode se manifestar sobre a situação das comunidades atingidas pela falta de água. Snar Borges, da Associação da Lomba do Pinheiro defendeu que a água é um bem público. “Não deveria nem ser cobrada. Nos últimos anos tem piorado o serviço do Dmae, a cobrança vem com um serviço ruim. Queremos a ativação de todos os reservatórios de água que estão sem uso e lutamos pela isenção do pagamento de água até que a situação esteja regularizada. Como a prefeitura permite a construção de condomínios na Lomba se não tem água”, questionou.

A ex-vereadora Marisela Maffei afirmou que as necessidades das pessoas não têm protocolo. “Estamos desesperados”. Já Rosa Helena, representante do Conselho de Saúde do bairro Partenon lembrou que há muitas pessoas deficientes e crianças no bairro. “Temos que tomar consciência que esse problema vem de 10 anos para cá”.

O diretor-geral do Sindicato dos Municipários, Jonas Reis, declarou que desde 2017 tem denunciado o sucateamento do Dmae. “É um alerta geral a toda a população, vai colapsar o sistema. É necessário destravar as licitações e aumentar as equipes de rua das distritais, pois o serviço de água e esgoto é questão de saúde pública”, alertou. Alexandre Dias, coordenador sindical do Dmae afirmou que há mais de dois anos denuncia que essa situação pode ocorrer. “A contratação de servidores é urgente. Há alternativas, mas tem que ter atitudes”, concluiu.

Encaminhamentos

Ao final do encontro ficou estabelecido que a comissão realizaria um novo encontro para averiguar os avanços nas tratativas. Os vereadores também se comprometeram em buscar apoios dos parlamentares de diferentes partidos em Brasília.

Texto: Lisie Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam debate concessão de parques e praças



(Foto: Bernardo Speck/CMPA)

Na reunião que tratou da concessão de parques e praças em Porto Alegre à iniciativa privada, realizada na manhã da terça-feira (19/2) na Câmara Municipal de Porto Alegre, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), o secretário municipal de Parcerias Estratégicas, Bruno Vanuzzi, explanou sobre o projeto de Lei do Executivo que está em tramitação na Casa. Segundo ele, o projeto, por ser bastante inovador, é de difícil compreensão da população. “Por isso, defendo que seja mais debatido”, disse ele.

Vanuzzi falou que Porto Alegre vive um momento de crise financeira aguda, mas defendeu que isso não pode servir como desculpa para que a Cidade seja abandonada. “Precisamos de alternativas e, hoje, a principal forma de amenizar são as parcerias com a iniciativa privada”, considerou o secretário. Citou como exemplos positivos de parcerias a Free Way e o Aeroporto Internacional Salgado Filho. “No Aeroporto, temos hoje uma empresa construindo um terminal em tempo recorde, e a Free Way teve várias pistas ampliadas”.

Vanuzzi ressaltou ainda que a mola inicial do projeto contempla necessidades do novo momento que Porto Alegre vive. “A Orla recuperou a autoestima dos gaúchos.” Quanto a questionamentos sobre taxas a serem cobradas da população que frequentará os espaços, o secretário disse que não vê ilegalidade na proposta. “Na Redenção, temos hoje cobrança no uso dos pedalinhos, no parque infantil e nas bicicletas. Nada mais justo, para quem vai proporcionar benfeitorias, que tenha lucro”, defendeu Vanuzzi, ressaltando que parcerias semelhantes já existem na Cidade. “Estamos propondo uma coisa que, de certa forma, já existe, mas agora com mais garantias para a Gestão Pública”. O secretário disse ainda que não há o que temer em relação ao projeto. “Só vão fazer o que a prefeitura determinar e ficar acordado no contrato”, disse ele,

ênfatizando que no plano de exploraçãõ estão previstas severas penalizações em caso de descumprimento.

Dificuldades financeiras

O vereador André Carús (MDB) disse que Porto Alegre tem hoje 637 praças e nove parques e que o momento atual é de compreensãõ da dificuldade financeira do município. "Precisamos conduzir essa compreensãõ para um entendimento mais realista e fazer com que os espaços púbclicos sejam atrativos." O vereador defendeu a discussãõ com a populaçãõ para saber quais investimentos devem ser feitos nos espaços. "Precisamos saber se querem academias ou postos policiais, por exemplo." O vereador Aldacir Oliboni (PT) questionou em relaçãõ ao tempo de concessãõ previsto na proposta. "Acho que 35 anos é muito longo", disse o parlamentar. Ele também perguntou se as áreas verdes serão mantidas.

Já José Freitas (PRB) perguntou como ficam as áreas já adotadas. "O projeto não esclarece sobre este ponto", disse o parlamentar também defendendo um debate mais amplo. Nelcir Tessaro (DEM) sugeriu que seja feita uma "concessãõ casada" para quem adotar os espaços. "Quem pegar os melhores e maiores, em contrapartida, deverá adotar outros nas periferias da Cidade."

No final do encontro, ficou acertada a realizaçãõ de uma audiênciã pública e uma consulta virtual à populaçãõ sobre a possibilidade de concessãõ das áreas púbclicas. "Vamos ampliar este entendimento com o convite para que o secretário Vanuzzi venha novamente à Casa para ampliarmos essa discussãõ", encerrou Carús. Também compareceram à reuniãõ os vereadores Paulo Brum (PTB) e Hamilton Sossmeier (PSC) e representantes da Secretaria Municipal de Projetos Estratégicos, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams), da Coordenadoriã de Áreas Verdes do Município de Porto Alegre, do Grupo Hospital Conceiçãõ (GHC), Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb) e do Conselho dos Usuários do Parque Farroupilha.

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8.423).

Ediçãõ: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Cosmam confere retomada de atendimentos no Hospital Beneficência Portuguesa



Visita ao Hospital Beneficência Portuguesa. Na foto, os vereadores Nelcir Tessaro, André Carús e Hamilton Sossmeier se reúnem com o representante da SMS, Marcos Slompo. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre visitou na manhã da sexta-feira (22/2) o Hospital Beneficência Portuguesa, localizado na Avenida Independência, no Centro Histórico de Porto Alegre. De acordo com o vereador André Carús (MDB), a visita teve por objetivo conferir as reformas feitas na unidade de saúde e a retomada dos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), através de convênio com a Prefeitura de Porto Alegre. Os atendimentos foram suspensos em 2018 e, após passar por crise financeira, o hospital passou a ser administrado pela Associação Beneficente São Miguel (ABSM). “Estamos cumprindo nosso papel de fiscalização e esta gestão está de parabéns pelos resultados que vimos aqui hoje”, disse o parlamentar.

A unidade de saúde firmou um convênio com a Prefeitura da Capital e há sete dias passou a atender pelo SUS como forma de pagamento de uma dívida de mais de R\$ 9,2 milhões da instituição com o município. De acordo com Marcos Slompo, do setor de contratos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a expectativa é que sejam oferecidos em torno de 5,6 mil procedimentos mês como forma de pagamento. “A previsão é descontar R\$ 128 mil mês do valor da dívida, o que dá em torno de seis anos sem cobrar nada do SUS para compensar recursos pagos no passado por serviços prestados”, disse Slompo.

O hospital tem 80 leitos disponíveis e, desses, somente cinco estão ocupados. O Beneficência presta atendimento pelo SUS na área dermatológica, retiradas de nervos, lipomas, pequenos procedimentos cirúrgicos de pele e serviços em urologia.

Na oportunidade, os vereadores foram recebidos pela administradora do hospital, Melissa Fuhrmeister, que ressaltou a importância da divulgação da disponibilidade de atendimento. “É bom que as pessoas saibam que o hospital tem atendimento 24 horas através de convênios também”, disse ela, citando alguns como Unimed, IPE, Cassi e Amil. A gestora comunicou ainda que o laboratório do hospital tem capacidade para realizar 18 mil exames/mês. Melissa disse ainda que está em andamento a previsão de um convênio com a Rede de Franquias de Tratamento Integral de Feridas Cicatrimed. “Seremos pioneiros em Porto Alegre”, comemorou ela.

No encontro, o vereador Nelcir Tessaro (DEM) sugeriu que a Prefeitura firme um outro convênio paralelo com o hospital no atendimento de oftalmologia. “Hoje temos em torno de 12,5 mil consultas represadas pelo SUS. Serviria também como forma de agilizar o pagamento da dívida”, ressaltou Tessaro.

O vereador Hamilton Sossmeier (PSC) também acompanhou a visita. “Temos que divulgar, pois é importante que a população saiba que dispõe de mais um hospital”, disse ele.

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8423).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Vereadores pedem melhorias em posto de saúde da Vila Conceição



Visita à Unidade de Saúde Marcelo Martins Moreira, na Vila Maria da Conceição. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Vereadores da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizaram visita na manhã da quinta-feira (7/3) na Unidade de Saúde da Vila Maria da Conceição – Marcelo Martins Moreira, que fica na zona leste da capital. O objetivo foi verificar as instalações da unidade, que estão sem manutenção e ainda sofrem com a falta de água e de servidores.

Conforme a coordenadora do local, enfermeira Isabel Cristina Hentges, falta manutenção de equipamentos e de móveis, o que dificulta a execução do trabalho dos servidores. “Temos uma cadeira odontológica que precisa de reparo há quatro meses, além de cadeiras estragadas e da bancada da recepção da unidade”, explica. A servidora informou ainda que são atendidas cerca de 12 mil pessoas por mês na Unidade Vila Maria da Conceição e a equipe de Saúde da Família é composta por três médicos e quatro enfermeiros. “Existe uma deficiência de médicos e de técnicos de enfermagem, e isso prejudica ainda mais o andamento dos atendimentos. Na unidade existe uma sala de vacina, sala de medicamentos, de curativos e de acolhimento, mas a falta de servidores ainda é nossa principal necessidade”.

Outra questão fundamental que foi abordada pela coordenadora é a falta de água, que é recorrente na região. A unidade possui um reservatório, porém ocorrem vazamentos e a manutenção, que é terceirizada, é ineficiente. “A empresa contratada pelo Executivo não cumpre os prazos de atendimento e não resolve as questões de vazamento do nosso reservatório. Também existe uma câmara fria que serve para resfriar as vacinas mas que, no momento, não funciona”.

Executivo

A gerente distrital de saúde Partenon e Lomba do Pinheiro, Cristiane Jovita, destacou que a unidade foi reformada em junho de 2018 e já melhorou muito sua estrutura. Com relação à falta de água, a gerente diz que essa questão foi encaminhada para o setor de engenharia e que será enviado um reservatório de 500 litros para suprir a necessidade da unidade de saúde. Sobre a câmara fria, está buscando resolver com a empresa contratada para que realize a manutenção do equipamento o quanto antes. “Essa unidade já enfrentou dificuldades maiores, com a questão da violência no local e com a falta de estrutura na área da saúde para atender a população”. Sobre a falta de médicos e enfermeiros, lamentou e disse que isso perpassa por uma dificuldade que o Executivo enfrenta com a falta de recursos para contratação de novos servidores.

Comissão

O vereador André Carús (MDB), e o vereador Aldacir Oliboni (PT) encaminharão um pedido de providência ao Executivo elencando todas as necessidades relatadas pela unidade de saúde e prometeram retornar no local para fiscalizar o retorno da demanda. “Esses pontos vamos encaminhar à prefeitura e vamos buscar respostas para que a comunidade não seja a principal prejudicada”, conclui Carús.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Unidade de Saúde na Vila dos Sargentos deve ser concluída em oito meses



Diretor de atenção primária de saúde da prefeitura, Tiago Frank, participou da reunião. (Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

O anúncio do início das obras da Unidade Básica de Saúde da Vila dos Sargentos, localizada no bairro Serraria, na zona sul de Porto Alegre, foi feito durante a reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal da capital na manhã da terça-feira (12/03), pelo diretor de atenção primária de saúde da prefeitura, médico Tiago Frank.

De acordo com Frank, as obras da nova unidade iniciaram no dia 6 de fevereiro e a previsão é de que em oito meses estejam concluídas. “Nesse espaço estará presente uma equipe completa composta por dois médicos, dois enfermeiros, três técnicos de enfermagem e sete agentes comunitários de saúde”, explicou. O médico ainda informou que o local, com cerca de 309m², terá o custo de R\$ 1,35 milhão, contará com consultório odontológico e acessibilidade.

“O fechamento da unidade ocorreu em julho de 2017 e desde então a comunidade vinha sendo atendida da Unidade de Saúde Guarujá. Sempre tivemos dificuldades de alocar profissionais lá, especialmente pela questão da insegurança. Essa é uma luta da comunidade de mais de 15 anos, e o terreno onde está sendo construída a obra é um local escolhido pela comunidade”, declarou Frank. Ele concluiu destacando que a partir do dia 18 de março uma unidade móvel de saúde estará disponível todas as segundas-feiras durante todo o dia para suprir parte da demanda local.

Comunidade

José Paulo Barros, presidente da Associação de Amigos do Guarujá, parabenizou Tiago Frank pela explanação. “Realmente está se iniciando a concretização de um sonho para cidadãos que são tão sofridos e padecem com a ausência de serviços básicos, inclusive com os alagamentos recorrentes da região, que dificultam o acesso”, disse. Agradecido em nome da comunidade do Guarujá, Carlos Eloí Ribeiro, que é presidente da Associação Jardim das Oliveiras, disse estar muito feliz. “Tenho acompanhando a obra, tem gente trabalhando lá”, afirmou, reiterando os problemas com vazão de água e os alagamentos.

O vice-presidente do Sindisaude, Júlio Appel, disse estar receoso com a contratação de profissionais no posto, bem como com a violência. “Os agentes vão a campo, lá a situação foi de risco de vida”, ressaltou. Já Marizur Jung, técnica de enfermagem e delegada sindical, reclamou da falta de condições para um bom trabalho. “Não temos o apoio da gestão. Não é problema de pessoal, mas falta de manutenção dos aparelhos”.

Vereadores

Proponente da reunião, o vereador José Freitas (PRB) afirmou que quando foi provocado para marcar essa reunião a obra estava parada. “É importante acompanharmos o cronograma das obras, trata-se de um local retirado e carente”, disse, salientando que além desse local, outros bairros em Porto Alegre também necessitam atenção. O vereador Odacir Oliboni (PT) reconheceu que a nova unidade é um feito importante, mas pediu que se ampliem os profissionais. “Quem conhece a Vila dos Sargentos sabe a dura realidade dos moradores que lá vivem, especialmente pelo tráfico de drogas. Além da saúde, é necessário oferecer segurança para a população, mas também para os trabalhadores”, declarou.

Encaminhamentos

O vereador André Carús (MDB) afirmou que atrelado ao bom funcionamento do posto, e que influencia o acesso dos usuários, está a drenagem no Morro dos Sargentos. “Por isso, vamos marcar uma visita com representantes da comunidade e órgãos correspondentes para verificar as questões de saneamento e ambiental, vamos ajustar as datas”, adiantou. Carús informou ainda que na quinta-feira (14/3), por solicitação do vereador Nelcir Tessaro (DEM), a comissão fará uma visita ao Hospital da Restinga para ver como está o atendimento. “E na terça-feira (19/3), às 10h, o secretário de Saúde do município fará a divulgação do relatório quadrimestral da saúde”, finalizou.

Texto: Lisie Venegas (reg.prof.13.688).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Hospital da Restinga gestiona aditivo de até R\$ 800 mil para funcionamento



Sala de atendimento pediátrico no hospital. (Foto: Candace Bauer/CMPA)

O então presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal, vereador André Carús (MDB), acompanhado do vereador Nelcir Tessaro (DEM), visitou o Hospital Restinga Extremo Sul, no bairro Restinga, na quinta-feira (14/3). Do diretor-geral da instituição, Paulo Fernando Scolari, eles ouviram a reivindicação de que, para operar o hospital, futuramente, será necessário um termo aditivo de R\$ 500 mil a R\$ 800 mil/mês.

Segundo o gestor, o hospital recebe R\$ 1,5 milhão por mês, mesmo valor pago pela administração passada, quando a instituição estava a cargo do Grupo do Hospital Moinhos de Vento. Entretanto, como ele afirmou, todos os índices de operação do hospital, desde que a Associação Hospital Vila Nova assumiu a operação, são incomparavelmente superiores.

Scolari ponderou que o Moinhos operacionalizou uma UPA e que os atuais gestores, com a mesma verba, fizeram do Restinga um verdadeiro hospital. No local atualmente estão sendo atendidos traumatismos, especialidades médicas como infectologia, urologia - inclusive cirúrgica -, cirurgias de média e alta complexidade com equipes do Moinhos de Vento, Hospital das Clínicas e do HPS.

Também foram colocados 110 leitos em funcionamento, dez em UTI e mais dez em pediatria, totalizando 121 vagas hospitalares. Há ainda um laboratório de análises clínicas que não existia, onde a média de espera para atendimento caiu a duas horas. Na gestão passada, comparou ainda Scolari, um paciente aguardava até dois dias na fila. "Nunca fechamos nem precisamos

restringir atendimento”, assinalou o gestor. O número total de atendimentos é de dez mil pacientes por mês.

Ainda conforme disse Scolari, o principal gargalo do orçamento é a conta da CEEE que fica em média em R\$ 300 mil/mês, deixando a instituição com apenas R\$ 1,2 milhão/mês para a atividade fim. Ele anunciou que, entre as dificuldades existentes, depois de cinco anos em funcionamento, há a manutenção predial. Ele salientou ainda que pretende anunciar, nos próximos meses, uma modelagem de recursos de R\$ 2 milhões para ativar a maternidade, a qual está com as dependências concluídas, porém ainda não recebeu equipamentos. “Isto não quer dizer que não ocorram partos aqui porque são frequentes”, emendou o diretor técnico do Restinga Extremo Sul Carlos Casartelli, que também acompanhou a visita dos vereadores.

Texto: Fernando Cibelli de Castro (reg. prof. 6881).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Secretaria de Saúde apresenta relatório de gestão à Cosmam



Secretário Stürmer citou avanços conquistados pela pasta no trimestre. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A apresentação do Relatório de Gestão de Saúde do 3º quadrimestre de 2018, pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), foi realizada na manhã da terça-feira (19/3), no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre. O secretário municipal de Saúde, Pablo Stürmer, foi o responsável

pela condução dos trabalhos por parte da SMS, que ocorreu durante a reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) do Legislativo da Capital.

Em sua primeira apresentação do relatório, como secretário da pasta, Stürmer ressaltou que no último quadrimestre de 2018, destacam-se ações importantes. “Realizamos a entrega de nova Unidade Móvel de Saúde para a população; o Hospital Restinga Extremo-Sul passou a operar com capacidade total; foram nomeados mais de 40 novos profissionais para o HPS; e houve o aumento dos atendimentos de ortopedia com a redução de 50% da lista de espera”.

Stürmer igualmente lembrou que no período também foi inaugurado o Hospital Santa Ana com 205 novos leitos; ampliou-se o número de partos no HMIPV; foi controlado o surto de sarampo e foi feita inauguração do CAPs IV Centro de Atenção Psicossocial (24h). Ele informou ainda que a fila para a realização de mamografia esta zerada em Porto Alegre.

Algumas economias realizadas pela secretaria foram também citadas, como a implantação do sistema DIS/Procempa nas Unidades de Saúde, que colaborou para a diminuição das perdas de medicamentos gerando uma economia de R\$ 457.782,66 à SMS com a realocação dos medicamentos em locais de maior fluxo de atendimento. “O Sistema de Dispensação de Medicamentos nas Unidades de Saúde teve o objetivo de monitorar e rastrear a entrega de medicamentos. Hoje, os estoques são acompanhados em tempo real, com pedidos padronizados por critérios populacionais e média de consumo”, explicou o secretário.

Defensoria

Os resultados práticos da apresentação feita pelo secretário municipal de saúde, foram destacadas pela defensora pública, Regina Borges de Medeiros. “Tudo que foi relatado, nós constatamos na prática. Acredito que o ponto alto da atual gestão é a facilidade de diálogo como a questão da saúde mental por exemplo, em que atingimos a redução da ordem de 70% na internação compulsória”, disse. Regina também elogiou a o gerenciamento dos medicamentos, com a economia de quase meio milhão de reais e que possibilitou a inclusão de 29 novos remédios na lista oferecida, bem como a inexistência de fila para o exame de mamografia.

Cosmam

O presidente da Comissão, vereador André Carus (MDB) afirmou que a Cosmam tem conseguido manter com a secretaria um diálogo muito importante. “Nas ações de fiscalização, que temos como prerrogativas na condição de vereadores, estamos alcançando resultados positivos”, agradeceu. Também participaram da reunião os vereadores José Freitas (PRB), Nelcir Tessaro (DEM) e Hamilton Sossmeir (PSC), Mauro Pinheiro (REDE) e Valter Nagelstein (MDB).

Texto: Lisie Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Hospital da Brigada amplia leitos por conta de doações



Major Jader Sequeira de Pessoa Filho explicou reformas aos vereadores Hamilton Sossmeier (e) e André Carús (c). (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Inaugurado em 1970, o Hospital da Brigada Militar em Porto Alegre, localizado na zona sul da cidade, – existe um segundo em Santa Maria – recebeu um choque de gestão pilotada pelo diretor geral da instituição, major Jader Sequeira de Pessoa Filho. Essa foi a constatação do então presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), vereador André Carús (MDB), e do também vereador Hamilton Sossmeier (PSC). Eles visitaram a unidade hospitalar na quinta-feira (21/3).

Sequeira revela que as reformas ocorrem, principalmente, por doações de empresários e de fornecedores. Um dos principais filantropos do Hospital da Brigada Militar é o capitão do tetra e ex-técnico da seleção brasileira, Dunga. Ele costuma abastecer a unidade com remédios e outros insumos, além de procurar outros empresários interessados em doar recursos.

“Toda a família brigadiana é atendida aqui. Mas atendemos a Polícia Civil e servidores civis do IPE Saúde”, sublinhou major Sequeira. Ele disse que a unidade é a única no Estado com aparato de segurança e recursos de alta complexidade para atender e proteger policiais baleados, justamente por funcionar como uma espécie de hospital com estrutura de unidade policial. Com mil profissionais, o hospital da Brigada atende uma média de três mil pacientes/mês somente na emergência.

Recuperar a estrutura e reativar todos os 194 leitos é a principal meta de Sequeira. Atualmente, vários setores passam por melhorias. Em abril, estarão prontos seis novos leitos de internação eletiva e mais seis de psiquiatria, especialidade muito demandada por policiais, por conta da pressão psicológica intrínseca à prática profissional. Atualmente, são 55 leitos para internações regulares, 45 em recuperação, 14 da emergência que já foram reativados e seis leitos de UTI também revitalizados.

Com as doações de um empresário do ramo farmacêutico de São Paulo, o Hospital da Brigada receberá, até o final do ano, um centro cirúrgico traumatológico de alta complexidade. Com isso, assinala o diretor geral, e na medida que novos leitos forem reativados, ele projeta transformar a instituição em referência no atendimento de todo o corpo de profissionais lotado na segurança pública. “Esse é o único hospital que oferece segurança para policiais feridos no cumprimento do dever”, reitera Sequeira.

Demandas

Diante do sistema de parcerias e doações que vem permitindo a recuperação do hospital, o vereador André Carús anotou algumas demandas que a prefeitura poderá atender no sentido de melhorar a área externa do hospital. Ele irá solicitar que a EPTC faça a demarcação de uma nova área de estacionamento que já está disponível. O outro pedido é a realização de podas de árvores pela Smam.

Texto: Fernando Cibelli de Castro (reg. prof. 6881).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Terceirização no Samu e em laboratórios é debatida pela Cosmam



Serviços terceirizados foram o tema na Cosmam. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A terceirização no Samu e a assistência laboratorial municipal foram as pautas discutidas pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal (Cosmam) na manhã da terça-feira (2/4). O Conselho Municipal de Saúde, que sugeriu os temas para debate, considera que precarização dos serviços é uma consequência da forma atual de gestão adotada.

De acordo com Leticia Garcia, representante do Conselho, existem muitas denúncias. “Reprovamos a forma como a secretaria fez a contratação de motoristas. Aumentaram acidentes com as ambulâncias do SAMU e no corte de pagamento desses funcionários contratados”, exemplificou. Sobre a questão dos laboratórios, a servidora lembrou que em 2012 o conselho criou um grupo de trabalho para analisar o trabalho dos laboratórios municipais. “Fizemos visitas no laboratório da Cruzeiro, Hospital de Pronto Socorro e Presidente Vargas, além disso o Tribunal de Contas do Estado e da União iniciaram uma auditoria”, disse ela, que entregou o resultado ao então presidente da Cosmam, vereador André Carús.

Leticia concluiu afirmando que em 2018 teve acesso a um estudo econômico que previa os impactos positivos se o município assumisse toda a realização de exames. “Isso geraria uma economia em torno de R\$ 7 milhões. Por isso, peço que a comissão leia os documentos e tome as devidas providências”.

Secretaria

Nos últimos dois anos ocorreram muitas vacâncias de condutores, declarou o coordenador de urgências municipais da saúde, Diego Pereira.

“Equipes de ambulâncias estavam sem atuação em função da falta de motorista. Por isso, abrimos uma licitação de uma empresa que prestasse esse serviço. Hoje temos 15 ambulâncias em atividade graças a essa contratação e aos servidores do quadro”, informou. Sobre os acidentes, Diego ressaltou que o condutor tem que dirigir rápido e que independente da terceirização, sempre ocorreram incidentes. “Em relação aos pagamentos, autorizamos no dia 7 de março o pagamento para a empresa, mas por problemas administrativos será feito somente nesta quinta”, afirmou.

Marcos Motim, coordenador do SAMU, disse que o serviço melhorou e rechaçou opiniões contrárias. “Tivemos dois acidentes com perda total de duas ambulâncias e a culpa não foi dos nossos condutores. Ainda ressalto que antes da contratação de condutores, os nossos motoristas estavam com alta carga de trabalho. Não vamos deixar a população desassistida, por isso contratamos esse serviço, que tem uma repercussão financeira R\$ 1,4 milhão por ano e representa em torno de 40% da força de trabalho”, explicou, afirmando que para a contratação de servidores públicos municipais o impacto seria de R\$ 10,5 milhões ao ano, de acordo com estudo feito em 2015.

Além dos três laboratórios próprios, a prefeitura conta com 11 laboratórios contratados, informou Bruno Goulart, responsável pela assistência laboratorial municipal. “Sobre as auditorias, destaco que entrou em ambiente de homologação o rastreamento de todos os exames feitos, não só análises clínicas, e também estamos avaliando o estudo da economia de R\$ 7 milhões com a não-terceirização. São decisões fortes a serem tomadas. Estamos dando foco à qualificação do atendimento, ampliamos o teste de dengue e de outros exames”, disse.

Tribunal de Contas

Representante do Tribunal de Contas, Leandro Torres, trouxe alguns detalhes da auditoria realizada pelo órgão que apontou que havia predominância dos serviços prestados pelos terceirizados. “Constatamos que existia uma falta de critérios objetivos para a distribuição da cota dos exames e nos perguntamos por que determinado laboratório tinha mais exames que outro?” Torres disse ainda que não havia forma de rastrear o que estava sendo feito ou se as cotas estavam sendo compridas. “Não existia uma centralização de documentos, tampouco uma pesquisa de preço. Em algum momento, materiais acima de R\$ 80 mil foram recebidos por apenas um servidor, mas não havia designação formal para recebimento do mesmo”, afirmou, destacando ainda a contratação da aquisição indevida de equipamentos como a principal causa de denúncias, que representam um valor estimado de R\$ 1,2 milhão de prejuízo. “Verificamos conflito de interesses, onde familiares atuavam em licitação de gestores. Sobre o Samu, também fizemos auditoria e o principal questionamento era o tempo de resposta e a diminuição do pagamento de horas extras dos servidores”, apontou.

Serviço

O presidente do Sindicato de Ambulâncias do estado, Alessandro Souza Rosa, disse ser contra a terceirização no âmbito da saúde. “Coloca em risco a captação de recursos junto ao Ministério da Saúde. Os terceirizados têm o salário atrasado e há um corte severo de horas extras aos condutores. Os servidores terceirizados são excelentes profissionais, mas o que nos preocupa é que eles trabalham em outros lugares também. Somando mais de 19 plantões por mês. Nosso SAMU é o que mais faz ocorrência no país”, explanou.

Um estudo envolvendo oito universidades no Brasil sobre contratos de gestão indica que os problemas são os aditivos, disse João Ezequiel Silva, da coordenação do Cores Saúde. “Há casos de um único contrato com 15 aditivos em apenas 12 meses. Na terceirização, o que seria o custo inicial, fica três ou quatro vezes maior ao longo do processo. Além disso, a rotatividade é grande dos profissionais, o que faz com que a equipe perca vínculos”, ponderou. Sobre os exames, Silva disse que no Hospital Presidente Vargas a grande maioria é feita lá, chegando a 40 mil mensais. “Temos um problema sério nas cotas para os exames. Quando ultrapassa, eles não concedem e o paciente fica sem o exame. Somos contra a terceirização e as privatizações. Nada disso é discutido junto ao Conselho Municipal de Saúde. Precisamos de audiências públicas para debater essa pauta”, concluiu.

Gerente do laboratório central de Porto Alegre, Gabriele Bremm disse que quando assumiu não havia um relatório de gestão de custos. “Buscamos todas as falhas para melhorar e poder fazer o certo. Mudamos a forma de licitar e conseguimos reduções importantes. Aumentamos a produção, pois as pessoas não sabiam que os laboratórios tinham portas abertas para a comunidade. Passamos de 16 mil exames/mês em 2017 para 33 mil/mês em 2018 no laboratório central”, celebrou.

Encaminhamentos

Aldacir Oliboni (PT) afirmou que o atual governo caminha para a desvalorização do servidor público. “Queria dizer que com esses dados trazidos pelo Tribunal, poderíamos abrir uma CPI. Sugiro que o tribunal faça uma nova auditoria. O pagamento de serviços não realizados, isso é um desvio de dinheiro público”, disse, sugerindo como encaminhamento que uma nova reunião ocorra no plenário Ana Terra. O vice-presidente da Comissão, vereador Nelcir Tessaro (DEM) acolheu a sugestão e disse que alinhará com o vereador André Carús (MDB).

Texto: Lisie Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Moradores pedem fim de alagamentos no Mariante



Loteamento sofre com a falta de obras de saneamento básico. (Foto: Bernardo Speck/CMPA)

Moradores do Loteamento Mariante, no bairro Belém Velho, querem providências em relação aos constantes alagamentos que ocorrem no local. Pedido desta natureza foi feito ao então presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), vereador André Carús (MDB), que na manhã da quinta-feira (4/4) visitou a área acompanhado de representantes de Dmae, Dmlu, Defesa Civil e Secretaria de Serviços Urbanos (SmSurb), responsáveis pela estrutura urbana na capital.

O morador Milton Borges Bueno, que encaminhou o pedido, explicou que existe um riacho onde começa o alagamento e afeta todos os moradores do entorno. “São cerca de 780 casas que estão em processo de regularização fundiária e necessitam do amparo do Executivo. E toda vez que chove passamos por transtornos. As pessoas perdem móveis, o esgoto entra nas casas e as crianças não conseguem chegar até o Centro Social Antônio Gianelli onde realizam suas atividades”. São 234 crianças e adolescentes que frequentam o espaço e enfrentam a mesma dificuldade.

A solução destacada pelos moradores seria a realização de um assoreamento no esgoto e a limpeza do lixo jogado na rua que também contribui para as inundações. Gabriel Silva Silveira, ex-morador da região, informou que o motivo de não residir mais no local é exatamente a questão dos alagamentos, pois já perdeu tudo o que tinha e decidiu mudar de casa. “Durante sete anos morei aqui e sempre alaga, não podemos mais trabalhar de sol a sol e perder o pouco que construímos, desabafa”.

Prefeitura

O diretor de atendimento da SmSurb, Leandro Santiago, enfatizou que existe uma dragagem prevista para ser realizada entre o fim de 2019 e início de 2020 e que depende de licitação para ocorrer, porém, afirmou que a prefeitura está se debruçando sobre essa questão na região para que a solução aconteça o mais rápido possível. “Temos uma demanda grande aqui para realizar, e estamos trabalhando em conjunto com as demais secretarias envolvidas para que a solução aconteça”.

Encaminhamento

O vereador André Carús sugeriu, como encaminhamento da visita, que seja feito, com o Executivo e através do Dmlu e da comunidade local, um mutirão para a limpeza das vias. Também propôs uma reunião dos vereadores da Cosmam com Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Smim), Demae, e SmSurb para tratar da estrutura na região. “Nosso papel como vereador e fiscalizador é sair daqui com um encaminhamento e uma solução para que a população não passe por mais transtornos como esse”.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Situação do viveiro municipal preocupa especialistas e vereadores



Vereadores e representantes de entidades e do município discutiram situação da produção de mudas. (Foto: Bernardo Speck/CMPA)

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), especialista em botânica e meio ambiente, Paulo Brack, qualificou de ridícula meta apresentada por representante da prefeitura municipal, no sentido de reativar o viveiro de mudas da capital. Brack participou de reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre na terça-feira (9/4), convocada para discutir a situação do viveiro localizado no Parque Saint'Hilaire, entre o bairro Lomba do Pinheiro e a cidade de Viamão.

Segundo Joaquim Cardinal, funcionário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smam), presente à reunião, a ideia é produzir 500 mudas de plantas nativas e mil plantas ornamentais por ano no viveiro. Paulo Brack não se convenceu, pois para ele, o potencial do equipamento englobaria 50 mil mudas por ano: "Bastando ao governo municipal administrar o local com vontade política e substituindo mudas de árvores grandes por pequenas, as quais ocupam menos espaço e funcionam melhor nas áreas de calçadas urbanas", reforçou.

Reativação

O representante da Smam anunciou um projeto de reativação do viveiro, com a realocação de técnicos, recuperação da subestação de energia - uma vez que as instalações estão às escuras -, reforma das estufas, dentre outras melhorias. Segundo Cardinal, quando criado há 50 anos, o viveiro municipal contava com 50 funcionários, estando reduzido, atualmente, a quatro servidores, todos em fase de aposentadoria.

Mesmo assim, Cardinal garantiu que 15 mil mudas estão preservadas no local e que o banco genético existente na área está igualmente resguardado. Uma das saídas apontadas pelo Executivo é a de buscar parcerias público privadas (PPPs) com os viveiros privados certificados que participariam da gestão.

Contestações

Mesmo assim, o representante da Smam foi alvo de críticas dos participantes da mesa. O presidente da Associação dos Moradores e Comunitários, da Zonal Sul, Paulo Barros afirmou que o viveiro de Porto Alegre está jogado às traças, as estufas foram depredadas por conta da ausência de segurança à noite e que não cabe falar em recuperação imediata da área de plantio porque não está na época de realizar tal etapa. “Querem mascarar a morte do viveiro”, criticou Barros.

A advogada Luciele Souza, integrante do movimento ambientalista Greenpeace e presidente do Movimento Preserva Zona Sul, definiu como descaso a maneira como o viveiro vem sendo tratado pelo poder público. Ela, em nome das entidades que representa, move ação pública na Justiça, requerendo um plano de gestão e recuperação da área degradada do viveiro.

Luciele argumentou que não há justificativa para a falta de energia no local por dois anos, desde que um grande temporal destruiu a rede elétrica. “Fizemos quatro visitas antes da ação judicial. Há um vídeo, documentando, tem matéria em jornal. Não há interesse em manter o viveiro”, pontuou a advogada ambientalista.

Encaminhamentos

O vereador André Carús (MDB), diante da ausência dos secretários titular e adjunto da Smam, anunciou que irá solicitar um relatório por escrito da situação do viveiro, sobre as diretrizes técnicas de produção, remontagem da equipe técnica, contratação de técnicos e operários e a ligação emergencial da energia elétrica. “Falta de luz por dois anos é um absurdo. Luz a gente puxa com fiação e um disjuntor”, criticou Carús.

Nelcir Tessaro (DEM) sugeriu contatar as equipes de voluntários em educação ambiental para ajudarem na recuperação do viveiro e manter a Cosmam em acompanhamento permanente da atividade local. Hamilton Sossmeier (PSC) disse que a recuperação da subestação de energia deveria ter ocorrido por um plano financeiro emergencial, uma vez que a licitação é um processo demorado.

José Freitas (PRB) salientou que o aspecto segurança é mais complicado de resolver porque a Guarda Municipal não conta com equipe para vigiar o local durante toda a noite, sendo que viveiro é alvo constante do vandalismo. Paulo Brum (PTB) também participou da reunião.

Texto: Fernando Cibelli de Castro (reg. prof. 6881).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Arborização Urbana na Capital enfrenta problemas de manejo e preservação



Vereadores solicitaram esclarecimentos sobre podas em vias públicas. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre discutiu na manhã da terça-feira (23/4) a questão da arborização urbana e as dificuldades de manejo e preservação na execução desses serviços. Conforme os vereadores Adeli Sell (PT), Aldacir Oliboni (PT) e José Freitas (PRB), a principal preocupação é sobre as podas indevidas realizadas pela CEEE. A reclamação é geral da população, explica Adeli.

“Sem nenhum critério, as podas vêm sendo feitas. Precisamos de fiscalização”. Segundo Oliboni, vem acontecendo com maior incidência na Avenida Ipiranga. “É uma devastação completa”. Freitas completou dizendo que como gestor ambiental fica muito preocupado e que a população também, devido ao descaso da CEEE, que sem nenhuma explicação realiza a poda sem fiscalização e sem controle do poder público. “O Plano Diretor de Arborização Urbana precisa ser cumprido e a demanda reprimida tem que ser atendida”, ressalta o vereador.

O vereador André Carús (MDB), ressaltou ainda que existe um sombreamento por falta de perícia por parte da CEEE que também não tem nenhuma responsabilidade com o recolhimento dos resíduos vegetais. Outra situação também abordada pelo vereador é a questão da reforma administrativa, que não ficou clara sobre o que de fato cada setor da prefeitura executa. “Não

sabemos com clareza o que é de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS) e o que é de fato de responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb). Existem muitas demandas represadas e uma confusão de quem executa esses serviços”, explica.

SMAMS

Conforme o secretário da SMAMS, Maurício Fernandes, depois que a lei nº 757/15 foi aprovada no Legislativo, buscando agilizar o prazo das demandas do Executivo, permitindo ao requerente o atendimento em tempo hábil e podendo realizar também o manejo em área particular que possua risco de queda iminente, a SMAMS realizou em dois anos a execução de 2 mil a 7 mil demandas na capital. “Os casos de risco estão todos em dia, e em áreas particulares conseguimos atender a todos os pedidos. Inclusive as pessoas de baixa renda também têm seus pedidos realizados quando é detectado o caso de queda iminente”.

Conforme dados trazidos pela secretaria, em 2019 foram atendidos cerca de 109 pedidos de manejos referentes a plantas ornamentais, frutíferas e espécies simples. Quanto a serviço de poda, em foram 3.015 e de remoção, 544.

Quanto à questão da CEEE, o secretário explicou que na Avenida Ipiranga existe uma rede de alta tensão que alcança maior parte da via e teve que passar por um processo de poda intensa que foi realizada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). “Pela prefeitura, nós realizamos 16 intervenções devido ao tráfego de ônibus que precisa utilizar a parte central da via. A CEEE recebe autorização da Fepam para os cortes e a prefeitura infelizmente desde 2018, em razão de uma legislação estadual, não pode fiscalizar nem interferir nesses serviços”.

Por fim, o secretário explicou que compete à SMAMS a análise intelectual dos serviços e a autorização para execução dos mesmos. “Quanto à execução da poda, ela é de responsabilidade da SMSUrb. Sobre os cortes, a demanda passa por um processo de análise e recebe ou não autorização”.

Encaminhamento

Conforme Carús, os vereadores da comissão decidiram marcar uma nova agenda sobre o tema com a presença de representantes da CEEE para esclarecimentos. “Queremos o cumprimento do Plano Diretor de Arborização Urbana e continuaremos fiscalizando o manejo e preservação para que juntos possamos buscar alternativas para problemas que trazem risco à população”.

Também estiveram presentes o vereador Paulo Brum (PTB), Nelcir Tessaro (DEM), Hamilton Sossmeier (PSC) e Paulo Fialho, do setor de podas da SMAMS.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Cosmam quer acelerar construção de nova UBS do Rubem Berta



Atual prédio da UBS, com cerca de 200 metros quadrados, foi concebido há 20 anos para sediar creche comunitária. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

O então presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre (Cosmam), vereador André Carús (MDB), previu, na sexta-feira (3/5), a entrada em tramitação, nos próximos meses, de um projeto de lei legislativo (PLL) propondo a desafetação de uma área de cerca de 2,6 mil metros quadrados da Praça Nelson Marchezan, no Bairro Rubem Berta, em Porto Alegre. Segundo Carús, o PLL será assinado por todos os membros da Cosmam.

O objetivo da proposta é liberar a área da praça à construção de um novo prédio para abrigar de forma definitiva a Unidade Básica de Saúde Costa e Silva, localizada numa área contígua àquele local. Acompanhado dos vereadores José Freitas (PRB) e Nelcir Tessaro (DEM), o presidente da Cosmam esteve reunido com os gestores da unidade. Eles esclareceram que o atual prédio de aproximadamente 200 metros quadrados está defasado porque não foi concebido para funcionar como posto de saúde e, sim, como creche comunitária, há 20 anos, o que causa diversos transtornos no atendimento à população, por conta da área acanhada, problemas de infiltração, instalações elétricas inadequadas e a pintura interna sem manutenção.

Presente ao encontro, o gerente de saúde comunitária do Grupo Hospitalar Conceição, Antônio Selistre, anunciou a liberação imediata de uma verba de R\$ 500 mil para reformar o atual prédio da UBS. Entretanto, ele lamentou que, se o terreno em questão estivesse à disposição, o GHC poderia

começar, em curtíssimo prazo, com verba federal já garantida há alguns anos, a construção das novas instalações, com até 1,5 mil metros quadrados, englobando atendimento de casos de baixa complexidade e alguns procedimentos de média complexidade.

“É o que será realizado se o terreno, pertencente ao município, for liberado por força de lei do Legislativo”, garantiu Selistre. Atualmente, passam pela UBS do Rubem Berta 150 pacientes por dia entre o acolhimento e o atendimento imediato ou pré-agendado.

Texto: Fernando Cibelli de Castro (reg. prof. 6881).

Edição: Carlos Scmazzon (reg. prof. 7400).

Reuniões na Bom Jesus e Lomba debaterão mudanças na gestão de UPAs



Na reunião de hoje vereadores ouviram manifestações sobre proposta de terceirizações na saúde. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A realização de duas reuniões extraordinárias com o objetivo de ampliar o debate sobre projeto do Executivo que pretende terceirizar a gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) dos bairros Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, foi a deliberação tomada no encontro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre, na manhã da terça-feira (14/5). A proposta do vereador André Carús (MDB) pretende detalhar iniciativa do governo municipal que deseja buscar, por chamamento público, parcerias com organizações sociais para administrar as duas unidades localizadas na zona leste da capital.

Nestas audiências, entidades contrárias à mudança, como o Conselho Municipal de Saúde (CMS), Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (Sergs) e Sindicato dos Municipários (Simpa), também terão espaço para fazer o contraponto com as comunidades.

Estudo

Maria Letícia Garcia, coordenadora do CMS, afirmou na manhã desta terça-feira aos vereadores e público presente à reunião que o conselho formou posição contrária ao processo de terceirização com base em uma nota técnica emitida pelo Corpo Técnico da entidade. O documento chama a atenção para a falta de um estudo econômico detalhado que justifique a mudança da gestão pública para uma organização social. Ela ainda afirmou que a ausência da prefeitura nas reuniões do CMS, onde o Executivo tem assento, fere dispositivos da legislação federal. A conclusão do parecer pede a suspensão do processo de chamamento e a garantia do financiamento público da saúde.

De acordo com Maria Letícia, "o município, que alega não ter dinheiro para investir mais em saúde, perdeu, em 2017, recursos para a reforma das UPAs da Bom Jesus e Lomba, que estavam disponíveis desde 2003". Também referiu que, até julho desse ano, outros R\$ 10 milhões disponibilizados pelo então Ministério das Cidades para a reforma da emergência do Posto Cruzeiro corre o risco de ter o mesmo destino por falta de um projeto específico. "A prefeitura elaborou uma proposta de reforma total do espaço, quando a liberação do governo federal era exclusivamente para a recuperação da emergência".

Transferências

Alessandra Felicetti Pires, diretora do Simers para a Região Metropolitana, destacou que os médicos da prefeitura estão apreensivos com a pressão para que, diante da terceirização, escolham outro local para trabalhar. De acordo com os representantes da prefeitura foi disponibilizado cadastro preenchido por cerca de 90% dos profissionais, sendo optadas transferências para o Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, o Hospital de Pronto-Socorro ou o Posto da Cruzeiro.

Para ela, fatos que são de conhecimento público comprovam que a terceirização não é o melhor caminho. Ela citou como exemplo os casos do Gamp em Canoas envolvido em desvios de recursos. "Isso causa de maior prejuízo aos contribuintes, usuários do sistema e ao caixa público", afirmou.

Qualidade

Em nome do Executivo, o Coordenador Municipal de Urgências da SMS, Diego Fraga Pereira, salientou que o objetivo maior da prefeitura é a melhoria da qualidade dos serviços prestados. "Entendemos que é possível fazer mais com menos, sem prejuízo ao atendimento e aos servidores", declarou.

Diego disse que a prefeitura deverá ampliar os serviços com a realização de exames de ecografias, procedimentos de suturas e o transporte, quando necessário, para transferência de pacientes a outras unidades hospitalares. Também afirmou que o motivo para a perda de recursos do governo federal foi devido a impossibilidade do município cumprir com a contrapartida exigida. Essa alegação foi rebatida pela representante do CMS. Maria Letícia disse que a necessidade de contrapartida existia apenas para a verba destinada ao Posto Cruzeiro.

Diego ainda confirmou que os servidores estatutários, que atuam hoje nas UPAs atingidas pela mudança de gestão, deverão buscar um novo local de trabalho. "Como será responsabilidade da vencedora do processo disponibilizar os recursos humanos e materiais nesses espaços, não temos como manter as lotações como estão".

Também representando a SMS, o médico João Marcelo da Fonseca afirmou que só foi possível chegar a esse modelo de gestão "graças ao processo de informatização de custos feitos pelo sistema Apura SUS e outras plataformas implementadas recentemente". De acordo com ele, esses dados permitiram que se chegasse a uma justificativa consistente para a mudança, "com base na redução de gastos com recursos públicos e aumento da qualidade dos serviços prestados aos usuários".

Ausência

Para o vereador Aldacir Oliboni (PT) existe falta de diálogo da prefeitura com a base social da cidade, o que é, segundo ele, constatado pela ausência do Executivo nas plenárias do CMS e até mesmo da Conferência Municipal da Saúde, "onde também foi tirada posição contrária a terceirização da gestão e terceirização na saúde". Oliboni disse que a negativa do CMS deveria ser motivo suficiente para a sua interrupção.

O vereador exemplificou os problemas ocorridos com a mudança na gestão terceirizada do Hospital da Restinga e lembrou que logo depois de assumirem os novos gestores foi encaminhado pedido de aditamento no contrato de R\$ 800 mil reais. "Parece que é tudo meio arranjado", finalizou.

Para o diretor do Simpa Alberto Terres o aumento da arrecadação com receitas próprias do município "que gerou um superávit acima de R\$ 360 milhões", não justifica a falta de investimento público em setores essenciais como a saúde "e, muito menos a terceirização do serviço". Lembrou que, além dos problemas do Gamp em Canoas, que desviava recursos para pagar salários de até R\$ 60 mil a seus diretores com recursos públicos, outros casos semelhantes, como os da Faurgs e Instituto Sollus, na gestão da Saúde da Família, na capital, demonstram que a terceirização "não é a solução para a saúde dos porto-alegrenses".

Terres disse que a pressão tem causado problemas de saúde aos servidores, com reflexo no desempenho das suas funções. Ainda que a ausência da prefeitura nos debates do CMS "é a pura demonstração da incapacidade

dessa gestão de conviver com o contraditório". Por fim, ressaltou que a prefeitura e os seus gestores podem incorrer em improbidade administrativa por estarem contrariando a legislação, ao não dialogar com o CMS.

Incapacidade

Estêvão Finger da Costa, presidente do Sergs destacou que a terceirização representa a incapacidade da gestão de assumir a responsabilidade para qual foi eleita. Também lembrou as fraudes praticadas por organizações sociais e empresas que assumem a execução e gestão de atividades públicas e, que, em muitos casos, acabou com a prisão de seus dirigentes. Disse que "são verdadeiras sanguessugas dos recursos públicos em contratos de alto valor, por curto espaço de tempo e sem transparência". Que ao não respeitar a lei 8142/1970, que determina que as decisões de gestão devem ser submetidas ao CMS, composto por representantes da comunidade, servidores e do próprio município, "pode, sim, levar a improbidade administrativa". Disse ainda que a terceirização implica em alta rotatividade de profissionais, o que provoca a queda na qualidade do atendimento.

Ao finalizar a reunião, Carús ressaltou que a Cosmam está atuando com total transparência e traz para o debate todas as partes. Afirmou que considera justa a realização de encontros extraordinários nas comunidades para a prefeitura e entidades contrariadas com a proposta, como o CMS, apresentem seus estudos e argumentos. O presidente da comissão de saúde ainda informou que, além das duas reuniões na Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, será feita nova visita ao Posto da Cruzeiro devido a manutenção de uma situação de denúncias feita há dois anos, da precariedade no atendimento e acomodações dos usuários em razão de uma obra realizada no local.

Além de Carús e Oliboni, participaram da reunião da Cosmam nesta data os vereadores José Freitas (PRB), Hamilton Sossmeier (PSC), Marcelo Sgarbossa (PT), Nelcir Tessaro (DEM), Paulo Brum (PTB) e Roberto Robaina (PSOL).

Texto: Milton Gerson (reg. prof. 6539).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam discute preconceito e desinformação sobre esquizofrenia



Reunião alusiva ao Dia Mundial da Esquizofrenia. Sra. Marília Coelho Cruz e Dra. Clarissa gama fizeram principais pronunciamentos. (Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

A desmistificação do estigma e o preconceito contra a esquizofrenia foram discutidos na pauta da reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) na manhã da terça-feira (21/5). Na data de 24 de maio, em que se destaca o Dia Mundial da Esquizofrenia, a luta dos portadores e familiares de quem tem a doença ainda é contra a falta de informação na sociedade.

Conforme o vereador André Carús (MDB), a pauta foi trazida pela Associação Gaúcha de Familiares Pacientes Esquizofrênicos (Agafape), pois a discussão é pertinente para trazer à população o esclarecimento sobre a doença. “Estamos na semana em que se comemora o Dia Mundial da Esquizofrenia e, tendo em vista essa data, está tramitando na Câmara Municipal um projeto de lei de minha autoria que inclui no calendário oficial de Porto Alegre esta data alusiva. Queremos que todos possam ter mais conhecimento a respeito do que de fato é a doença e desmistificar esse preconceito.”

A presidente da Agafape, Marília Coelho Cruz, diz que, como mãe de um portador da doença, a sociedade precisa se preparar para receber as pessoas que têm a esquizofrenia. “Temos a Associação há 27 anos e sabemos da dificuldade que as famílias têm para buscar socorro. Nós desenvolvemos um trabalho que atua no desenvolvimento social e individual dos pacientes, e a convivência é muito pacífica. Para mim é uma satisfação trabalhar nesta causa.”

Esquizofrenia

A psiquiatra da UFRGS Clarissa Gama explicou que, no Brasil, existem atualmente 2 milhões de pessoas portadoras da doença e que estas são acometidas justamente na faixa etária de maior produtividade. “Isso gera um problema familiar preocupante, pois muitas vezes a procura por diagnóstico é tardia e falta qualificação profissional.” E, segundo ela, a doença é sinônimo de “loucura”, e isso traz discriminação. “Os doentes não são pessoas agressivas; ao contrário, geralmente a esquizofrenia se inicia com uma simples apatia no final da adolescência e no começo da vida adulta, na faixa dos 18 aos 30 anos. Aos poucos, o indivíduo abandona as atividades rotineiras e se isola. Suas reações ficam estranhas e desajustadas – ele não esboça os sentimentos esperados diante de fatos tristes ou felizes.” A doutora destaca que o diagnóstico precisa ser precoce e o tratamento é acessível à população.

SMS

O coordenador da Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Giovane Salum, ressaltou que existem, por mês, cerca de 100 internações na Capital e que mais três novos residenciais estão sendo construídos para receber as pessoas que não têm apoio familiar. “Já temos projetos em andamento para ampliar a estrutura de leitos e intensificar a qualificação de profissionais que atuam na área. Precisamos fazer um enfrentamento do estigma e conscientizar a população sobre o transtorno mental, e a Agafape tem sido nossa parceira nessa luta.”

Como encaminhamento, o vereador Carús destacou que a meta é de aprovar o projeto de sua autoria ainda neste ano para que vigore a partir de 2020. Deste modo, diz Carús, a comissão, em conjunto com a Agafape e o Executivo, poderão elaborar um material informativo para esclarecer sobre a doença. E ainda será feito um pedido de providências para que se acelere a mudança da sede da Agafape, que atualmente está na Galeria Malcon, para a Avenida Siqueira Campos. E o vereador aproveitou para convidar a todos os vereadores e os demais presentes para um ato no dia 24, às 10 horas, no Largo Glênio Peres, em homenagem ao Dia Mundial da Esquizofrenia.

Também estiveram presentes na reunião os vereadores Paulo Brum (PTB), Hamilton Sossmeier (PSC) e Cláudio Janta (SD) e representantes da Fasc, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE) e Polícia Civil.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Relatório de Gestão da Saúde do 1º quadrimestre é apresentado aos vereadores



Secretário apresentou dados em reunião na Câmara hoje de manhã. (Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

Em Audiência Pública realizada na manhã desta terça-feira (28/9) no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre, o secretário de Saúde da Capital, Pablo Stürmer, apresentou aos vereadores que compõem a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) o Relatório de Gestão da Saúde do 1º Quadrimestre de 2019. Na oportunidade foram apresentadas ações, diagnóstico e planejamento dos serviços da rede municipal de saúde.

Durante a apresentação, o secretário, que esteve acompanhado do secretário adjunto, Natan Katz, ressaltou que os dados apresentados são resultados de ações que se iniciaram em 2017, com o então secretário Erno Harzheim. “Nós demos continuidade e obtivemos bons resultados”, disse Stürmer, enfatizando que para tal foi feito um processo seletivo interno e que toda movimentação é fruto de trabalho coletivo.

Stürmer informou que das 19 obras previstas para 2019, seis foram construídas, três estão em execução, oito em fase de elaboração de projeto e sete em licitação. Quanto à informatização, falou que a mesma possibilitou que o SUS fosse implantado 100% nas unidades de saúde. Sobre consultas realizadas nas 140 Unidades de Saúde de Atenção Primária à Saúde por cirurgião dentista, enfermeiro e médico, disse que houve um acréscimo em relação ao quadrimestre anterior, totalizando 628.702 atendimentos. “Foram 357.097 atendimentos médicos, 214.271 procedimentos via enfermeiros e 57.334 com cirurgiões dentistas”. No quadrimestre anterior foram 528.640, segundo comunicou. Quanto a exames especializados, enfatizou que foram feitos 42.971.

O secretário falou também sobre a Atenção Domiciliar – Produção do Programa Melhor em Casa. Disse que foram 6.802 visitas no período e 408 novas admissões de pacientes egressos de hospitais. Quanto a atendimentos realizados pelo SAMU, ressaltou que houve um acréscimo em torno de 10%. Sobre internações hospitalares aumento foi de 55,77% em relação 42,59% no quadrimestre anterior com pacientes de Porto Alegre. Quanto ao sarampo, Stümer enfatizou que foram encerradas em 100% as notificações de casos suspeitos. “Hoje não temos nenhuma investigação em andamento”, disse ele.

No final da apresentação, o secretário destacou ainda que no período a Prefeitura ampliou o sistema de monitoramento do Aedes Aegypti, reforçou a integração da saúde mental e atenção primária, além de instituir política de assistência farmacêutica. “Isso somente no mês de janeiro deste ano”, comunicou. Em fevereiro, segundo ele, mereceram destaque o projeto que ampliou os serviços em farmácias públicas e privadas, apresentação do plano de enfrentamento da tuberculose e o início da construção da nova unidade de saúde Morro dos Sargentos. Já a quarta unidade de saúde 24 horas foi entregue aos porto-alegrenses em março, conforme disse o secretário. Em abril foi lançado o edital para ampliar atendimento em serviços de saúde, inovações na atenção primária na Capital. “Que servirá de modelo para todo o Brasil”, enfatizou Stümer, lembrando também que a partir deste mês as unidades de saúde começaram o rastreamento de câncer intestinal.

Compareceram à Audiência Pública representantes de entidades ligadas à área de saúde, além dos vereadores André Carús (MDB), presidente, José Freitas (PRB), Hamilton Sossmeier (PSC) e Nelcir Tessaro (DEM), que compõem a Cosmam.

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8.423).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Cosmam debate projeto sobre política de sustentabilidade e uso racional de energia



Proposta de lei voltada à sustentabilidade foi avaliada durante reunião realizada na Câmara Municipal. (Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu, na terça-feira (4/6) pela manhã, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo 051/17, que institui a política de sustentabilidade, enfrentamento das mudanças climáticas e uso racional da energia na Capital. O PLCL ainda cria o programa de premiação e certificação em sustentabilidade ambiental de Porto Alegre.

Autor da proposta, o vereador Cassio Trogildo (PTB) disse que o projeto teve origem a partir do trabalho realizado, durante seis meses, pelo Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética, instituído pelo Executivo municipal em março de 2016 - dois meses depois que um grande temporal devastou diversas zonas de Porto Alegre, causando desabamentos, quedas de árvores e bloqueios de ruas. Com a mudança da administração a partir de 2017, no entanto, o comitê não teve continuidade, e o trabalho realizado pelo grupo foi transformado no projeto legislativo que agora tramita na Câmara. "O projeto traça diretrizes ambientais para diversas áreas, levando em conta um conjunto de características de uma cidade resiliente."

Ainda de acordo com Trogildo, o temporal que devastou Porto Alegre em 29 de janeiro de 2016 tornou evidente que a cidade ainda não estava preparada para lidar com aquele tipo de ocorrência ambiental. Entre os objetivos da proposta está o de ampliar as discussões sobre como a cidade opera atualmente, "considerando o contexto da construção da resiliência, aumentando a sua capacidade e o seu preparo para os desafios e as oportunidades no futuro, garantindo políticas ambientais e de prevenção, no âmbito da administração pública municipal".

Objetivos

O projeto ainda cita como objetivos específicos: redução de emissões nocivas ao meio ambiente; proteção do sistema climático; modificação ambientalmente positiva nos hábitos e padrões de consumo, nas atividades econômicas, no transporte e no uso do solo urbano e rural; e criação de projetos para eficiência energética na administração pública. Entre os objetivos práticos estão: instituir a política de sustentabilidade em Porto Alegre; enfrentar as mudanças climáticas; fomentar o uso racional da energia; criar o programa de premiação e certificação em sustentabilidade ambiental; e planejamento, adaptação e gestão de recursos naturais para geração de energia e a sustentabilidade no saneamento, na indústria, na agricultura e no turismo.

Tânia Pistorio Pires, que é diretora do Centro Inteligência Urbana e desenvolve um trabalho sobre resiliência no Morro da Cruz, observou que o conceito de "mudanças climáticas" já está sendo substituído pelo de "crise climática", pois, segundo ela, "não se trata mais do futuro das crianças, mas também do presente de todas as pessoas". Defendendo uma preservação ambiental "dentro do que é possível fazer", Tânia ressaltou que o PLCL 051/17 se originou de um "trabalho feita por muitas mãos".

Para o diretor de Fomento Agropecuário da prefeitura municipal, Oscar Luiz Pellicioli, é necessário que as cidades brasileiras comecem a discutir políticas que restrinjam a emissão de gás carbônico na atmosfera, a exemplo do que já ocorre em cidades de países mais avançados. Ele também defendeu o aumento da quota de produtos orgânicos na merenda escolar do Município.

Semana do Meio Ambiente

O vereador André Carús (MDB), destacou a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser comemorado nesta quarta-feira (5/6), e a programação elaborada pela Cosmam, na Câmara, para marcar a Semana do Meio Ambiente. Ele lembrou que vários projetos de cunho ambiental tramitam na Casa ou já foram aprovados e convertidos em lei. "É preciso cumprir as 17 metas da Agenda 2030, que integram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para as quais todo o planeta está mobilizado."

Além dos vereadores Hamilton Sossmeier (PSC), Nelcir Tessaro (DEM), Paulo Brum (PSDB) e José Freitas (PRB), também estavam presentes e manifestaram apoio ao projeto: Rogério Machado, da Unidade de Educação Ambiental da Smams; Luciana Peters dos Anjos, da Diretoria de Articulação Institucional da prefeitura; Liane Farinon, do Centro Estadual de Vigilância em Saúde; Randolpho Carvalho Fonseca, da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas; e Luciane de Freitas, secretária adjunta da SMSURB.

Texto: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam discute terceirização do Pronto Atendimento da Bom Jesus



Reunião no auditório da Bom Jesus reunião moradores da região. (Foto: Ederson Nunes/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal realizou, na noite de terça-feira (4/6), no auditório do Pronto Atendimento (PA) da Bom Jesus, reunião extraordinária para discutir chamamento público para a prestação de serviços no local. A prefeitura lançou edital para terceirizar a gestão das unidades da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, estando previsto um repasse para a operação entre R\$ 2,7 e R\$ 3,8 milhões, com duração de até cinco anos.

Conforme o então presidente da Cosmam, vereador André Carús (MDB), a discussão sobre a terceirização do atendimento atende anseio da população da região que temem o sucateamento e a defasagem dos serviços. “Moradores e trabalhadores que aqui atuam buscam uma intervenção por parte do Legislativo municipal e aqui estamos para mediar e fiscalizar os serviços apresentados pela prefeitura”, disse ele. “Este é o nosso papel como vereadores”, completou.

Economia

Segundo o coordenador municipal de Urgências, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Diego Fraga, o termo chamamento, previsto no edital, busca a escolha da melhor empresa por indicadores quantitativos e qualitativos. A proposta inclui, não apenas o atendimento, mas também melhorias de estrutura, ampliação de serviços, otimização de recursos e agilidade na aquisição de bens e materiais. “Nosso foco é o atendimento com

mais serviços e menos recursos. O gasto atual é de R\$ 3, 2 milhões por mês com insumos, recursos humanos, medicamentos e acréscimo de profissionais”, explicou o coordenador.

A economia através da terceirização será de 50%, informou ainda o coordenador, salientando que com isso, haverá o aumento de exames, a qualificação para o fluxo de paciente, e a fixação de meta para o tempo de espera. “Sem contar que a prefeitura atualmente gasta 100% do valor dos serviços. E, se tornando UPA, a unidade receberá recursos do governo federal de R\$ 1 milhão por unidade”. O PA da Bom Jesus possui 25 leitos e faz 13 mil atendimentos/mês e posteriormente terá estrutura para atender 38 leitos e 18 mil atendimentos/mês.

Servidores

A pediatra Ana Silveira, que trabalha há 21 anos na Bom Jesus questionou o fato de a terceirização implicar na substituição dos atuais servidores por outros contratados, e lembrou que o trabalho realizado nas PAs atende cerca de 70% da população da capital. “Podemos perfeitamente continuar atuando aqui. O que precisamos de fato é de uma melhor estrutura, mais insumos e mais médicos do quadro, pois os médicos contratados muitas vezes não têm capacitação para tal serviço”.

O presidente-geral do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa), Alberto Terres, trouxe um documento onde está destacado que a atual empresa responsável pelos médicos do PA Bom Jesus, não tem contrato com a prefeitura. “Isso é improbidade administrativa, essa terceirizada está descumprindo a lei, por isso os médicos que aqui trabalham não comparecem aos seus plantões. Estão sem salário”. Terres ainda ressaltou que, se a prefeitura não tem condições de lidar com as terceirizadas nestas condições, quanto mais realizando um chamamento como este que está previsto. O sindicalista solicitou que o Executivo esclareça porque a empresa terceirizada da Bom Jesus não assinou o contrato.

Para o vereador Aldacir Oliboni (PT) não há como reduzir os custos e ampliar o atendimento. Segundo ele, o ideal seria otimizar os atuais servidores, e isso sairia mais barato. “Não desejo esse modelo, não há necessidade de terceirizar”.

Diego Fraga rebateu os questionamentos dizendo que os custos sobre o chamamento, estão expostos no edital, sendo claros quanto ao custo/benefício para os cofres públicos. Sobre o aumento de funcionários existe um incremento de R\$ 600 mil. “As estruturas possuem atualmente 199 profissionais, que poderão ser remanejados para as demais unidades da rede de urgência e emergência do município, como o Hospital de Pronto-Socorro (HPS), Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (Pacs)”, explicou. Ele informou ainda que a empresa responsável pelos médicos da Bom Jesus não quis assinar o contrato.

Encaminhamentos

A Cosmam deverá encaminhar ao Executivo requerimento de esclarecimentos sobre a empresa que presta serviços na PA Bom Jesus, juntamente com a lista de presença dos participantes da reunião e a apresentação da SMS. O objetivo é de que a prefeitura se manifeste sobre o assunto. Na terça-feira (11/6) a Cosmam realizará uma outra reunião sobre o mesmo tema na PA Lomba do Pinheiro para ouvir servidores e a população.

Também estiveram presentes na reunião, o vereador José Freitas (PRB), o deputado estadual Dr. Thiago Duarte (DEM), a coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Ângela Maria de Aguiar da Silva, a coordenadora do Conselho Distrital Maria Inês Flores, e representantes do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) e do Tribunal de Contas, além da população local.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam realiza seminário "Desastres Ambientais e Reflexos Urbanos"



Documentário de Ingrid (e) mostra movimento contra instalação de mineradora às margens do rio Camaquã. (Foto: Tônico Alvares/CMPA)

Como parte da Semana do Meio Ambiente, cujo Dia Mundial é celebrado anualmente em 5 de junho, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou, na manhã a quinta-

feira (6/6), no Plenário Ana Terra do Legislativo, o seminário Desastres Ambientais e Reflexos Urbanos. Coordenado pelo vereador André Carús (MDB), e estruturado a partir de dois painéis, o primeiro, exibiu o documentário Dossiê Viveres - O Pampa Viverá e realizou um debate após a exibição; já o segundo, abordou o Monitoramento Urbano-Ambiental em Áreas de Risco e sobre Desastres Urbanos. Em ambos os momentos, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), do Ministério Público (MP/RS), da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams) discutiram a temática.

"Precisamos fazer uma reflexão", disse o vereador André Carús (MDB), ao introduzir o evento. Ele mencionou as necessidades de regularizações fundiárias e o reassentamento de comunidades. Relatou que não há um monitoramento das áreas de risco no estado, mas enfatizou que "discussões deste nível podem nos guiar a ações concretas". "Vamos estudar maneiras de inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano", afirmou.

"O tema sustentabilidade é um desafio enorme. Embora comparado ao restante do país, Porto Alegre se destaca", comentou o deputado estadual Sebastião Melo. Na oportunidade, Melo saudou a iniciativa do seminário. "Considero todas as comissões importantes, mas algumas têm um papel mais elevado", opinou.

Documentário

O primeiro painel apresentou o documentário Dossiê Viveres - O Pampa Viverá, dirigido pela produtora executiva e advogada Ingrid Birnfeld. Ele retrata a comunidade gaúcha que, em 2016, às margens do rio Camaquã, se manifestou contra a implantação de uma mineradora de chumbo na localidade. A região é conhecida não somente pela beleza natural e cênica, mas por possuir grande preservação ambiental.

"Tenho uma casa na área, na região mais preservada do Pampa", relatou Ingrid. A produtora mencionou a casa dela como o pontapé inicial na resistência pela causa. Disse que, como advogada, começou a dar subsídios para a comunidade, a fornecer informações e a participar de audiências públicas. Ingrid destacou que, lamentavelmente, "há uma violação metódica no princípio do acesso à informação, assim como as audiências públicas são veiculadas de forma tímida". "Por isso, resolvi reunir um contingente de pessoas com argumentos e informações coerentes", justificou Ingrid, explicando a ideia do documentário. "Precisamos defender a nossa continuidade na Terra", salientou.

"Não aprendemos com o desastre de Mariana, em Minas Gerais, e ocorreu o rompimento da barragem em Brumadinho, no mesmo estado", recordou o promotor de justiça do Ministério Público do Estado (MP/RS), Daniel Martini. O jurista lastimou que precisou ocorrer este último desastre para ser aprovada uma Lei de Segurança de Barragens em Minas. "Gostaria que a Assembleia do nosso estado adotasse essa iniciativa mineira", sugeriu Martini ao mencionar a quantia de "10.700 barragens registradas no RS, sendo que mais

de 1.072 têm um dano potencial alto". "Vivemos uma crise institucional que detém o poder de polícia ambiental", discutiu. Martini reforçou a mobilização que deve ser feita pela sociedade.

A engenheira e responsável pelo programa de Área de Risco Geológico e Geotécnico da Smams, Vânia Krigger, relatou a situação das ocupações na Capital. "Temos, em Porto Alegre, 44 morros e 27 arroios", listou. "Muitas ocupações são irregulares", alertou Vânia. "Algumas são em áreas planas; outras em aterros; e outras às margens de arroios", disse ao ratificar o alerta para essas áreas de risco que não têm monitoramento.

Advogados

"Nem sei se podemos dizer que celebramos esse dia", indagou a presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/RS, advogada Marília Longo, ao saudar a iniciativa da Cosmam. Falou que se discute esse tema desde a redemocratização nos anos 80. Incentivou a participação popular que, de acordo com ela, está deficiente. Durante sua fala, Marília observou que há uma crise legislativa e dos atos normativos. "Têm cada vez mais decretos sem a participação popular. Como é possível nos engajarmos? Com educação e informação ambiental. As pessoas precisam, por exemplo, saber compreender uma lei", defendeu.

"Quando debatemos desastres, eventos extremos, a primeira questão que vem à tona é: que tipo de desenvolvimento a gente quer?", interrogou Delton Carvalho, advogado especializado em Direito Ambiental. Delton relatou que um desastre é produzido por vulnerabilidade de risco social (desigualdade), físico (estrutura) e tecnológico (fluxo de informações). "Seja em um empreendimento público, seja em um privado, necessitamos pressionar para que a informação esteja ao alcance de todos", aconselhou.

Também participaram do evento a vereadora Lourdes Sprenger (MDB), representantes da Defesa Civil, o ex-secretário de Segurança Pública do RS, César Schirmer e público em geral.

Texto: Bruna Schlisting Machado (estagiária de Jornalismo).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

GT fará proposta para plano de carreira de médicos do Município



Comissão debate o plano de carreira dos médicos do Município. Na foto, Demétrio Vasnieski, representando a Secretaria de Planejamento e Gestão, Lívia Almeida, representando a SMS, os vereadores: José Freitas, Paulo Brum, Nelcir Tessaro, André Carús, Aldacir Oliboni e Hamilton Sossmeier. Ao lado, Dr. Marcelo Matias, representando o Simers. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara de Porto Alegre discutiu na terça-feira (11/06) o plano de carreira dos médicos que atuam no Município. Coordenada pelo então presidente da Cosmam, vereador André Carús (MDB), a reunião contou com a participação do presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Marcelo Matias; do diretor-geral de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Demétrio Vasnieski; e da coordenadora de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Lívia Almeida.

Matias, que também é servidor municipal, agradeceu o espaço para o debate sobre um plano de carreira adequado para os profissionais da área e entregou ao presidente da Comissão o quadro de carreiras de nível superior com aposentadorias pelo Previmpa para exemplificar as diferenças salariais. “Todas as carreiras, sem exceção, ganham mais que os médicos no município de Porto Alegre”, afirmou. O dirigente sindical resgatou o artigo 39 da Constituição Federal, onde está estabelecido que a remuneração das carreiras na União, estados e municípios deverá observar a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade e as peculiaridades do trabalho. “Médicos lidam com a vida. Não existe nenhuma outra carreira no Município que tenha

este grau de responsabilidade”, destacou, acrescentando ainda os requisitos para a investidura no cargo de médico especialista, que incluem pelo menos nove anos de formação.

O presidente do Simers também alertou para uma possível “falência do sistema de saúde de Porto Alegre em no máximo dez anos” devido à falta de atratividade da carreira pública municipal para os médicos. “A ausência de uma política pública que dê aos médicos condições de trabalho e uma remuneração adequada faz com que os profissionais peçam demissão ou solicitem aposentadoria muito cedo”, afirmou. Ele acrescentou que outras áreas da saúde não enfrentam o mesmo problema, já que “médicos recebem menos pelo município do que em qualquer hospital privado da cidade, o que não ocorre nas demais profissões da área da saúde”.

Livia Almeida afirmou que o governo tem interesse na retenção dos profissionais e que, por reconhecer o seu diferencial, através da Lei 677/2011 passou a carga horária mínima contratual para 20 horas semanais, enquanto nas demais carreiras ela é de 30 horas. Conforme ela, a lei, elaborada com a participação do Simers, também trouxe alterações com relação à remuneração. No entanto, reconheceu que há desproporcionalidade entre os salários de médicos que trabalham 20 e 40 horas, o que contribui para que os profissionais optem por uma carga horária menor, que financeiramente é mais vantajosa.

Demétrio Vasnieski ponderou que uma carreira de 40 horas semanais não é tão atrativa, pois muitos profissionais têm mais de um vínculo de trabalho. Afirmou que existe a preocupação com a defasagem do plano de carreira e fruto disso há um estudo em andamento que está verificando, inclusive, toda a legislação que precisaria ser alterada. No entanto, ressaltou que “é complicado fazer o plano de carreira para uma classe e não fazer para as outras”, defendendo uma entrega geral de planos de carreira ao invés de uma específica.

Para o vereador Aldacir Oliboni (PT), em contato com o funcionalismo, “percebe-se não só a indignação, mas a desvalorização do servidor público. É lamentável que um médico de Porto Alegre tenha um salário de R\$ 2,7 mil”. Ele defendeu a melhoria do piso salarial dos médicos e destacou a importância dos planos de carreira para todos os servidores a fim de resgatar sua autoestima e qualificar o atendimento à população. Nelcir Tessaro (DEM) afirmou que é necessário verificar junto ao Executivo uma alternativa para que os médicos possam ampliar a carga horária com uma remuneração adequada. Carús falou da importância da votação de ajustes no plano de carreira dos servidores municipais, realizada no mês de março, para conter o crescimento vegetativo da folha de pagamento, mas que “há áreas que exigem uma atenção especial, como saúde, educação e segurança”.

Como encaminhamento da reunião, ficou definida a criação de um grupo extraordinário de trabalho, formado pela Cosmam e Simers, para a elaboração de uma proposta à Prefeitura. A Comissão também irá trabalhar junto à Liderança do Governo a constituição de uma comissão especial para revisão

de todo o plano de carreira dos servidores municipais. A previsão do presidente da Cosmam é que a comissão inicie o trabalho em setembro deste ano. Também participaram do encontro o vice-presidente da Cosmam, vereador José Freitas (PRB), e os membros Hamilton Sossmeier (PSC) e Paulo Brum (PTB).

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Servidores e população são contrários à terceirização no PA Lomba do Pinheiro



Discussões sobre terceirização foram realizadas na noite de terça-feira. (Foto: Ederson Nunes/CMPA)

A Comissão de Saúde em Meio Ambiente (Cosmam) realizou reunião extraordinária, na noite de terça-feira (11/6), na Lomba do Pinheiro, para ouvir manifestação de servidores e moradores sobre chamamento público do Executivo para terceirização dos serviços no Pronto Atendimento (PA) da região. O objetivo foi, segundo o vereador André Carús (MDB), ampliar o debate e ouvir também a população local sobre a proposta, assim como foi feito com moradores e servidores do PA da Bom Jesus. “Essa discussão pretende esclarecer à população sobre o chamamento público que busca parcerias com empresas privadas e também, por iniciativa do Legislativo municipal, ouvir a opinião da população da zona leste da capital que será atingida”.

Reestruturação

Roibison Portela Monteiro, da Coordenadoria de Urgências da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), explicou que deverá haver uma melhoria na estrutura da unidade bem como a ampliação de atendimento. “Nas duas PAs, Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, são 28 leitos de urgência e 13 mil atendimentos por mês. Com a mudança, serão 38 leitos e 18 mil atendimentos. Pelo edital, com todas as mudanças de serviços, recursos humanos e agilidade de aquisição de bens e matérias, a economia será de 50%”. O repasse da operação terá duração de cinco anos, com custo de R\$ 3,8 milhões, ressaltou ainda ele.

Monteiro disse igualmente que, para a PA ser aprovada como Unidade de Pronto Atendimento (UPA), existem critérios quantitativos e qualitativos, como tempo de espera, transporte e agilidade no atendimento. “Estas são avaliações obrigatórias para ser aceito pelo Governo Federal, via Ministério da Saúde. Por isso buscamos as melhores empresas para administrar as unidades”.

Manifestações

O conselheiro de Saúde Bertolino Nunes questionou sobre os argumentos do Executivo que comprovariam ser a terceirização melhor do que a administração pública. Ele ressaltou que a população nunca foi consultada sobre a decisão. “Temos exemplos claros de São Leopoldo, de Canoas, em que a terceirização não funcionou. Os funcionários contratados ganham e quando recebem em dia, o salário é reduzido em quatro vezes menos que os servidores de carreira”, revelou.

O vice-coordenador do Conselho Municipal de Saúde, Gilmar Campos, lembrou que a PA da Lomba foi uma conquista de toda a comunidade e dos funcionários que ali trabalham. E questionou sobre quem irá fazer o controle de qualidade mencionado pelo Executivo. “As unidades já possuem sua parcela de terceirização e vemos a precariedade dos serviços de quem é contratado que mal recebem seus salários em dia”.

A médica-pediatra e representante do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Betuza Kramer, destacou o fato de que, todos os médicos que atuam nas unidades, desejarem permanecer tanto na Lomba do Pinheiro como na Bom Jesus, pela experiência de atuarem e conhecerem a população local, bem como pelo comprometimento tido: “e principalmente pelo amor que se dedicam todos os dias. Essa região possui 80 mil habitantes que sempre são bem recebidos e encontram profissionais envolvidos e qualificados para realizar suas funções”.

O presidente-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), Alberto Terres, lembrou que um dos princípios da democracia é ouvir a população. “É fundamental destacar e parabenizar a iniciativa dos vereadores em ouvir a população, coisa que o Executivo nunca fez. A população que vive a

realidade dos serviços de saúde precisa ser ouvida”. Terres mencionou ainda que Núcleo de Estudos do Executivo se surpreendeu com estudo apresentado pelo sindicato em que foi constatado que a prefeitura teria uma economia de R\$ 7 milhões se os exames por diagnóstico fossem feitos por médicos públicos. “Ao invés de terceirizar esses os serviços, o Executivo deveria rever a sua forma de administrar e não se eximir do seu papel de gestor”.

O Executivo, através de Roibison Monteiro, rebateu os questionamentos dizendo haver uma necessidade de pessoal em muitos serviços públicos, por isso a decisão do chamamento. Já a terceirização não é uma novidade, pois segundo ele, 70% dos serviços são geridos por organizações sociais. O Hospital da Restinga, o Hospital Santa Helena e os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) funcionam assim. “Temos modelos que são excelentes e não são executados por servidores estatutários”.

Porém, Monteiro disse também reconhecer que os contratos não são cumpridos na sua totalidade, mas explicou que o Executivo está focado na qualidade dos serviços. “Por isso existem os indicadores de metas, que serão seguidos. Somente 30% dos indicadores são focados nos valores. Queremos serviços de qualidade e tudo está sendo ponderado. A fiscalização será feita também pelas comunidades, através da ouvidoria e por servidores do quadro”.

Encaminhamento

Como havia sido informado na reunião da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro também será encaminhado ao Executivo requerimento de esclarecimentos, com a lista de presença dos participantes da reunião e a apresentação da SMS. O objetivo é que a prefeitura se manifeste sobre o assunto. A Câmara Municipal avalia também, através da Mesa Diretora, pedido de realização para Audiência Pública sobre a proposta de terceirização.

Compareceram à reunião os vereadores José Freitas (PRB), Aldacir Oliboni(PT), Hamilton Sossmeier (PSC) e representantes Conselho Distrital de Saúde, Orçamento Participativo, Conselho Municipal de Saúde da Bom Jesus e população local.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Fórum permanente acompanhará concessão do Harmonia



Comissão tratou do processo de transferência do parque para a iniciativa privada. (Foto: Elson Sempé Pedrosa/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre capitaneará um fórum permanente de debate sobre o processo de concessão do Parque Harmonia. O encaminhamento foi tirado durante reunião da Comissão na terça-feira (18/06), na sede do Legislativo, que contou com a participação de entidades representativas da cultura gaúcha e do tradicionalismo, representantes do Executivo e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Conforme o então presidente da Cosmam, vereador André Carús (MDB), a pauta da reunião foi sugerida pela Acampar e pelo MTG para ampliar o debate acerca da concessão do Parque Harmonia e a relação desse processo com a realização do Acampamento Farroupilha. O modelo de concessão está em estudo pela Prefeitura e deve ser publicado no último trimestre de 2019, entrando em funcionamento já no primeiro trimestre de 2020.

Conforme Randolpho Fonseca, diretor de projetos especiais da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas (SMPE), o custo anual com capina e manutenção do Parque é de R\$ 600 mil, sendo que o espaço recebe menos de 200 pessoas por fim de semana, tendo movimentação maior apenas na época do Rodeio de Porto Alegre e do Acampamento Farroupilha. “O abandono ao longo do ano afasta as pessoas do Parque”, afirmou, destacando que o objetivo da concessão é garantir um aporte de recursos do qual o Executivo não dispõe para qualificar o espaço e garantir sua utilização durante todo o ano, além de oferecer melhor infraestrutura ao Acampamento Farroupilha.

Fonseca explicou que a modelagem da concessão ainda não está finalizada e que haverá um período de consulta pública, mas que algumas diretrizes já estão estabelecidas, como o respeito à vocação original do Parque, o desenvolvimento do turismo de lazer, a inserção do Harmonia na rotina do Parque da Orla e tornar a cultura gaúcha uma atração turística. Para isso, uma das novidades será a criação de um museu da cultura do Rio Grande do Sul, que funcionará junto à Casa do Gaúcho.

Entre as melhorias do Parque deverão estar obras de drenagem, a reconstrução das churrasqueiras e da cancha de laço, a construção de uma rua para pedestres e a implantação de uma “fazendinha”. Para o Acampamento Farroupilha, deverão ser disponibilizados aos piquetes pontos de água e de luz individualizados.

O secretário municipal de Parcerias Estratégicas, Thiago Ribeiro, destacou a importância do debate “para ouvir aqueles que têm participação histórica no Parque para que cheguemos a uma modelagem que contemple a todos”. O gestor também afirmou que não haverá cobrança de ingressos para a entrada no Parque ou no Acampamento Farroupilha, mas que a empresa vencedora da licitação poderá cobrar por algumas atrações a fim de garantir a viabilidade dos investimentos.

Ademir Moraes, presidente da Acampar, disse que, mantendo-se o período de agosto e setembro para os acampados e realizando-se melhorias na infraestrutura no espaço, a concessão será bem-vinda. Para o coordenador da 1ª Região Tradicionalista do MTG, Edson Fagundes, o debate com as entidades e com a sociedade é importante para evitar futuros problemas no edital de concessão. Ele ainda destacou a importância das obras de drenagem para que o Parque ofereça uma estrutura adequada aos turistas e visitantes.

Representante do TCE na reunião, Luiz Givago Franco Dutra destacou que a atribuição do órgão em processos como o da concessão do Parque Harmonia é fiscalizar os atos e os gastos do recurso público, citando que o TCE tem procurado trabalhar de forma prévia, conhecendo a modelagem para evitar problemas futuros. O vereador José Freitas (PRB), vice-presidente da Cosmam, apresentou questionamento sobre a situação dos guardadores de carro que atuam nas imediações do Parque durante o Acampamento Farroupilha. O representante do Sindicato dos Guardadores de Automóveis, Copinaré Acosta, reforçou o pedido de informação e criticou a gestão dos estacionamentos pelo MTG.

O vereador Aldacir Oliboni (PT) questionou os representantes do Executivo sobre a realização da Semana Farroupilha deste ano e manifestou preocupação sobre uma possível cobrança de ingresso para acesso ao Parque. “Os cidadãos que se interessam pela manutenção da cultura gaúcha precisam participar deste debate e sobre quais espaços serão destinados ao acampamento”, afirmou. O vereador Hamilton Sossmeier (PSC) defendeu a concessão para diminuir os custos do Executivo e garantir as melhorias que o Parque necessita para acolher os tradicionalistas, a população de Porto Alegre e turistas.

Para o vereador Cláudio Janta (Solidariedade), a Prefeitura falha ao não exigir do MTG a prestação de contas do Acampamento Farroupilha em tempo razoável, já que a entidade ainda não entregou o balanço relativo a 2017 e 2018. “Arrecadou, buscou dinheiro de patrocinadores, não prestou contas e continua essa gandaia. Dois, três anos para prestar contas não condiz com as leis democráticas para uso do espaço público”, afirmou. A falta de prestação de contas também foi criticada pelo representante do Piquete Desgarrados da República, José Mieres, que questionou o real valor investido pelo Município na Semana Farroupilha. As duas intervenções foram respondidas pelo representante do TCE, que afirmou que “aqueles que geram recursos públicos têm o dever de prestar contas”. Conforme ele, o órgão está atento à situação e já encaminhou pedidos de informação à Prefeitura sobre a falta de prestação de contas por parte do MTG.

Octávio Souza Capuano, presidente da Comissão Gaúcha do Folclore, defendeu que o debate sobre a concessão e as atrações do Parque Harmonia incluam também a cultura e o folclore do Rio Grande do Sul, não se limitando ao movimento tradicionalista. Na mesma linha de ampliar o diálogo, Cleonilton Almeida, do Espaço Cultural Aporreados do 38, defendeu que todas as entidades participantes do Acampamento Farroupilha participem do processo de modelagem da concessão. Simone Mirapaleta, do Piquete Estrela Gaúcha, também defendeu maior participação popular no processo.

A quantidade de piquetes após a restauração do local foi questionada pelo patrão do Piquete Flor e Truco, Edson Fontoura, que ouviu do diretor de projetos especiais SMPE que pode permanecer a mesma, em torno de 370, mas, como o projeto ainda não está acabado e há estudo ambiental sobre a vegetação do espaço, não há como afirmar no momento.

Para Carús, a concessão é um instrumento adicional aos que já existem – praças e parques geridos pelo poder público ou adotados por entidades privadas. “O cobertor do orçamento público é curto e quanto mais pudermos contar com a parceria da sociedade, melhor”, afirmou.

A reunião da Cosmam também contou com a participação do vereador Paulo Brum (PTB); secretário-adjunto da Cultura, Leonardo Maricato; representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams), Joaquim Cardinal; e representantes de entidades.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Médicos de Família residentes pedem alteração de lei



Reunião para discutir a remuneração dos Médicos Residentes disciplinados pela Lei nº 12.498/2019. (Foto: Leonardo Contursi/CMPA)

Médicos residentes que atuam na Medicina de Família e Comunidade da Secretaria Municipal de Saúde solicitaram apoio da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre para alteração da Lei nº 12.498/2019, a fim de que todos os bolsistas da modalidade que pagam aluguel tenham direito a auxílio-moradia. A reivindicação foi apresentada durante a reunião da Comissão na terça-feira (25/6), na sede da Câmara, que contou com a participação de médicos residentes e de representantes do Executivo e do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers).

O vereador André Carús (MDB) explicou que a pauta é um desdobramento do debate acerca do plano de carreira dos médicos do Município e atende a uma solicitação do vereador Roberto Robaina (PSOL), também presente no encontro. Conforme Robaina, a Comissão tem a capacidade de transformar “a importante pauta de valorização profissional dos residentes em uma pauta da Câmara”, fortalecendo a reivindicação.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde, a coordenadora de Saúde Primária e supervisora do Programa de Residência de Saúde da Família e Comunidade de Porto Alegre, Diane Moreira do Nascimento, apresentou o panorama da Saúde da Família no Brasil e na Capital, destacando sua importância como “ponto de referência da pessoa para qualquer situação de saúde”. Conforme ela, a cidade foi pioneira na atenção primária, ainda na década de 1970, mas hoje somente metade da população é coberta pela Saúde da Família. Atualmente, Porto Alegre conta com apenas 24 médicos de família em

unidades próprias e 21 residentes em curso distribuídos em oito unidades de saúde.

A gestora destacou a importância da residência médica citando elementos como o envolvimento dos profissionais com a comunidade, a qualificação do trabalho prestado pelas equipes de saúde e o alto índice de fixação desses médicos na cidade. Entretanto, pontuou que a falta de atratividade financeira prejudica o preenchimento das vagas de residência. Diane citou como caso de sucesso a cidade do Rio de Janeiro, que aumentou a cobertura de Saúde da Família de 3% para cerca de 70% ao abrir vagas para residência médica e oferecer uma complementação da bolsa de estudo no valor de R\$ 10 mil. O valor pago nacionalmente como bolsa aos médicos residentes é de R\$ 3.330,00.

George Martese, representante dos médicos residentes da Medicina de Família e Comunidade de Porto Alegre, relatou a aflição dos jovens profissionais com um dos critérios para a concessão do auxílio-moradia: a proibição de o profissional ter residido na Capital por mais de 60 dias nos últimos 12 meses. “Isso prejudica os médicos formados pelas universidades de Porto Alegre”, afirmou.

Giulia Bonato Reichert, representante do Núcleo Jovem do Simers, afirmou que o trabalho dos residentes é desvalorizado, sendo que o valor da bolsa corresponde a “10%, 20% do salário que esse médico receberia trabalhando em outros locais, como clínicas populares”. Para ela, uma forma de valorização seria a garantia do auxílio-moradia para os residentes e os preceptores (médicos mais experientes que acompanham a residência). Adriele Andres, diretora do Simers, defendeu a retirada do critério que veta o benefício a quem residiu na cidade nos últimos meses. “Quem paga aluguel deve receber auxílio-moradia”, afirmou, lembrando que a residência requer dedicação exclusiva, o que impede os médicos desta modalidade de terem outra renda.

Para corrigir a diferenciação dos critérios de concessão do auxílio-moradia, foi aprovada sugestão do então presidente André Carús para que a Cosmam encaminhe ao Executivo Municipal um projeto indicativo, assinado por seus membros e outros vereadores interessados, sugerindo a revogação do dispositivo. Também participaram da reunião os membros da Comissão Hamilton Sossmeier (PSC) e Nelcir Tessaro (DEM).

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Contratos de triagem e reciclagem de lixo são debatidos na Cosmam



Comissão se reúne para debater os contratos com as Unidades de Triagem e o Fundo de Inclusão produtiva na Reciclagem. (Foto: Leonardo Cardoso/CPMA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre discutiu, na manhã da terça-feira (2/7), os contratos com Unidades de Triagem e Fundo de Inclusão Produtiva na Reciclagem na capital. De acordo com o então presidente da comissão e também proponente da reunião, vereador André Carús (MDB), no passado houve uma mudança do padrão na remuneração dos convênios. “Esse foi o embrião para chegarmos no que estamos hoje, evoluímos de convênio para contrato, agora considerando também os resíduos”, afirmou.

Executivo

Segundo o diretor geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Rene Machado, uma das principais inovações é que não será mais preciso realizar licitação. “Ao invés de convênio será contrato, por isso também estamos pedindo liberação orçamentária para a Secretaria Municipal da Fazenda para cada um dos contratos e nesse mês já entrarão em vigor alguns”. O diretor chamou a atenção para a coleta clandestina de lixo que ocorre na capital. “Caminhões baú fazem o serviço, por isso junto à EPTC fazemos um trabalho de inteligência para reconhecer rotas e horários e assim estabelecer blitz nesses locais”, explicou ele ao relatar que servidores já foram ameaçados com armas, no que classificou como ação criminosa.

Cooperativas

“Na natureza nada se cria, nada se perde e tudo se transforma”. Assim começou sua fala Alex Cardoso, coordenador do Fórum dos Catadores. “Os catadores têm uma função ambiental. Podemos reaproveitar os resíduos, tudo no planeta está interligado e a verdade é que já consumimos 30% da capacidade do planeta”, declarou. Ele ainda ressaltou que a prefeitura tem um alto investimento na questão do lixo. “O município investe milhões, mas digo que contratar catadores, ao invés de empresas, além de geração de empregos e renda é promover questões ambientais”, alertou destacando que 40% do trabalho realizado pelas cooperativas não é pago, pois não consideram os rejeitos separados.

Representante da Unidade de Triagem do Campo da Tuca, Antônio Matos afirmou que até a chegada de André Carús no DMLU, a categoria lutava há mais 10 anos por pautas básicas. “Em uma reunião de 45 minutos nós resolvemos. Nossa causa é muito forte, mas a questão dos caminhões clandestinos é um grande problema, pois dezenas deles passam antes da Cootravipa. O DMLU não chega a ter uma dúzia de fiscais e quem paga essa conta é a sociedade”, disse. Antônio ainda questionou o gerenciamento do Fundo Municipal de Reciclagem. “Ali não tem dinheiro do município e o prefeito quer fechar o fundo e entregar para a Secretaria da Fazenda”, finalizou.

Aos 31 anos de idade, Nubia dos Santos relatou que vem de uma família de catadores. “Há 8 anos que trabalho com isso. A população tem preconceito com os catadores, mas nós desenvolvemos a saúde pública da cidade. Se não fosse nosso trabalho, tudo estaria indo para os aterros”, contou. Ela afirmou ainda que a média salarial de um catador gira em torno de R\$ 600 e que algumas exigências que estão sendo feitas às cooperativas são inadequadas. “Não temos dinheiro nem para comprar uma impressora. Penso que o contrato tem que ser feito em construção com os personagens que fazem parte disso. Sejam solidários com o catador. Nosso trabalho é social”, concluiu.

Fundo

Anderson Oliveira, presidente do Conselho Gestor do Fundo, afirmou que a ideia é uma criar forma de custeio a longo prazo. “Atualmente se trabalha para preparar as unidades de triagem, para poder ter captação de recursos, para destinar o trabalho em locais licenciados, pois hoje temos muitos locais clandestinos. Nada é impositivo, tudo tem uma justificativa”, disse, informando que por meio do contrato irão equiparar o pagamento dos catadores ao valor da tonelada da destinação final, mas para isso, segundo ele, as unidades devem estar licenciadas.

Tribunal e Ministério

O projeto Todos somos Porto Alegre foi classificado por Flavia Martins, do Tribunal de Contas do Estado, como excepcional, pois era capaz de acabar com a miséria na capital. “O lixo é muito rico, é uma matéria prima que gera renda para famílias que não têm opção. Em qualquer país civilizado do

mundo, quem não separa lixo é multado. É básico. Ações efetivas de educação ambiental passam pela fiscalização e quem está chegando hoje tem que respeitar o que foi feito antes”, afirmou,

Rogério Fleischmann, procurador do Ministério do Trabalho, disse que "o problema é complexo e deve ser visto fundamentalmente como um problema social, mas não podemos tratá-lo com um viés de competição. Ontem mesmo vi um veículo irregular pegando todo o lixo no bairro Bom Fim. A proposta de um projeto piloto da coleta solidária está caindo de madura em Porto Alegre”, declarou.

Vereadores

O vereador José Fretas (PRB) resumiu a situação como sendo uma questão que merece foco na gestão e na fiscalização. Já o vereador Nelcir Tessaro (DEM) afirmou que isso passa por um problema cultural. “As pessoas não têm educação e informação sobre o assunto”, disse. Aldacir Oliboni (PT) salientou que a rejeição de 86% do atual prefeito se explica pela sua maneira de atuação. “É impossível implementar o contrato da forma como está”.

André Carús definiu como encaminhamentos a confecção de Pedido de Informações por parte da comissão sobre o saldo do fundo, para ser mais amigável na disponibilização dos recursos para as unidades de triagem, além de verificar o protocolo de logística reversa e a questão dos grandes geradores. O vereador também pediu que os catadores formalizem em um documento os pontos divergentes na minuta do contrato.

Os vereadores Hamilton Sossmeier (PSC) e Paulo Brum (PTB) também acompanharam a reunião.

Texto: Lisie Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Vereadores visitarão famílias a serem reassentadas pela obra da ponte do Guaíba



Comissão se reúne para discutir as obras da Nova Ponte do Guaíba e a influência no Parque Estadual Delta do Jacuí e Bairro Arquipélago. (Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre deliberou, na terça-feira (9/7), a realização de visita, no mês de setembro, às cerca de 500 famílias que vivem nas ilhas dos Marinheiros e Pavão, no bairro Arquipélago, que por determinação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) devem ser reassentadas para a retomada das obras da nova ponte do Guaíba no local. Os vereadores pretendem ouvir as famílias residentes sob o traçado ou dentro da área de preservação, no entorno da obra, para saber se elas estão satisfeitas com os encaminhamentos do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). O encontro na Cosmam foi solicitado pelo vereador Hamilton Sossmeier (PSC).

De acordo com o superintendente do Departamento, Delmar Pellegrini Filho, a maioria das famílias já está contemplada com indenizações que variam de R\$ 152 a R\$ 178 mil, no formato de compra assistida, em processos que tramitam junto à Justiça Federal. “Cerca de 150 já se mudaram para as novas moradias, outras já escolheram os imóveis e aguardam a escritura para a liberação dos recursos da Caixa Econômica Federal, depositados em conta judicial, para o pagamento e despesas cartoriais”, ressaltou.

Conforme Pellegrini Filho, as 150 famílias que já deixaram as ilhas estão satisfeitas e vem tendo acompanhamento do órgão. Falou que, do total, apenas 15 optaram por permanecer e que uma solução negociada vem sendo estudada em conjunto com a prefeitura de Porto Alegre. O processo deve estar finalizado até setembro, quando espera ser possível a retomada das obras no local. A previsão é a de que, até o final de 2019, seja liberado o fluxo nos dois sentidos com acesso à BR 116, via Freeway, e o inverso no sentido a Porto Alegre.

Restaria, segundo Pellegrini Filho, a solução para outras aproximadamente 500 famílias que vivem no lado do continente e que também deverão ser reassentadas. Mas, ele explicou que esse processo só deverá iniciar no final do ano, pois depende da finalização da licitação das obras de infraestrutura do terreno, originalmente de propriedade da Viação Férrea, destinado à realocação de cerca de 250 destas famílias. As demais, disse, “deverão buscar a compra assistida ou serem incluídas em outros projetos, sendo necessária ainda previsão orçamentária do governo federal”. Em razão disso, enquanto o processo estiver em andamento, não será possível concluir a alça de acesso ao bairro Humaitá, informou.

Aspectos ambientais

Por se tratar de uma área de preservação ambiental, o tema também foi discutido no encontro desta terça-feira. Conforme o diretor de biodiversidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Diego Melo Ribeiro, os recursos garantidos para a recuperação ambiental giram “em torno de R\$ 4 milhões”, correspondentes a 0,5% do total a ser aplicado na construção da nova ponte. Segundo ele, os valores serão destinados para outras desapropriações necessárias, que estão fora dos limites da obra, para a retirada dos resíduos de construção civil da área de preservação ocupada, cercamento e instalação de uma unidade de conservação para dar, no local, continuidade ao trabalho de fiscalização, ações preventivas e de educação ambiental, especialmente para a comunidade do entorno.

Comunidade

Representando a comunidade, Luiz Antonio Domingues, um dos fundadores e atual presidente do Movimento Ponte do Guaíba diz que a principal preocupação é com o desenvolvimento da Metade Sul do Estado e a vida das pessoas que anualmente morrem sob a ponte. Dados apresentados por ele demonstram que em 2006, quando o movimento pela obra iniciou, foram 86 óbitos e, em 2017, chegaram a 114 vidas perdidas em razão do trânsito interrompido quando do içamento ou engarrafamentos pelo intenso fluxo de veículos no local.

Para Domingues é preciso que a obra seja rapidamente concluída e, para isso, os processos de reassentamentos tenham os avanços necessários, tanto por parte das responsabilidades do DNIT quanto da prefeitura. Ele ainda destacou que muitas das famílias que foram indenizadas e escolheram a cidade de Eldorado, pela proximidade com as ilhas e o trabalho nas unidades de reciclagem, estão passando dificuldades; por isso, insistiu que os vereadores visitem a obra, mas também a essas famílias.

Também ficou deliberada a realização de uma nova reunião da Cosmam para atualizar as informações sobre o tema. Participaram do encontro também os vereadores José Freitas (PRB), que presidiu os trabalhos, Aldacir Oliboni (PT) e Júlio Cesar Nunes Rolhano, gestor do Parque Estadual Delta do Jacuí.

Texto: Milton Gerson (reg. prof. 6539).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam confere estrutura do Hospital Santa Ana



Vereadores percorreram estrutura de atendimento da casa de saúde, localizada em Teresópolis. (Foto: Ederson Nunes/CPMA)

Um ano após visita às obras do Hospital Santa Ana, construído pela Associação Educadora São Carlos (Aesc), vereadores da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre voltaram à instituição, desta vez para conferir seu funcionamento e infraestrutura. Inaugurado parcialmente em agosto de 2018 e agora em pleno funcionamento, o hospital, no bairro Teresópolis, atende as áreas de saúde mental, cuidados prolongados e retaguarda clínica. O vereador André Carús (MDB), o vice-presidente José Freitas (PRB) e os membros da Comissão Aldacir Oliboni (PT) e Hamilton Sossmeier (PSC) estiveram no local durante a manhã da sexta-feira (12/7) e foram recebidos pelo diretor médico, Marcelo Fagundes.

“Esta é uma conquista importante para a cidade. O Santa Ana trata de uma das questões mais sérias da atualidade, que é a saúde mental. Por ser um hospital de retaguarda, contribui para desafogar as emergências da cidade e garante um atendimento de qualidade que outras instituições, pela estrutura precária e superlotação, muitas vezes não conseguem garantir”, afirmou Carús. Conforme o vereador, o objetivo da visita foi dar visibilidade ao hospital e conferir o atendimento. “Esta é a primeira visita da Cosmam após seu pleno funcionamento. Pudemos constatar a excelência no serviço prestado”, destacou.

Retaguarda

Os vereadores percorreram alas do Santa Ana e receberam informações sobre o atendimento. A instituição conta com 203 leitos, sendo 56 deles destinados à saúde mental, 10 de UTI, 60 de cuidados prolongados e o restante de retaguarda clínica. Os pacientes são recebidos através do encaminhamento das emergências de outras instituições de saúde. “O nosso objetivo principal é desafogar as emergências. Temos muita satisfação em perceber que estamos ajudando a reduzir a superlotação em Porto Alegre”, afirma Marcelo Fagundes. O gestor destaca, ainda, que a instituição atende integralmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) através de convênio com o Município de Porto Alegre.

A especialidade de saúde mental é dividida em duas alas, cada uma com 28 leitos. Uma delas atende mulheres adultas com dependência química e outra atende o público masculino de 12 a 18 anos com dependência química ou transtornos mentais. O tempo médio de internação para tratamento é de 20 dias. Toda a estrutura desses espaços foi planejada para evitar acidentes e tentativas de suicídio.

Já a unidade de internação de cuidados prolongados atende majoritariamente idosos acamados. Os acompanhantes também recebem refeições fornecidas pelo hospital. “Atendemos uma população muito carente”, explica Fagundes. Pacientes com doenças altamente contagiosas ficam em leitos isolados com controle de pressão para evitar a contaminação do ambiente externo. A instituição ainda conta com UTI e pequenos procedimentos cirúrgicos para os pacientes que já estejam internados. Para os pacientes neurológicos crônicos próximos da alta hospitalar, é oferecida fisioterapia em uma sala de recuperação para garantir que eles possam retomar as atividades do cotidiano com maior autonomia.

Conforme a direção do Santa Ana, o único problema enfrentado pelos funcionários da instituição e acompanhantes dos pacientes são os assaltos nas redondezas, especialmente na parada de ônibus. A Cosmam encaminhará pedido de providência à Prefeitura para melhorar a iluminação na Praça Simões Lopes Neto, em frente ao Hospital, e solicitará à Brigada Militar o reforço no patrulhamento.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Mina Guaíba deverá ter Audiência Pública conjunta entre legislativos e MP



Reunião da Cosmam foi realizada na noite da segunda-feira (15/7). (Foto: Ederson Nunes/CMPA)

Uma audiência pública conjunta entre o legislativo de Porto Alegre, Assembleia Legislativa e o Ministério Público deverá ser realizada para tratar dos possíveis impactos sociais e ambientais a serem causados pela instalação e exploração da Mina Guaíba. Esse foi um dos encaminhamentos da reunião na noite da segunda-feira (15/7), realizada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal da capital gaúcha. A proposta da audiência coletiva foi formatada após manifestação da promotora do Meio Ambiente, Ana Marchesan, que declarou a intenção do órgão de promover o encontro, caso a Fepam não o realize.

O encontro lotou o plenário Ana Terra e contou com a participação de representantes de diversas entidades ambientais e órgãos de controle. A ausência da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, e da empresa Copelmi, responsável pelo projeto e futura operação da mina, foi duramente criticada.

Presidida pelo vereador André Carús (MDB), a reunião encaminhou ainda que nesta terça-feira (16/7) os integrantes da Cosmam farão um pedido de informações ao Departamento Municipal de Águas e Esgoto (DMAE) para que o órgão apresente o parecer sobre a situação de captação da água que abastece os porto-alegrenses. A existência oficial do documento foi negada pelo diretor-geral adjunto do DMAE, Leomar Teichmann, mas segundo informações trazidas ao encontro pelo deputado Sebastião Melo (MDB), e confirmadas por Ana Marchesan, ele estaria anexado ao Estudo de Impacto

Ambiental em análise pela Fepam. “Se em algum tempo passado esse documento foi emitido e estiver sem base técnica, não haverá qualquer problema de - feita a análise do seu conteúdo - o DMAE o revogá-lo”, disse Teichmann ao solicitar cópia ao MP.

Presente ao encontro, o ex-secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre e ex-diretor da Fepam, Mauro Moura, disse que a realização de audiência pública conjunta entre a Câmara, a Assembleia e o Ministério Público é louvável, mas que para que sejam cumpridos os ritos do licenciamento é necessário que o encontro seja promovido pela Fepam. “Só dessa forma os encaminhamentos irão fazer parte do processo em curso de análise para o licenciamento ambiental”, disse.

A posição foi contestada pelo presidente dos trabalhos. André Carús afirmou que a Cosmam irá solicitar a inclusão da ata do encontro ao processo de licenciamento em curso. De acordo com o parlamentar, as normas da Fepam ferem o que determina o artigo 5º da Constituição Federal (CF), que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Para Carús, o inciso 34, “que assegura o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”, previsto na CF, está acima de qualquer outra norma existente.

Conforme Francisco Milanez, presidente do Movimento Contra a Mega Mineração, que também é presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), é inaceitável que a Fepam, órgão que é formado por um corpo técnico de alto valor, esteja agindo em defesa do empreendedor. Segundo ele, isso ficou claro quando a liminar conquistada pelo movimento para impedir a realização da primeira Audiência Pública, em Guaíba, foi derrubada a pedido da direção do órgão estadual. “Se fosse o empreendedor que tivesse derrubado teria lógica, mas não a Fepam”, lamentou o biólogo e ambientalista gaúcho.

Sobre o projeto em si, Milanez disse que “não respeita a ordem de preservação ambiental e a vida”, que está crescendo nas principais nações mundiais. “É inaceitável que no ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) lança campanha contra a poluição do ar, o Rio Grande do Sul, na contramão de todas as tendências modernas de apostar na produção de energias renováveis, licencie um empreendimento de mineração de carvão”, ressaltou.

Milanez ainda referiu que o Estado tem, segundo dados técnicos, condições para a obtenção de autossuficiência energética pelos sistemas eólico e fotovoltaico, e que a energia de base pode ser, “como já é”, segundo ele, produzida por usinas hidrelétricas. “Não precisamos da energia do carvão e da poluição que ela vai gerar. Não há razão para que o ganho de uma empresa seja feito em cima da destruição da qualidade das pessoas”, criticou.

Participaram da mesa do encontro, ainda, Karem Moreira, representando a OAB/RS; Luiz Afonso Rosário, da ONG internacional 350; John Wurdig, presidente da AGEA; Viviane Diogo, secretária adjunta do Meio Ambiente de Porto Alegre; Flávia Burmeister Martins, representante do Tribunal de Contas; além dos vereadores José Freitas (PRB), Hamilton Sossmeier (PSC), Carlos Comassetto (PT), Cássio Trogildo (PTB), Valter Nagelstein (MDB) e Marcelo Sgarbossa (PT).

A mina

O Mina Guaíba é um projeto de mineração de carvão mineral, areia e cascalho localizado nos municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, no Rio Grande do Sul, que, atualmente, está em processo de licenciamento junto ao órgão ambiental, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM).

O projeto de abrir uma mina a céu aberto em uma área de quatro mil hectares nos municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas “para trazer à tona 166 milhões de toneladas de carvão mineral para uso em gaseificação, termelétricas a carvão, ou mesmo em um polo carboquímico”, proposto pela Copelmi Mineração, é criticado por entidades ambientalistas.

O principal problema do projeto, segundo os ambientalistas, é a sua localização, considerada incompatível pelo “altíssimo impacto ambiental”, que exigiria a supressão total de mais de dois mil hectares de vegetação, flora e fauna, rebaixamento de lençol freático e alteração de cursos de água na Área de Amortecimento do Parque Estadual do Delta do Jacuí. A mina de carvão mineral também impactará a produção de arroz de 72 famílias de agricultores assentados, que compõem um dos maiores centros de produção agroecológica da América Latina e de indígenas Mya Guaranis.

Texto: Milton Gerson (reg.prof. 6539).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Atribuições de Agentes Comunitários da Saúde foram debatidas na Cosmam



Comissão debate a remuneração dos Agentes Comunitários da Saúde e suas atribuições funcionais. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre esteve reunida na manhã da terça-feira (13/8) para debater sobre a remuneração dos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) e suas atribuições funcionais. A pauta foi sugerida pelo vereador Hamilton Sossmeier (PSC) alegando a necessidade da discussão em função da importância desses profissionais para a área da saúde na cidade. “São altamente relevantes em suas funções junto às comunidades mais necessitadas”, justificou. A capital tem atualmente 141 Unidades de Saúde com esses profissionais.

A remuneração dos Agentes é baseada na Lei Municipal 12.239/17 que autoriza o Poder Executivo Municipal a utilizar os recursos repassados pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul como incentivo financeiro adicional para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS/ESF).

Desvios

No encontro, Valdívnia Lucas, secretária geral do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado (Sindacs/RS) e agente de saúde falou sobre o desvio das funções que os agentes executam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Município. “Muitas vezes deixamos de atender as comunidades porque estamos no Posto atuando na recepção ou na área administrativa”, reclamou ela, dizendo ainda que em alguns casos as metas de trabalho – 120 visitas domiciliares por mês - não são cumpridas em função do desvio das atividades.

“Além de termos que justificar por escrito sobre nossas ausências nas residências”, ressaltou ainda Valdívia. Ela pediu ainda que sejam incluídos no Programa de Agentes Comunitários da Saúde (PACS) Agentes de Combate a Endemias e a diferença do valor de insalubridade que, segundo ela, os profissionais têm direito desde 2016 e que não está sendo pago.

Já Rodinei Pinto, Agente Comunitário de Saúde, disse que as funções e atribuições dos agentes não são claras. “Isso só abala nossas metas, pois onde deveria ter duas equipes atuando, só temos uma”, ressaltou salientando também o desvio de função. “Muitas vezes atuamos na marcação de consultas e na recepção, e não atendendo nas comunidades, deixando os pacientes vulneráveis”, enfatizou.

Luiz Airton, do Conselho Municipal de Saúde (CMS/POA), pediu atenção dos vereadores em relação à Lei que trata dessa categoria profissional. “Vamos ter que revê-la, pois precisamos avançar nas reivindicações. Se preciso vamos convocar uma assembleia para debater o tema”, prometeu Airton.

Integralização

No encontro, o secretário Municipal da Saúde Pablo Stürmer fez um relato das atividades dos agentes de saúde desde a implantação do Programa em Porto Alegre, através da Lei 12.239/17. Falou que a intenção do atual governo é manter o pagamento de incentivo mediante integralização dos repasses feitos pela Secretaria Estadual da Saúde (SES) e discutir incentivos conforme desempenhos dos Agentes, o que, segundo ele, está em discussão junto ao Sindacs, Sindisaúde/RS e Frente Parlamentar em Defesa da Estratégia de Saúde da família.

No final do debate, disse que não tem maiores informações sobre os Agentes de Endemias. “Preciso me informar para depois responder sobre essa possibilidade”, disse ele. Falou ainda que Porto Alegre tem 750 Agentes atualmente e que a verba recebida do Estado é dividida pelo número de profissionais em atividade. “Temos muitos afastados, mas isso não significa a abertura de novas vagas”, falou Stürmer enfatizando que o valor recebido é dividido por todos em partes iguais.

Também fazem parte da Cosmam os vereadores André Carús (MDB), José Freitas (PRB), Aldacir Oliboni (PT), Paulo Brum (PTB) e Cláudia Araújo (PSD).

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8.423).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Vereadores visitam Rua da Represa



Vereadores ouviram demandas da comunidade. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Vereadores da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) e da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul (Cefor) da Câmara Municipal de Porto Alegre visitaram a Rua da Represa, no Bairro Coronel Aparício Borges, na manhã da sexta-feira (16/8). Acompanhados de moradores e lideranças comunitárias, os vereadores Aldacir Oliboni (PT) e Cláudia Araújo (PSD), membros da Cosmam, e o vereador Aírto Ferronato (PSB), da Cefor, percorreram a extensão da via que faz divisa com o Arroio Moinho, na zona leste da Capital. Representantes do Dmae, DMLU e Fasc acompanharam o roteiro.

“Faz dois anos que faleceu uma moradora arrastada pela enxurrada. De lá para cá temos tensionado o governo por ações que melhorem a situação, mas a cada vez que chove entra água nas casas e não tem como passar pela rua. Tem muita coisa para ser feita: a revitalização do Arroio, a construção de um pontilhão, o deslocamento de um poste que está no meio da água”, relatou a líder comunitária Maria Elisabete Marques Gomes. Problemas referentes à iluminação pública e às condições da via também foram destacados pelos moradores. “Temos cadeirantes que não conseguem passar por aqui. Somos pobres, adquirimos as coisas com suor pra perder tudo quando chove”, lamentou o morador Pedro Roberto Cunha da Silva.

Ao longo do trajeto, moradores mostraram aos parlamentares pontos em que residências correm risco de desmoronamento e outros em que a água corre por cima da rua devido ao entupimento dos canos subterrâneos ou vazamentos. Eles também criticaram a ação de vizinhos que descartam resíduos ao longo do Arroio Moinho, o que agrava o problema nos dias de chuva e ainda contribui para a proliferação de insetos e ratos.

A área de maior risco para os pedestres é a travessia sobre a represa, no alto do Arroio. O local é estreito e tem apenas uma corda - instalada pelos próprios moradores - como proteção improvisada. As lideranças que acompanharam a visita sugeriram a construção de um pontilhão com corrimão nas laterais.

Conforme o vice-presidente da Associação de Moradores da Chácara do Primeiro, Henrique Jerônimo Arusiewicz, em novembro de 2012 deveria ser inaugurada a pavimentação da rua, no entanto, a obra apenas foi iniciada. Além disso, essa primeira parte do trabalho acabou provocando ainda mais erosão no entorno do Arroio. “Queremos que a prefeitura apresente um projeto para colocação das galerias, para desassorear o curso d’água e para finalizar o asfalto, que no papel consta como concluído”, afirmou.

Vereadores

“Temos aqui alguns pontos críticos que a comunidade vem cobrando do poder público e nada acontece de melhoria. O governo precisa apresentar uma alternativa”, afirmou Oliboni. O parlamentar informou que será realizada uma reunião conjunta da Cosmam e da Cefor, com a presença da comunidade, para o governo apresentar qual projeto tem para o local, tanto com relação ao desassoreamento e revitalização do Arroio quanto no que se refere a programas habitacionais para a remoção das famílias que moram em áreas de risco.

A vereadora Cláudia Araújo, que faz sua primeira visita pela Cosmam, ponderou que há duas questões importantes para a solução dos problemas da comunidade da Rua da Represa: a atuação do poder público, que precisa cumprir os projetos que diz ter para a região; e a conscientização dos moradores para que não joguem lixo no Arroio. Ferronato destacou a importância da reunião conjunta, a ser realizada provavelmente em setembro, “para que os moradores saibam efetivamente o que vai acontecer”.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Plano Diretor de Porto Alegre deverá focar em uma cidade para as pessoas



Comissão discute a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

O desenvolvimento de uma cidade para pessoas, mais humana, inclusiva e real é o conceito chave proposto na revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, conforme declarou a diretora de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade da capital (Smans), Patrícia Tschoepke, durante reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal. O encontro, que ocorreu na manhã da terça-feira (20/8), foi presidido pelo vereador André Carús (MDB) e teve como foco discutir sobre as prioridades, zoneamentos, meio ambiente e o acordo selado entre o município e a ONU-Habitat.

“Estamos trabalhando para entregar à população o que ela espera, um plano diretor focado no espaço público, com edificações que atendem o plano regulador, mas buscando ampliar a relação entre espaço público e privado”, disse Patrícia utilizando o exemplo das calçadas e praças. “As calçadas têm um problema de regramento e gestão dos espaços coletivos, assim como as praças, que são espaços de todos. Não deveriam então, as edificações ao seu redor tomarem partido desse local para melhorar e tornar mais humano o ambiente”, questionou.

Ela ainda salientou que o trabalho de sua pasta é trabalhar, além da escala macro, também a escala intermediária, do bairro, para que as pessoas do local consigam ver uma luz no fim do túnel. “Sabemos que faltam parâmetros para qualificar a paisagem urbana e e para qualificar a interface entre urbano-ambiental. Por isso, estamos operando para fortalecer a identidade local e o sentido de pertencimento das pessoas para que estas se vejam como protagonistas na construção da sua cidade”, afirmou oferecendo o e-mail planodiretor@portoalegre.rs.gov.br para que a população possa esclarecer dúvidas e dar sugestões.

O secretário da Smams, Germano Bremm, lembrou que a cada dez anos deve ocorrer a revisão do Plano Diretor da cidade. “Para isso, queremos contar com a colaboração dos vereadores e da população. Temos um plano de comandos gerais, ele é macro e na primeira fase não há o detalhamento, por essa razão, vamos fazer audiências públicas e oficinas territoriais para poder captar as necessidades da comunidade”, explicou. Questionado sobre itens como corredores ecológicos, ele salientou que estão no cenário, além de esclarecer que o adensamento de bairros, ao contrário da visão que se tinha no passado tem se mostrado eficaz e vai na contramão de cidades horizontais.

“Estamos ouvindo, colhendo contribuições e somando esforços. Na minha equipe tenho servidores apaixonados pela cidade e dão o seu melhor pela cidade. Em março de 2020 pretendemos entregar a proposta de minuta do novo Plano Diretor, em novembro a idéia é entregar o plano detalhado”, concluiu afirmando que a secretaria tem trabalhado pela aprovação digital das licenças, item importante nesse contexto.

Alagamentos

A vereadora Claudia Araújo (PSD) ressaltou que no papel é um cenário, mas realidade é outra coisa. “Antes de termos belas praças precisamos resolver os problemas mais graves como os alagamentos. A maioria das comunidades, especialmente nas encostas dos morros correm riscos” disse afirmando que a acessibilidade é outro ponto. “Há muita dificuldade, e os cadeirantes não conseguem se locomover dentro de sua própria cidade”, disse. Já o vereador José Freitas (REP) considerou que o licenciamento deve acompanhar as mudanças. “Muitas empresas estão indo embora de Porto Alegre em função da burocracia”, concluiu.

Na oportunidade, o vereador André Carús (MDB) acolheu a proposta de Cláudia Araújo para a promoção de audiências públicas sobre o assunto. “Apenas lembro que na CMPA será instalada uma comissão específica para tratar desse assunto, só temos que ver se não vamos nos sobrepor a essa comissão”, ponderou. O parlamentar disse ainda que na apresentação há um importante avanço junto ao desenvolvimento sustentável. “Esse é um esforço mundial e é indispensável termos um capítulo dedicado exclusivo aos espaços públicos, pois hoje há uma ocupação qualificada desses locais e movimentos de inovação urbana fazem pare disso”, afirmou.

Carús conclui destacando que Porto Alegre hoje é uma cidade de serviços. “Nossa missão atualmente é redescobrir vocações, e essa é também uma das tarefas do plano diretor. O empreendedor tem que ver potencial na cidade, e o papel do executivo é tornar a cidade mais amigável ao empreendedorismo. A colaboração da ONU é decisiva para termos êxito na matéria”, finalizou.

Também estiveram presentes os vereadores Mauro Pinheiro (Rede) e Mário Manfro (PTB); além de Sônia Santos, assessora da SMDE, Sônia

Castro; Renato Ramacho, da PGM, e Hudson Paes, assessor jurídico da Smans.

Texto: Lisie Bastos Venegas (reg. prof 13688).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam debate políticas de acessibilidade e inclusão



José Antônio Guimarães (ao microfone) falou sobre dificuldades enfrentadas diariamente pelos deficientes. (Foto: Leonardo Contursi/CMPA)

O que é deficiência? Com essa questão iniciou a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre na manhã da terça-feira (27/8), que discutiu o tema por ocasião da Semana da Pessoa com Deficiência, celebrada entre 21 e 28 de agosto. Proposto pela vereadora Claudia Araújo (PSD), o encontro foi presidido pelos vereadores André Carús (MDB) e José Freitas (REP) e abordou também pautas relacionadas às políticas públicas de acessibilidade e inclusão social na Capital.

Representando a Associação dos Deficientes Visuais de Canoas (Adevic), José Antônio Guimarães respondeu ao questionamento inicial afirmando que, segundo a ciência, deficiência é a falta de uma estrutura ou insuficiência de estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. “Mas a história nos conta que, depois das duas guerras que tivemos, quem tinha deficiência era taxado como inválido. Mas temos que ter claro que o desenho de acessibilidade é universal, é para todos, pois todos nós somos humanos”, declarou.

Segundo ele, inúmeras barreiras, físicas ou não, precisam ser vencidas. “Temos as barreiras arquitetônicas nas cidades, por exemplo, rampas mal feitas, elevadores sem a escrita braile, caixa eletrônico sem leitor de tela. Tudo isso faz com que percamos a autonomia. A sociedade tem que mudar, pois da forma como está é excludente. Se nós todos somos da condição humana não pode haver discriminação”, salientou, ressaltando que atitudes simples transformam uma sociedade.

O presidente da Fadergs, Marco Lang, disse que se atrasou para a reunião já que por ser cadeirante teve de aguardar para usar o banheiro especial. “Tinha uma pessoa que não era deficiente lá dentro e isso é mais comum do que vocês imaginam. Nós enfrentamos dificuldades no dia a dia”, afirmou. De acordo com ele, independentemente de ideologias, temos que estar unidos pela causa, por aquilo que acreditamos. “Informação é o que falta para as pessoas, muitas nem sabem de leis de acesso a cadeiras de rodas, por exemplo”, declarou.

Executivo

O trabalho para aumentar o acesso às consultas para a atenção especializada foi destacado por Kelma Soares, representante da Secretaria Municipal de Saúde. “Temos o plano da pessoa com deficiência que será desenvolvido até 2021, especialmente a questão da acessibilidade. Todas as sextas-feiras, o secretário faz visitas às unidades de saúde para conhecer as demandas. Nosso objetivo é cuidar das pessoas”, afirmou.

Sua colega no Executivo, a arquiteta Karla Meleque, da SMS, informou que a prefeitura conta com 180 unidades de saúde e que algumas, por serem muito antigas, ainda não estão adaptadas. “Nos últimos quatro anos, nosso movimento se intensificou no sentido da inclusão. Atualmente, nas unidades próprias, 80% já têm rampa e todos os prédios novos são acessíveis”, concluiu.

Litoral

Josemar Martins, representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Capão da Canoa, afirmou que, no Litoral, há trabalho forte nas escolas, para que todos possam frequentar. “Além disso, no verão levamos esporte adaptado para a beira mar”, disse, fazendo críticas. “Algumas das questões que acho importante comentar é o fato de que deficiente físico só pode ir para o litoral até as 15h30min, por falta de transporte compatível. E uma pergunta: Por que autorizam um novo comércio se ele não possui acessibilidade? Nós também somos consumidores. Adquiri uma deficiência aos 37 anos, mas eu não morri”, finalizou.

Cotas

Servidor do Sine, Gilberto Pinto ressaltou que o espaço das empresas é deficiente. “Nós, deficientes, não queremos cumprir cotas, queremos empresas sociais e inclusivas. O Sine da Jose Montauray, na Capital, é 100%

inclusivo”, informou. Jussana Müller, presidente do Coepede, disse que as pessoas com deficiência deveriam estar nas pautas dos governos sempre. “Todas as deficiências são importantes. Nós, como sociedade, temos que ter o olhar apurado para as possíveis dificuldades que essas pessoas podem enfrentar”, afirmou.

Vereadores

“Como deficientes, sabermos o que se passa com o outro. Esse tema é candente”, disse o vereador Paulo Brum (PTB), destacando que ainda falta informação por parte da população. “Em termos de legislação, não precisa mais inventar história. Também devemos estar atentos à fiscalização.” Já o vereador Hamilton Sossmeier (PSC) elogiou a fala de Marco Lang e disse que a conscientização é fundamental, pois as pessoas, muitas vezes, não percebem o mal que estão fazendo.

Como presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, o vereador Alvoní Medina (REP) afirmou que é preciso ação do poder público. “A própria Câmara não tem acessibilidade na entrada. Fiz inclusive a solicitação de uma faixa de segurança também”, destacou. O vereador José Freitas reforçou que falta fiscalização. “Tenho alguns projetos nesta área, como a reserva de assentos em praças de alimentação para cadeirantes, bem como áudio nos ônibus para indicar as paradas”, lembrou.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD) salientou que a Câmara de Capão da Canoa é totalmente acessível e que não seria difícil e oneroso fazer o mesmo na Capital. “Vamos ter agora a discussão de um novo Plano Diretor e é importante o assunto da acessibilidade. Nosso estado tem 25% de pessoas com deficiência e são 45 milhões de pessoas com deficiência no país, é importante nos adaptarmos”, finalizou, solicitando que a ata da reunião seja encaminhada à prefeitura, bem como secretarias correspondentes à pauta debatida.

Texto: Lisie Bastos Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Comunidade pede melhorias na Barragem Lomba do Sabão



Vereadores José Freitas (frente) e Aldacir Oliboni, durante visita da Cosmam à barragem.
(Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal realizou, na manhã da sexta-feira (30/8), visita à Barragem Lomba do Sabão para conhecer as principais reclamações dos mais de 3 mil moradores que residem próximo ao local. O vereador Aldacir Oliboni (PT), que propôs a visita, destacou que as principais demandas dos moradores incluem a falta de manutenção e ações de segurança preventivas.

Conforme o líder comunitário Rui Souza, a barragem tem capacidade de 16 milhões de metros cúbicos de água. Na parte mais funda, a profundidade chega a 3 metros de altura. A água vem de nascente e também da chuva e é usada para irrigar lavouras de arroz. Das 10 mil barragens que existem no Rio Grande do Sul, somente 1.700 estão regularizadas. “Queremos cobrar dos órgãos competentes a manutenção desta barragem. Aqui existe a falta de saneamento básico e o cheiro de enxofre principalmente nos dias de calor é insuportável”, diz Souza.

A prioridade, segundo ele, é de inspeção, o que pode apontar riscos e danos em potencial, entre outros dados úteis para futuros projetos de recuperação. “A população aqui está abandonada pelo Executivo. Sabemos que existe um processo que está judicializado com um pedido de adequações, mas precisamos mais do que isso, pois esta barragem é uma bomba relógio prestes a explodir.

Rosemara de Matos, representante da Cooperativa São Francisco, reclamou das inúmeras inundações que colocam em risco os moradores. "Precisamos de regularização fundiária e de um tratamento digno para essas pessoas. Temos uma rede que sempre trabalhou em conjunto com as escolas, associações e cooperativas, mas agora é a hora de buscarmos ações mais efetivas também junto ao Executivo", ressalta.

Vereadores

O vereador Oliboni, lembrou que essa é uma demanda antiga da Capital e que só vem crescendo à medida que a população aumenta nessa região. "Essa deve ser a principal pauta da nossa Comissão, pois é uma questão que diz respeito a toda a cidade e coloca em risco a vida de todos. A Câmara tem que buscar alternativas para viabilizar soluções permanentes."

Oliboni prometeu levar a demanda novamente ao Executivo para solicitar, em caráter de urgência, a realização de uma audiência pública no Legislativo municipal para discutir com a população as questões da barragem e também a criação de um comitê permanente para acompanhar de perto os impactos e estrutura no local. Também estiveram presentes a vereadora Cláudia Araújo (PSD), a ex-vereadora Maristela Maffei e representantes de associações de bairros.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 1806).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Cosmam solicitará suspensão de decreto sobre plantões na Saúde



Reunião na Cosmam ocorreu na manhã de hoje. (Foto: Tônico Alvares/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu na terça-feira (3/9) a alteração no regime de plantões dos servidores da Saúde, estabelecida pelo Decreto Municipal 20.291, de julho deste ano, e que passou a vigorar dia 1º de setembro. Servidores e entidades representativas da categoria apontaram inconsistências no dispositivo editado pela Prefeitura e nas instruções normativas posteriores e ele, bem como destacaram o seu prejuízo para a prestação do atendimento à população.

Conforme o vice-presidente da Cosmam e proponente da reunião, vereador José Freitas (REP), os servidores estimam que o decreto impacta todo o serviço de urgência e emergência de Porto Alegre, inclusive o Samu, podendo interromper o seu funcionamento. O principal ponto de questionamento é a modificação do plantão – praticado há mais de 25 anos – de 12 horas de trabalho por 60 horas de descanso, que passaram a ser de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

“Nossa pauta não é para discutir nenhum privilégio. Não é possível imaginar que todos os serviços essenciais funcionem da mesma forma porque cada um tem especificidades”, afirmou a enfermeira Rosana Metrangolo, que atua no Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul (Pacs) há 20 anos. Ela apresentou o histórico de funcionamento dos plantões e as alterações estabelecidas pelo Município, apontando que o novo regime, imposto sem diálogo com os servidores, não garante reserva técnica para as escalas, acaba com o sobreaviso e coloca em risco o funcionamento dos serviços de saúde por falta de profissionais.

Metrangolo também destacou o impacto da alteração no cotidiano dos trabalhadores, citando que, adaptados à escala de trabalho, têm outra matrícula no Município, exercem outro emprego, estudam ou moram fora da cidade. Conforme ela, a escala 12x60h garante o cumprimento da mesma carga horária, além de propiciar intervalo maior de descanso aos trabalhadores e possibilitar que os mesmos supram a falta de colegas caso elas ocorram fora de seus plantões. Para a servidora, a escala 12x36h “é uma regressão, um prejuízo à saúde do trabalhador”, além de engessar a gestão de recursos humanos de cada serviço de saúde, possibilitando a inviabilização dos serviços. Ela ainda apontou para o provável surgimento de passivos trabalhistas para o Executivo caso sejam mantidos o decreto e suas instruções normativas.

Cláudia Mastrascusa Espíndola, coordenadora do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem (Coren/RS), destacou que o gerenciamento da escala de trabalho é função privativa do enfermeiro, e que essa prerrogativa fica prejudicada com o decreto. Também alertou para o fato de que nenhuma legislação pode contrapor a lei federal que trata sobre o exercício da profissão.

Alberto Terres, diretor-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), lamentou a ausência do Executivo na reunião e relatou que a entidade tentou evitar a implementação do decreto, mas que não teve a reivindicação atendida pelo governo. Para ele, a própria gestão está confusa, pois publicou decreto, instrução normativa sobre o decreto e orientação sobre como implementar a instrução. “O que está por trás de tudo isso é a tentativa de precarizar o serviço para privatizar”, afirmou. Conforme o dirigente, de 2015 para cá, o Município perdeu 538 servidores na área da Saúde, sendo que a população e a demanda por serviços do SUS aumentaram. Para ele, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) tenta fazer com que os servidores que restaram atendam a toda a demanda, o que não é possível sem a nomeação de novos profissionais e maior infraestrutura.

Paulo Oliveira, presidente da Associação dos Funcionários do Hospital de Pronto Socorro (ASHPS), destacou que o serviço “salva vidas 24 horas por dia, por mais que tenha superlotação e que não haja nem macas”. Para ele, o que se impõe é um regime impossível de se cumprir. “Esta gestão elegeu o servidor público como o grande responsável por todas as mazelas da administração, quando na verdade o servidor é parte da solução dos problemas criados pelas gestões ao longo do tempo”, afirmou. De acordo com o dirigente, muitos profissionais já trabalham doentes e “em um nível de estresse altíssimo”, o que será agravado com a implementação do novo regime. Ele ainda denunciou que o valor do “Troco Amigo”, projeto de angariação de recursos de uma rede de farmácias para a aquisição de insumos e equipamentos para o HPS, está sendo utilizado pela direção da instituição para custear consultoria que estuda a terceirização do serviço.

João Ezequiel Mendonça da Silva, coordenador do Conselho de Representantes Sindicais (Cores) da Saúde do Simpa, lembrou que os servidores estão há três anos sem reposição inflacionária, tiveram prejuízos com a reformulação do plano de carreira e a elevação de 11% para 14% da

contribuição previdenciária. “Agora, o prefeito e o secretário da Saúde vão na parte mais sensível do atendimento à saúde, que são os serviços de urgência e emergência, para prejudicar ainda mais os servidores”, afirmou. O coordenador também ressaltou que na regulamentação o Executivo estabelece uma escala que não está prevista na Lei 341/1995, que dá origem ao Decreto 20.291.

Para Marcelo Lipert, assessor jurídico da ASHPS, a regulamentação do regime de plantões viola o princípio de proteção jurídica e de boa-fé do servidor e as prerrogativas do profissional da enfermagem. Já para Eduardo Pimentel, assessor jurídico do Simpa, a primeira instrução normativa publicada após o decreto cria um cálculo de horas que extrapola o limite previsto na legislação, além de criar a possibilidade de um regime de seis horas, também não previsto, e de não resguardar a redução do horário noturno. “Há uma série de contradições e ilegalidades”, afirmou.

Como encaminhamentos do debate, foram sugeridos pelo então presidente da Cosmam, André Carús (MDB), a formalização de um pedido de informações à Prefeitura sobre o tema, juntamente com a solicitação de suspensão do decreto e demais dispositivos até que o assunto seja avaliado pela Procuradoria-Geral do Município, e a realização de uma reunião entre representantes dos servidores, Cosmam e Secretaria Municipal de Saúde. “Queremos mediar essa questão para que a situação da Saúde não se torne ainda mais caótica”, afirmou Carús. A reunião também contou com a presença dos vereadores Cláudia Araújo (PSD) e Hamilton Sossmeier (PSC).

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Bom Jesus: vereadores pedem que reintegração de posse seja suspensa



Moradores da comunidade do Mato Sampaio lotaram o Plenário Ana Terra para a reunião desta quinta-feira. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Moradores da comunidade do Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, lotaram o Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre na quinta-feira (5/9), durante reunião que debateu o pedido de reintegração de posse da área. No encontro, realizado em conjunto pelas comissões de Urbanização, Transportes e Habitação (Cuthab), Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul (Cefor) e de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), os moradores relataram que foram pegos de surpresa pela decisão judicial que determina sua saída do local para a construção de uma praça e o prolongamento de duas ruas. A obra é uma contrapartida da construtora Rossi pela construção de condomínio no bairro.

“Esta medida é arbitrária e desumana. Demonstra a falta de vontade dos gestores em resolver os problemas de moradores de periferia”, afirmou a conselheira tutelar e moradora da região Cris Medeiros. Conforme ela, há famílias que moram no local desde a década de 1960 e todos já têm uma rotina estabelecida na região. “Queremos a permanência no local e a regularização da área. Não queremos indenização, nem realocação”, ressaltou.

Simone Somensi, procuradora do Município, relatou que há dois processos judiciais antigos sobre o tema. Um deles, da Promotoria do Meio Ambiente, cobra que seja implementada toda a infraestrutura do loteamento, incluindo a praça. O outro, da Promotoria da Ordem Urbanística, cobra a regularização ou reassentamento de todo o bairro Bom Jesus. “Por conta dessas decisões judiciais, houve o ingresso das ações”, explicou. Conforme a

procuradora, o Executivo irá estudar caso a caso, dentro do processo, a possibilidade de indenização das famílias conforme o tempo de ocupação da área.

Os advogados dos moradores apontaram erros no processo, como a comunicação da reintegração por edital, ao invés de citação pessoal, já que o Executivo conhece os moradores e seus endereços. Também questionaram a falta de diálogo, já que as famílias não foram chamadas ao debate em nenhuma parte do seu trâmite.

Vereadores

O vereador Engenheiro Comasseto (PT) relatou que, após a reunião ordinária da Cuthab na última terça-feira (3/9), com a presença dos moradores do Mato Sampaio, os parlamentares elaboraram um projeto de lei transformando o terreno ocupado em área de interesse social para moradia popular. A proposta já foi protocolada e deve tramitar em regime de urgência. Comasseto também destacou que o Estatuto das Cidades, em 2001, garantiu a posse a quem já ocupava área pública para fins de moradia.

Para o vereador Aírto Ferronato (PSB), que coordenou a reunião, não é coerente retirar famílias que residem há mais de 60 anos no local para construir mais uma praça, lembrando que a prefeitura sempre relata dificuldade em manter a conservação desses espaços. “Toda vez que tem um empreendimento, a contrapartida é dar uma praça. Por que isso? Porque é barato, porque o terreno é da prefeitura”, pontuou.

Roberto Robaina (PSOL) parabenizou a comunidade pela mobilização e destacou a representatividade da reunião, integrada por parlamentares de diferentes siglas, lamentando, entretanto, a ausência de representantes políticos do governo municipal. Para ele, o desafio é parar a ordem de despejo para que uma solução de regularização da área seja construída com mais tempo.

Valter Nagelstein (MDB) criticou a ausência de planejamento urbano no município e destacou que, “antes da praça, tem que vir as pessoas”, defendendo a permanência dos moradores no local onde residem. O vereador defendeu que, quando da autorização à construção de novos prédios, sejam previstas contrapartidas como a regularização das comunidades que estão ao redor. Ele sugeriu o envio de uma petição ao Tribunal de Justiça (TJ/RS) solicitando o cancelamento da reintegração de posse e que sejam determinadas ao município ações para qualificação da área onde existe a comunidade e repactuação das contrapartidas de construtoras.

“Só tem uma pessoa que pode parar tudo isso, e o nome dela é Nelson Marchezan Júnior”, afirmou o vereador Marcelo Sgarbossa (PT), lembrando que o Executivo, como proponente da ação, tem poder para solicitar sua suspensão. O parlamentar noticiou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), reunido na quarta-feira (4/9),

deu parecer favorável à transformação da área prevista para a praça em área de interesse social.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD) citou o caso de recente aprovação na Câmara Municipal, com apoio do governo, para a extinção do traçado de ruas que passariam dentro de um clube da Capital. “Se é possível isso para um clube, por que não pode ser para vocês?”, questionou. Dr Goulart (PTB) informou que solicitará ao prefeito a realização de um encontro com representantes dos vereadores e da comunidade. “É uma ignomínia não dar moradia a quem precisa, e maior ainda tirar a casa de quem já tem”, afirmou.

Como encaminhamentos da reunião, ficaram definidos: a reunião com o prefeito para solicitar a suspensão da reintegração de posse; o protocolo da petição ao TJ/RS no mesmo sentido e solicitando a alteração nas contrapartidas de construtoras, prevendo a regularização fundiária e a construção de infraestrutura viária; e, caso as ações não surtam efeito, os vereadores estarão presentes na comunidade dia 10 de setembro, data prevista para a reintegração, para apoiar os moradores e tentar impedir o despejo. O vereador João Carlos Nedel (PP) também acompanhou a reunião.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Vereadores visitam Arroio Passo da Mangueira



Arroio no Jardim Itu sofre com falta de manutenção. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Vereadores da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre (Cosmam) visitaram na manhã da sexta-feira (6/9) o bairro Jardim Itu para verificar a situação do Arroio Passo da Mangueira e os problemas da rede de esgoto na região. Aldacir Oliboni (PT) e Cláudia Araújo ouviram os moradores da comunidade e caminharam no local, que, de acordo com os moradores, há anos não recebe manutenção por parte da prefeitura.

Alberto Kich, conselheiro do Conselho Local de Saúde, disse que o esgoto pluvial existente já tem cinco décadas e nunca recebeu manutenção. “Sabemos da existência de um projeto realizado 2012, que foi aprovado e propõe um Plano Municipal de Saneamento, mas o secretário Ramiro Rosário esteve aqui e não deu previsão”, afirmou. “A Cosmam fez uma emenda em 2018, de R\$ 2 milhões, para dar início à rede coletora, mas nada aconteceu.”

A presidente da Associação de Moradores do Jardim Itu, Ivone Nichele, integrante do grupo há 40 anos, destacou que em 2019 se cumprem sete anos que o local está abandonado. “E a cada chuva que dá, mais partes do muro do arroio vão caindo, há pontos críticos. Há anos atrás vinham atender às demandas em no máximo 15 dias. Já fizemos duas reuniões com Ramiro Rosário e na última vez marcamos com um assessor que viria conhecer o problema, mas que admitiu ter esquecido a reunião que agendou conosco”, reclamou.

O entendimento de que a questão de saneamento é de saúde pública foi salientado por Lucia Silveira, da coordenação da Unidade de Saúde Jardim Itu. “Essa é uma comunidade que participa e se apropria das suas

demandas, no entanto, não conseguimos ser escutados pela PMPA para manutenção das questões básicas da cidade. Só queremos garantir que que verba de 2 milhões seja executada.”

Encaminhamentos

Claudia Araújo enfatizou que o problema com saneamento deve começar a ser resolvido. “Sabemos que estamos convocando representantes do Executivo para as nossas reuniões e não estão vindo. Sugiro que façamos a solicitação de uma reunião direta no DMAE e vamos unir mais pessoas de outras comunidades no entorno para que essa pauta ganhe força”, afirmou.

Aldacir Oliboni lamentou não ter representante da prefeitura para dar um posicionamento dos encaminhamentos do Executivo. “Isso causa certa indignação, pois não se vê o governo destinar o recurso orçamentário de uma emenda apresentada por este parlamentar, via Cosmam, votada e aprovada por unanimidade”, disse afirmando que considera esta a pior gestão da história da cidade.

Texto: Lisie Bastos Venegas (reg. prof. 13.688).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Setembro Amarelo motiva discussão sobre políticas públicas de combate ao suicídio



Entidade que trabalha pela preservação da vida, CVV atende interessados pelo telefone 188. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Em alusão ao Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, lembrado na terça-feira (10/9), e ao Setembro Amarelo, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre discutiu, em reunião nesta manhã, a realidade das políticas públicas voltadas ao tema. Representante e voluntária do Centro de Valorização a Vida (CVV), Adriana Costa informou que a entidade recebe aproximadamente 20 mil ligações todos os dias: "o saber ouvir é fundamental, pois falar é a melhor solução para quem passa por depressão".

Adriana destacou que a campanha do Setembro Amarelo iniciou no Brasil em 2014, e que o suicídio passou a ser considerado um problema de saúde pública, motivo pelo qual atualmente existe o Comitê Estadual de Prevenção ao Suicídio para pensar em políticas públicas. "As razões podem ser bem diferentes, porém, são muito mais comuns do que imaginamos. E podem ocorrer por fatores de depressão, bipolaridade, alcoolismo, drogadição, síndrome do pânico, esquizofrenia, entre outros".

Uma das formas de prevenção é pela educação: conscientização de nunca julgar e sim ouvir, como disse Adriana. "É preciso não ter medo de falar sobre o assunto, derrubar tabus e compartilhar informações ligadas ao tema". Segundo ela, em uma sala com 30 pessoas, pelo menos cinco já pensaram em suicídio. Conforme dados, no Brasil são registradas entre seis e sete mortes por suicídio por 100 mil habitantes, bem abaixo da média mundial, de 13 e 14 mortes por 100 mil habitantes. Mas o que preocupa é que, enquanto a média mundial permanece estável, esse número tem crescido no Brasil, salientou Adriana.

A voluntária do CVV lembrou ainda que, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), 90% dos casos podem ser evitados, desde que existam condições mínimas para oferta de ajuda voluntária ou profissional. "A maior faixa etária é de 15 a 25 anos e entre os idosos também, mas tudo isso

pode ser evitado com atenção, e um olhar atento dentro da nossa própria casa, ou no trabalho. A solidão é o principal fator, por isso é sempre bom ter alguém por perto”, explicou.

Depoimentos

O vereador José Freitas (REP) destacou já ter vivido este problema na juventude e disse ter encontrado forças na fé e em alguém que ouviu o seu problema. “As pessoas precisam buscar ajuda, eu encontrei na igreja, onde recebi apoio espiritual. Pessoas dispostas a ajudar, como o trabalho que a CVV realiza, são fundamentais”.

Paulo Brum (PTB), outro vereador que também deu seu depoimento, disse ter passado pelo mesmo problema quando tinha 18 anos, após acidente de carro. Ele ressaltou que o apoio da família é fundamental. “Sempre tive o apoio de toda a minha família, principalmente da minha mãe e esse foi fator preponderante para eu conseguir me recuperar”.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD) lembrou de uma amiga que lhe procurou em tempos de dificuldades para desabafar e durante a conversa lhe contou do trabalho realizado pela CVV e da importância de se buscar ajuda. “Todos nós podemos ser voluntários com as pessoas que estão próximas da gente. Isso traz um resultado significativo”.

Encaminhamento

Como encaminhamento, o vereador André Carús (MDB), então presidente da Comissão, juntamente com os vereadores da Cosmam, deverão encaminhar ofício à Mesa Diretora da Câmara solicitando a iluminação em amarelo do pórtico do Legislativo municipal durante o mês de setembro, como forma de conscientização do combate ao suicídio.

Também estiveram presentes na reunião desta terça-feira na Cosmam o vereador Hamilton Sossmeier (PSC) e a representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento social e Esporte, Beatriz Piccoli.

CVV

É uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos que foi criada em 1970 em Porto Alegre. Atualmente existem no Brasil 110 postos com três mil voluntários que recebem capacitação durante três meses. A base do trabalho realizado pela CVV é o sigilo e o anonimato.

O Centro possui atendimento gratuito pelo telefone 188, 24 horas, e também mantém dois grupos de apoio em dois Centros de Atenção Psicossocial (Caps) na capital. Mais informações em www.cvv.org.br.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Divulgação de temas científicos nos ônibus da capital é avaliada pela Cece e Cosmam



Estudantes da Ufrgs apresentaram a proposta aos vereadores nesta terça-feira. (Foto: Ederson Nunes/CMPA)

Vereadores das comissões de Educação, Cultura, Esportes e Juventude (Cece) e de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniram, na tarde da terça-feira (10/9), para discutir sobre divulgação científica e ambiental nos ônibus da capital inspirada por estudantes de biologia do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Proposto pelas duas comissões, o encontro contou com a presença de representantes da Sociedade de Economia Mista Carris e da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

“Que nem têm poemas nos ônibus, queremos fazer o mesmo com estudos científicos”, explicou a estudante Renata Janice Ackermann, ao expor que, por ela ser do curso de biologia, seriam estampados nas linhas de ônibus diferentes tipos de árvores, plantas nativas, áreas de preservação, meio ambiente e diversos assuntos relacionados à matéria. Conforme o colega da estudante, Lucca Bragança Viana, a partir do projeto “a comunidade teria um retorno de iniciação científica, porque tornaríamos o conhecimento mais acessível à população”.

Empresas

“Fazemos parte de um sistema e operacionalizamos o transporte”, mencionou a agente da Carris Clarissa Minaggio de Sá. Ela lembrou que, além da Carris, outros três consórcios fazem parte da rede de ônibus da capital. Clarissa relatou que, no caso dos poemas nos ônibus, “isso foi feito por concurso,

por meio de um projeto de lei”. Entretanto, “o órgão de gestão, que pode divulgar um projeto desses, é a EPTC”, instruiu.

“O caminho é construirmos um projeto de lei nos moldes do que foi elaborado para o Poemas no Ônibus”, salientou Alexandre Silva, representante da EPTC. Para Silva, é necessário que isso seja feito em conjunto e em alinhamento com a Lei Orgânica do Município (LOM). E, para que haja essa reunião, “a EPTC vai receber os estudantes na empresa, assim como integrantes de secretarias municipais”, disse.

Vereadores

O presidente da Cece, vereador professor Alex Fraga (PSol), saudou a iniciativa e destacou a proposta como interessante. “Acredito que instrução e orientação nunca são demais”, sublinhou Fraga. Na oportunidade, o parlamentar falou acerca da cobrança que, principalmente, os estudantes de instituições federais têm em relação às pesquisas. Por isso, defendeu Fraga, “a aproximação e o hábito da pesquisa base com a sociedade”.

Para o então presidente da Cosmam, vereador André Carús (MDB), “dá para fazermos uma execução bem plural”. Todavia, Carús afirmou, conforme a a sugestão do projeto de lei cujos autores serão os 11 integrantes das duas comissões, que a ideia não pode ser exclusivista e limitada a divulgação da Ufrgs. “Outras instituições têm incentivado a prática da pesquisa e da educação que pode ser revertida para a comunidade”.

Como encaminhamento, os representantes da Cece e da Cosmam propuseram organizar uma agenda em comum com os estudantes, as empresas e a sociedade. A sugestão de Fraga é a construção de um projeto similar ao do Poemas no Ônibus, mas que deve ser amplamente discutido. Durante o encontro, também participaram os vereadores Cassiá Carpes (PP) e Alvoní Medina (REP).

Texto: Bruna Schlisting Machado (estagiária de Jornalismo).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Madre Ana oferece apoio para pacientes da Santa Casa de Misericórdia



Veredores da Cosmam conheceram o trabalho de acolhimento da Casa de Apoio Madre Ana. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou visita, na manhã da sexta (13/9), para conhecer o trabalho da Casa de Apoio Madre Ana, localizada no Centro Histórico. Conforme o vereador André Carús (MDB), o local é uma referência na questão do acolhimento de pacientes, crianças e adultos, que vêm de várias partes do Brasil para Porto Alegre buscando tratamentos de saúde na Santa Casa de Misericórdia. A Madre Ana porém, como salienta Carús, ainda precisa do apoio da sociedade.

Conforme a gestora do local, Vanessa Siviero, são acolhidos na Casa pacientes que realizam tratamentos de câncer, doenças cardíacas, ou que aguardam por transplantes de órgãos, e seus acompanhantes, geralmente pessoas de baixa renda, que necessitam de um suporte integral durante o período de atendimento na Santa Casa. "Os hóspedes recebem moradia, alimentação, material de higiene e conforto espiritual sem nenhum custo", salientou Vanessa. "Estão sendo estruturadas oficinas de terapia ocupacional e grupos de apoio. Tudo com um único objetivo: aumentar as chances de cura dos nossos pacientes assistidos", completou ela.

Doações

O trabalho desempenhado pela Casa Madre Ana é mantido exclusivamente por doações. Em média, são necessários R\$ 65 mil reais por mês para que possa ser oferecida a estrutura necessária. Para o conforto dos pacientes e familiares, o local conta com sala de recreação, cozinha, refeitório,

biblioteca e capela. “Desde a sua inauguração, em 2016, mais de 1.700 hóspedes passaram pelo espaço, sendo 60% provenientes de fora do Rio Grande do Sul. Temos 22 quartos e 66 leitos, e a meta é ampliarmos, até o fim do ano, para 80 leitos”, destacou ainda Vanessa.

Carinho

Tayla de Oliveira, 8 anos, veio de Manaus - Amazonas-, com a sua mãe e está em Porto Alegre há quatro meses aguardando a doação de um transplante de rins. Ela conta que gosta muito da Casa, pois lá encontrou atenção e carinho por parte das voluntárias. “Gosto muito daqui, fiz vários amigos e as tias são muito legais”.

Providências

Os vereadores André Carús, Hamilton Sossmeier (PSC) e Cláudia Araújo (PSD), que estiveram na visita, deverão, em nome da Cosmam, encaminhar ao Executivo municipal Pedido de Providências para que o DMLU cadastre a Casa de Apoio Madre Ana e passe a receber Coleta Seletiva de Resíduos de forma gratuita. Também deverá ser solicitado à EPTC pedido de fiscalização sobre o alvará para transbordo de abastecimento do comércio que é feita rua da entidade. Também deverá ser solicitado à Vigilância Sanitária que verificar a questão da higiene no entorno.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Câmara busca solução para atendimento à saúde básica na Capital



Cosmam realizou reunião extraordinária no Plenário Otávio Rocha. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Câmara Municipal de Porto Alegre convidará o prefeito Nelson Marchezan Júnior para prestar informações sobre o fechamento do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf) e a demissão de seus 1.840 funcionários. A decisão foi tomada durante reunião entre a presidente do Legislativo, vereadora Mônica Leal (PP), parlamentares, representantes de entidades profissionais e sindicais e trabalhadores do Imesf na tarde da segunda-feira (23/9). Mônica também solicitará reunião com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber para tratar sobre o tema.

No encontro, os vereadores receberam cópia do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 2007, onde a prefeitura compromete-se a não contratar profissionais para a área de atenção básica à saúde sem a realização de concurso público ou processo seletivo. A reunião ainda contou com a presença do médico e pesquisador da Ufrgs Alcides de Miranda, que pesquisa há 15 anos sobre gestão de saúde pública. “A saúde tem um caráter essencial de direito público”, afirmou, destacando que insistir na gestão através de instituição de direito privado pode ser questionado juridicamente e “será mais remendo como foi o Instituto de Cardiologia e o Instituto Sollus”.

Reunião extraordinária

Mais cedo, trabalhadores da saúde, usuários das Unidades de Saúde da Família, vereadores, deputados estaduais e federais lotaram o Plenário Otávio Rocha durante reunião extraordinária da Comissão de Saúde e

Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara. O debate gerou dois encaminhamentos: a criação de um Grupo de Trabalho, formado por parlamentares, representantes dos servidores e entidades, para debater uma alternativa ao serviço prestado pelo Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf); e a sugestão de que sejam priorizados, no novo formato, os trabalhadores que já atuam no Imesf. Conforme o então presidente da Cosmam, vereador André Carús (MDB), a ideia é criar “um ambiente de construção que preserve a dignidade dos trabalhadores e não deixe a população desassistida na atenção primária”.

As manifestações durante a reunião foram majoritariamente no sentido de não desassistir a população e assegurar a manutenção dos servidores do Imesf, todos aprovados em processo de seleção para ingresso no cargo. No início do debate, Mônica Leal destacou que o poder de decisão é do gestor municipal, mas que a Câmara trabalha para buscar um entendimento. “Tenho certeza que a união de forças que sobrepõe siglas políticas vai encontrar uma solução para os servidores da saúde e a população porto-alegrense”, afirmou.

Falando em nome dos servidores do Imesf, Carlos Spilz destacou que os funcionários do Instituto estão distribuídos em 139 unidades de saúde da Capital e que sua retirada poderá desassistir a população. Ele apelou para que a prefeitura reveja seu posicionamento e ganhe tempo recorrendo junto ao STF até que seja pensada uma alternativa viável para a manutenção do serviço e a permanência dos trabalhadores. “Não tem muito sentido demitir os trabalhadores, contratar novos e demiti-los dentro de seis meses”, afirmou, em referência ao plano anunciado pelo Executivo Municipal. Spilz também chamou atenção para o fato de a prefeitura seguir fazendo concursos para o Imesf mesmo sabendo da iminência da decisão judicial. “Tem colegas que assumiram no Imesf há duas semanas e abandonaram seus empregos antigos apostando em uma nova carreira”, afirmou.

Maria Letícia Garcia, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde (CMS), destacou que a entidade alertou o Executivo sobre a inconstitucionalidade da criação do Imesf. Conforme ela, em 2008 o CMS aprovou a criação da Estratégia de Saúde da Família em Porto Alegre como modelo da atenção básica, devendo o município criar as condições necessárias para sua implantação, bem como nomear servidores estatutários e com remuneração adequada para que os mesmos se fixassem nas localidades, evitando a rotatividade de profissionais. “Se as posições do Conselho fossem consideradas, não estaríamos passando por esta situação”, afirmou. Ela também apontou irregularidades e desvio de recurso público na intermediação da gestão de saúde, como ocorreu com o Instituto Sollus. “Hoje, vemos contratos que também têm irregularidades muito importantes e que não servem para a saúde de Porto Alegre”, afirmou.

Parcerias

Já o secretário adjunto da Saúde, Natan Katz, apresentou os princípios da gestão, com destaque para a aposta na “contratualização e acompanhamento de metas e controle de qualidade”. Conforme ele, o município

conseguiu avanços na saúde terciária e secundária através de parcerias com entidades e agora pretende ampliar o modelo para a atenção primária. Afirmou, ainda, não fazer sentido ter tantas unidades de saúde sob gerência direta do governo. O representante do Executivo resgatou o histórico do Imesf - criado em abril de 2011 - e do trâmite judicial que culminou na decisão do STF para que seja extinto. Ele criticou as entidades que ingressaram com ação contra a criação da entidade e afirmou que a constituição de uma empresa pública não seria possível, já que não teria a natureza de produção de serviço.

A proposta emergencial da prefeitura é fazer parceria com organização da sociedade civil para a contratação temporária de profissionais da saúde para manter os serviços. Outra etapa seria a seleção de entidade para gerenciar a saúde primária. Conforme Katz, “a nova formatação terá melhores resultados de saúde e maior acesso à população”.

Marcelo Matias, presidente do Simers, destacou que as parcerias realizadas na cidade “produziram desassistência e desvios. Os processos judiciais comprovam isso”. “Quem garante que aqui a gente não vai ter uma nova Gamp?”, questionou. Já Alberto Terres, diretor-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), questionou a falta de diálogo com os servidores, com a Câmara e com a população para encontrar uma solução ao problema.

Além dos demais membros da Cosmam - vereadores Aldacir Oliboni (PT), Cláudia Araújo (PSD), Hamilton Sossmeier (PSC), José Freitas (Republicanos) e Paulo Brum (PTB) -, participaram da audiência pública: outros parlamentares; o procurador-geral do Município, Nelson Marisco; os deputados federais Henrique Fontana (PT), Fernanda Melcchionna (PSOL) e Maria do Rosário (PT); e os deputados estaduais Dr Thiago Duarte (DEM), Luciana Genro (PSOL), Sebastião Melo (MDB) e Sofia Cavedon (PT). O secretário municipal de Saúde, Pablo Stürmer, acompanhou o final do encontro.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Relatório de Gestão da Saúde do 2º quadrimestre é apresentado aos vereadores



Stürmer (ao microfone) mostrou números da saúde municipal em reunião da Cosmam. (Foto: Tônico Alvares/CMPA)

Em Audiência Pública realizada na manhã da terça-feira (24/9) no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre, o secretário de Saúde da Capital, Pablo Stürmer, apresentou aos vereadores que compõem a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) o Relatório de Gestão da Saúde do 2º Quadrimestre de 2019. Na oportunidade foram apresentadas ações, diagnóstico e planejamento dos serviços da rede municipal de saúde nas áreas da Atenção Hospitalar e Urgência, Redes Hospitalar, de Emergência, Samu, Pronto Atendimento e Serviços Contratualizados.

De acordo com o secretário, neste período o ingresso financeiro para a área da saúde foi de R\$ 544 milhões, sendo 50% oriundos de fundo federal, 45% municipal e 5% estadual. “O Estado, embora a crise que enfrenta, vem fazendo sua parte, honrando seu compromisso para com o município”, enfatizou Stürmer. Ele falou ainda que o Fundo Municipal de Saúde recebeu R\$ 2,95 milhões em emendas federais. “São 38 emendas parlamentares ativas e em execução atualmente”.

O secretário comunicou também que, das 28 obras previstas para o período, nove foram concluídas, oito estão em execução, sete em elaboração de projeto e quatro em licitação. “Com a conclusão do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) o atendimento ficou de primeira, com espaços mais adequados”. Quanto à informatização, falou que 98% das Unidades estão contempladas. Em relação a consultas realizadas nas 140 Unidades de Saúde de Atenção Primárias, Stürmer comunicou que foram 703 mil. “Em torno de 70 mil a mais em relação ao período anterior”. Sobre exames ofertados, houve um acréscimo de 17 mil, apresentando aumento expressivo na oferta de ecografia, informou o secretário.

Em relação ao atendimento domiciliar, o relatório apontou que foram 492 atendimentos mês. “Praticamente um hospital na casa das pessoas”, comemorou o secretário. Sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de acordo com Stümer, foram 8.471 chamadas atendidas. Quanto às internações hospitalares, 56,9 % foram pacientes de Porto Alegre, 42% de municípios do interior do estado e 0,34% de outros estados, com um custo de R\$ 94 milhões.

O secretário também apresentou resultados em saúde. Disse que foram feitos testes rápidos de sífilis, HIV, hepatite B e C em bairros da cidade. “Fizemos 11 mil testes”, disse. Quanto à incidência de casos de HIV e AIDS em Porto Alegre, comunicou que foram detectados 380 de HIV e 350 de AIDS. E sobre vacina contra o Influenza, o relatório apontou que a cobertura foi de 72%. Ao falar de dengue, chikungunya e zica vírus, Stümer falou que de 724 casos notificados à Secretaria da Saúde, apenas 264 foram confirmados. “A grande maioria na zona norte da cidade”, ressaltou.

Participaram da apresentação os vereadores André Carús (MDB), presidente da Cosmam, José Freitas (Republicanos), Hamilton Sossmeier (PSC) e Claudia Araújo (PSD), além de representantes da secretaria da Saúde e convidados.

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8.423).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Cosmam confere situação do Parque Farroupilha



José Freitas (e), Cláudia Araújo e Hamilton Sossmeier, durante reunião da Cosmam no Parque Farroupilha. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

O Parque Farroupilha (Redenção) sediou na terça-feira (1º/10) a reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara da Capital. O encontro foi realizado no local a pedido do Conselho de Usuários do Parque Farroupilha, que denuncia a má conservação do espaço. Antes de circular pelo parque, os vereadores José Freitas (Republicanos), vice-presidente da Cosmam, Cláudia Araújo (PSD) e Hamilton Sossmeier (PSC) ouviram representantes do Executivo e da comunidade sobre a situação do Parque.

Roberto Jakubaszko, coordenador do Conselho e morador da região, afirmou que a comunidade cobra diariamente mais segurança e melhor manutenção do Parque. A diminuição vegetal e o abandono de espaços como o Café do Lago também foram apontados, bem como a destruição das estufas do orquidário. Para ele, a Redenção faz parte da memória da cidade e precisa ser preservada. O coordenador ainda destacou o fluxo financeiro do Parque e seu entorno, cobrando que pelo menos parte disso seja revertida para o local.

Com relação à diminuição vegetal, a engenheira agrônoma Aldenise Lopes, da Unidade de Áreas Verdes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams), explicou que foi necessário podar “uma grande quantidade” de árvores após o forte temporal que atingiu Porto Alegre em janeiro de 2016. “Não fazer a manutenção é aceito em unidades de conservação, mas aqui é um parque”, afirmou, destacando que as podas são necessárias para garantir a segurança dos usuários tanto na prevenção de assaltos quanto na prevenção de queda de galhos ou árvores inteiras.

Sobre os serviços de limpeza e capina, explicou que as praças e parques da cidade estão em um período de transição e que a situação deve melhorar. Detalhou que a equipe da Smams responsável pela manutenção está diminuindo à medida que os servidores se aposentam e que faltam equipamentos para serviços como a limpeza dos lagos. Outro detalhe apresentado por Aldenise é que nenhum dos lagos da cidade foi projetado para receber animais – inseridos sem autorização por moradores –, o que dificulta a troca de água pelas equipes de manutenção.

Megui Niches, também servidora da Smams, informou que a pasta aguarda a liberação da Lei de Concessões para implementar os projetos que irão garantir a revitalização de praças e parques da Capital, incluindo a Redenção, onde deve ser feita a concessão para o chamado complexo do Lago, que inclui o lago em si, o Café do Lago, o orquidário e o trenzinho. A constitucionalidade da nova legislação foi questionada judicialmente, o que faz com que ela não possa ser aplicada até a decisão. No entanto, há decreto municipal prevendo a conversão em forma de equipamentos para a compensação de eventos realizados em espaços públicos. Como resultado do decreto, a Smams deve receber em breve dois tratores para o corte de grama. Magui ainda informou que a revitalização dos bancos e das lixeiras está incluída no novo contrato de R\$ 25 milhões assinado pelo Município para a revitalização de praças e parques.

Representando a Associação dos Artesãos do Brique da Redenção, João Batista da Rocha apontou problemas da rua José Bonifácio, onde ocorre a feira, tais como calçamento com muitas falhas, comércio irregular no espaço destinado à circulação de pessoas e a “venda desenfreada de bebidas alcoólicas nos finais de semana”. Já Vera Lúcia Lopes, vice-presidente da Associação Gaúcha de Atletismo Master (Avega), apelou para que a prefeitura se abra para parcerias com a comunidade.

Vereadores

A vereadora Cláudia Araújo explicou que a Cosmam pode intermediar a resolução dos problemas apontados, mas que a decisão de fazer cabe ao Executivo. Sobre o projeto de concessões, disse que ainda é preciso estudo, já que em alguns casos é melhor situação, mas não em todos.

Hamilton Sossmeier defendeu a parceria entre a prefeitura e a comunidade que frequenta o Parque, citando que esse modelo funciona em muitos locais. Para José Freitas, é preciso unir forças “para que a Redenção seja atrativa”. Lembrando o período em que foi secretário municipal, afirmou que segurança é questão de prioridade e que é possível garantir efetivo da Guarda Municipal no Parque.

Encaminhamentos

Como encaminhamentos da reunião, ficaram definidos a formalização de pedidos junto ao Executivo para ampliar a segurança do local, fiscalizar a venda de bebidas alcoólicas e o comércio irregular, bem como o apoio

para a regularização do Conselho de Usuários do Parque Farroupilha, que completará 50 anos de funcionamento em 2020, mas que não está oficializado.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Cosmam discute combate ao câncer de mama



Outubro Rosa foi o tema da reunião da Cosmam. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

O Outubro Rosa, a prevenção ao Câncer de Mama e a realidade das políticas públicas voltadas a este assunto na cidade foram os temas discutidos pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizada na manhã da terça-feira (8/10). Mastologista do Hospital Fêmea, Juliane Dal Vesco informou que somente em 2019 já foram realizadas aproximadamente 400 cirurgias. “Estatísticas apontam que a Capital ainda deverá diagnosticar 900 casos”, alertou.

Mastologista e conselheiro do Cremers, José Luiz Pedrini afirma que, por força de legislação, desde 1999 nenhuma paciente precisa sair do bloco cirúrgico sem mama, e a reconstrução tem que ser imediata. “Nosso conceito é tratar mulheres, tanto que neste ano nossa camiseta traz os dizeres 'mulher consciente'. As mulheres precisam saber dos seus direitos”, destacou. O especialista salientou ainda que o tratamento que cura o câncer de mama é o atendimento para retirar o tumor. “Mas há situações próximas a nós em que o tempo é o fator determinante da vida. Em São Leopoldo, por exemplo, leva-se quase um ano para operar câncer de mama”, lamentou.

A preocupação em relação aos casos que são diagnosticados tardiamente foram destacados por Michela Marczyk, membro da Sociedade Brasileira de Mastologia. “Quanto menos informação, maior é a mortalidade das pacientes. Tumores menores de dois centímetros tem 95% de cura. Por isso, é importante que as mulheres saibam dos seus direitos, assim como os governos devem trabalhar para expandir a comunicação sobre o tema, pois quanto menos prevenção mais dispendioso será para o sistema público de saúde o tratamento”, esclarece.

Michela salienta ainda que o câncer de mama tem acometido mulheres cada vez mais jovens. “Cerca de 25% das pacientes apresentam tumor mais cedo, com 28 ou 35 anos. Em contraponto, hoje temos mais idosos, pessoas vivendo mais tempo e mulheres que, mesmo acima dos 69 anos, podem continuar fazendo os exames”, afirmou. A médica disse ainda que os mastologistas estão se formando cada vez mais capacitados para reconstrução da mama e que o Hospital de Clínicas, Fêmeina e Santa Casa são alguns dos locais que oferecem pelo estado e município reconstrução da mama. “Penso que devemos trabalhar para disponibilizar às mulheres mais consultas e mais núcleos de especialidade, descentralizando na sociedade o cuidado da oncologia”, concluiu.

Acolhimento

O cuidado individualizado ao paciente foi destacado por Clarisse Martins, representante do Grupo Oncoclínicas. “Realizamos atendimentos particulares, mas penso que também o poder público deve pensar a forma como acolhe essa paciente, tendo equipes multidisciplinares e oferecendo estrutura psicológica, emocional e social, pois muitas vezes elas descobrem a doença em momentos de muita fragilidade”, afirmou.

Voluntária do Projeto Cura, organização sem fins lucrativos que visa desenvolver e coordenar estudos acadêmicos e pesquisas clínicas na América Latina para a cura do câncer, a médica Fernanda Schuwtyer lembra que, a cada ano, mais de 8 milhões de pessoas perdem a vida por conta do câncer e, segundo ela, a pesquisa é uma das maneiras de conter o avanço da doença. “Na América Latina, para cada um milhão de pessoas, só há dois centros de pesquisa. Sabemos que estudos sobre esse tema são caros, por isso todos precisam contribuir, já que a mulher que está no Brasil pode ter fatores desencadeantes distintos de mulheres que estão nos Estados Unidos ou na Ásia, por exemplo”, afirmou.

Atendimentos gratuitos aos pacientes é o que oferece o Projeto Camaleão, como aula de yoga, oficina de lenços e blitz da saúde. De acordo com a presidente, Flávia de Oliveira, não é somente o câncer de mama que preocupa. “Em 2017 lançamos a campanha Abril Branco para alertar e conscientizar as pessoas sobre outros tipos de câncer. Neste ano já fizemos quase 500 atendimentos, e a doença tem crescido em Porto Alegre. Poderíamos começar a trabalhar para tentar reduzir os índices”, disse, ressaltando que o diagnóstico não é uma sentença de morte.

Executivo

Tatiana Breyer, coordenadora adjunta de atenção hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde, afirmou que Porto Alegre trabalha junto com o estado para fazer os enfrentamentos ao câncer. “Nosso banco de dados nos diz que o câncer de mama chega a 49% das mulheres. Sabemos também que os sintomas aparecem de maneira confusa para as pacientes, por isso é necessário buscar assistência quando a mulher sente que algo não está legal”, alertou.

A servidora disse ainda que o município dá o prazo de 15 a 20 dias para marcação da consulta. “Nossa ideia é ter uma plataforma única para centralizarmos todas as informações, o paciente no centro de todas as nossas decisões. Por isso, precisamos otimizar atendimentos através de tecnologia”, afirmou, informando também que conversou com a presidência do Legislativo para a criação de comitê permanente na Câmara para compartilhamento de demandas e informações.

Encaminhamentos

O vereador Aldacir Oliboni (PT) disse que vê o Outubro Rosa como um momento de reflexão. “É preciso aumentar o acesso para as mulheres fazerem mamografia, pois há questões que não pode haver limitadores. Além de políticas de prevenção. A sociedade tem que se rebelar”, enfatizou.

A criação de uma Frente Parlamentar ou Grupo de Trabalho para combate ao câncer de maneira permanente na Câmara foi a sugestão dada pelo vereador Delegado Cleiton (PDT). “O acesso à informação para as as pessoas da periferia seria uma das ações”, apontou. O vereador José Freitas, que preside a comissão acolheu a sugestão do colega e disse que via Cosmam será enviado um ofício para a criação desse grupo, que deverá ir ao encontro da formatação que já está sendo tratada junto à presidência da Casa. “Há necessidade de integração entre Legislativo e Executivo e, desta maneira, vamos conseguir construir juntos”, avaliou.

A vereadora Claudia Araújo, que propôs a discussão deste tema na comissão, disse que já havia falado com a presidente Mônica Leal sobre a Frente Parlamentar de Combate ao Câncer e que deve buscar mais informações nesta semana. “Não importa se é privado ou público, o importante é que lidamos com mulheres que precisam ser cuidadas e tratadas”, finalizou, informando que no dia 31 de outubro a Câmara fará o encerramento do Outubro Rosa em Plenário.

Texto: Lisie Bastos Venegas (reg. prof. 13688).

Edição: Carlos Scomazzon (reg. prof. 7400).

Rede Psoríase pede políticas públicas de diagnóstico e atendimento



Reunião sobre rede municipal de atendimento à psoríase ocorreu nesta manhã. (Foto: Ederson Nunes/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal (Cosmam) realizou na terça-feira (15/10) reunião para discutir a atual realidade das políticas públicas voltadas a prevenção e atendimento da psoríase na capital. Conforme o então presidente em exercício da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), que também é presidente da Frente Parlamentar de Psoríase na Câmara, já existe uma lei de sua autoria que institui a rede de atenção às pessoas portadoras da doença, com o intuito de trabalhar a questão da ampliação do diagnóstico e do tratamento. “A Psoríase Brasil há 20 anos atua nesta causa e através da presidente Gladis Lima temos trabalhado em parceria na luta de conscientizar médicos e pacientes para o esclarecimento correto. Trazemos a esta Casa o tema, pois julgamos importante a junção do executivo e legislativo para desenvolver esta causa e buscar mais alternativas de prevenção e atendimento”.

Gladis trouxe dados através da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que a psoríase é uma doença autoimune e que no cadastro nacional existem cerca de 35 mil pacientes. Estima-se que no mundo existam 125 milhões pessoas com psoríase, e no Brasil aproximadamente 5 milhões. “O relatório global constatou que o diagnóstico na maioria das vezes é incorreto e tardio. Após os primeiros sintomas, demora de seis meses a dois anos para que seja recebido o diagnóstico”.

A representante do Psoríase Brasil relata ainda que a doença não é apenas uma questão de pele que causa lesões, mas também traz danos sociais e psicológicos. “Muitas pessoas se isolam da sociedade, e ainda existe a dificuldade de socialização no trabalho, na escola e nas relações afetivas. Falta o conhecimento dos médicos e especialização nas unidades básicas de saúde,

existem poucos centros de atendimento e dificuldade de acesso ao tratamento”, explica Gladis. A artrite psoriática também é um agravo da psoríase que atinge as articulações e que pode até causar amputações.

Oswaldo Lucas relatou a dificuldade que enfrenta com seu filho, que desde os 16 anos sofre com a doença. Segundo ele, é necessária uma maior atenção do poder público. “Meu filho começou com uma pequena mancha no peito, mas até o diagnóstico preciso demorou quatro anos para ser identificado. Para o tratamento, só conseguimos medicá-lo através de judicialização, pois o remédio na época custava R\$ 28 mil e durava 84 dias, fora o preconceito que ele sofria, pois seu corpo já estava tomado por 75% da doença”, desabafou.

Prefeitura

O médico Rudi Roman, responsável pelo Telessaúde na capital, reconhece que o perfil de atenção da saúde primária no Brasil está aquém do necessário. “São 6 mil médicos com 46 equipes em todo o Brasil, insuficiente para a população. Mas o Telessaúde foi criado em 2007 como ferramenta de saúde eficiente que desenvolve consultoria para todos os médicos do país”. Segundo ele, aqui na capital com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) existe a qualificação das listas de espera, com 1.500 consultas por semana através do 0800 6446543 e com 20% das consultas de dermatologia. E também iniciativas para ser desenvolvido o serviço de telediagnóstico onde são enviadas fotos aos profissionais de lesões de pele e que posteriormente recebem um laudo com esclarecimento e apoio.

O médico Thiago Frank, diretor de Assistência Básica da Saúde da SMS, que também tem psoríase, informou que em 2014 a estrutura da rede de saúde era precária, mas que em 2019, 35 mil pessoas conseguiram acessar as consultas médicas. “Isso se explica pela facilidade de acesso que vem ocorrendo, foram mais de 100 mil atendimentos em dois anos”, explica. Conforme Frank, existem mais diagnósticos por psoríase na atenção primária, 1.206 pessoas foram atendidas, cerca de 0,2% da população na capital. E esse percentual vem crescendo, de 2016 para 2017, 11% mais pessoas com diagnóstico e de 2017 para 2018, 25%. “Os médicos estão mais sensíveis e as nossas filas de espera diminuíram. Nos casos de maior urgência, a espera é de três dias. Isso é um avanço”.

Como encaminhamento, foi pedido pela presidente da Psoríase Brasil a criação de um vídeo para a rede de saúde como esclarecimento aos profissionais, para que saibam identificar e tratar a doença. “Precisamos de divulgação e envolvimento tanto dos médicos como da sociedade em geral e dos órgãos públicos para que a prevenção e o atendimento se ampliem”.

Também estiveram presentes os vereadores Hamilton Sossmeier (PSC) e Claudia Araújo (PSD).

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Semana Lixo Zero norteia debate da Cosmam sobre redução de resíduos



Reunião debateu necessidade de campanhas e de ampliação das propostas de reciclagem.
(Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre abordou, na terça-feira (22/10), a Semana Lixo Zero, promovida pelo Instituto Lixo Zero. Conforme o biólogo Edinei Teixeira Moreira, voluntário da instituição, o objetivo do evento é “conscientizar a sociedade com relação ao consumo e à reutilização dos resíduos para aumentar o seu ciclo de vida”. Na Capital, são 12 voluntários atuando em mais de 100 atividades nesta quinta edição do evento.

Moreira apresentou o Instituto, criado no Brasil em 2010 - mesmo ano da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos -, e que tem sede nacional em Florianópolis. A entidade integra uma aliança internacional que visa a contribuir para a não geração de resíduo, o reuso, a redução, a reciclagem e, em último caso, o descarte adequado. Além das ações de conscientização ambiental, o Instituto certifica empresas interessadas em adotar práticas sustentáveis e reduzir a geração de resíduos.

O representante do Instituto Lixo Zero citou que apenas 3% do resíduo gerado no Brasil é corretamente reciclado. “Lixo é o que a gente conceitua que não quer mais. Mas no Planeta não existe ‘jogar fora’”, afirmou, destacando a importância de se repensar nosso consumo desde a produção até o descarte.

Contêineres

O diretor-geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Renê Machado de Souza, informou que o órgão é parceiro da Semana Lixo Zero e destacou que Porto Alegre, por ter sido pioneira – há 30 anos – na reciclagem de resíduos, hoje atinge o dobro do índice nacional. Conforme ele, o potencial identificado de reciclagem na cidade é de 25 a 26%. O titular do DMLU destacou que é preciso avançar na conscientização da população para reduzir o descarte e qualificar a reciclagem. Ele citou que o primeiro projeto com contêineres de coleta seletiva (instalados no quadrilátero central) teve resultados frustrantes, pois os equipamentos não foram utilizados de maneira correta pelos lojistas. Agora, o Departamento experimenta os contêineres em área com perfil mais residencial.

Alessandra Nogueira Pires, coordenadora de Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS) citou que a pasta procura incentivar, no momento do licenciamento, a geração de menos resíduos. Ela informou, ainda, que está em construção a política de logística reversa do município, onde estará prevista a responsabilização das empresas que produzem, importam e distribuem produtos consumidos na cidade.

Comportamento

Para Antônio Matos, coordenador do Fórum de Unidades de Triagem, a ampliação da coleta seletiva tem o poder de aquecer a economia, já que irá gerar mais emprego na triagem e ampliar o consumo por parte das famílias que passarão a ter renda. Conforme ele, a atividade envolve 600 trabalhadores distribuídos em 21 unidades. “Além do nosso trabalho profissional, atuamos com consciência ética”, afirmou, destacando que a importância do com descarte é tratada nas reuniões das unidades e do Fórum.

A mudança de comportamento da sociedade dentro de casa e nos espaços em que convive foi classificada como fundamental pela coordenadora de Educação Ambiental do DMLU, Patrícia Russo. Como exemplo, citou que o trabalho de conscientização das escolas não surte o efeito desejado se as próprias instituições não implementarem a gestão de resíduos. “O aluno aprende como descartar corretamente o lixo, mas na hora que faz seu lanche não encontra o cesto para o lixo reciclável”, explicou.

Vereadores

Para a vereadora Cláudia Araújo (PSD), é fundamental investir na conscientização da população e dos catadores para evitar o descarte incorreto de resíduos. Destacou, também, a urgência de ações para diminuir o uso de embalagens e a produção de resíduos, citando que cada pessoa, ao longo da vida, gera mais de 50 toneladas de lixo. Pérola Sampaio (PT), que é psicopedagoga, destacou a importância das escolas para o diálogo sobre o tema com as crianças.

Já o vereador José Freitas (PRB), vice-presidente da Cosmam, ressaltou que o governo precisa trabalhar para que um dia o município chegue a 100% de aproveitamento dos resíduos. “Provavelmente nós não viveremos para ver isso, mas é preciso trabalhar com este objetivo”, afirmou. O parlamentar ainda ressaltou a importância da fiscalização para evitar o descarte incorreto.

Como encaminhamento da reunião ficou definida a realização de audiência pública e foi sugerida pela vereadora Cláudia Araújo a criação de uma frente parlamentar sobre o tema. O encontro ainda contou com a presença do vereador Hamilton Sossmeier (PSC).

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam discute novas unidades de saúde para a Capital



Vereadores ouviram demandas da comunidade para a área de saúde. (Foto: Leonardo Contursi/CMPA).

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou, na manhã da terça-feira (29/10), reunião com o objetivo de discutir a construção e obras de novas unidades de saúde na Capital. Proponente do encontro, o vereador Aldacir Oliboni (PT) afirmou que o assunto é muito preocupante e lembrou que o Legislativo tem a prerrogativa de ter emendas impositivas. “Inclusive 50% delas devem ser para a saúde, mas não foi explanado pelo governo qual o cronograma das obras das unidades.

Comungo da indignação das comunidades, pois o estado não está olhando sua real função”, afirmou.

A descentralização da saúde foi apontada por Rosa Mendes, representante do Conselho Municipal de Saúde, como um caminho para a qualidade do atendimento. “No Murialdo, por exemplo, depois da descentralização, outros sete postos surgiram. O médico conhece o paciente e a família. Temos que manter nossas unidades abertas, aumentar os profissionais, qualificar as equipes. Estamos no fim do governo e até agora não foi construído nada”, disse. Júlio Appel, do Sindisaude, destacou que sua entidade vem tentando de todas as formas conversar com o governo para evitar uma greve. “Desde o início do governo já tínhamos déficit de profissionais da saúde, pois o técnico de enfermagem só atua com supervisão de profissional com nível superior. Incompetência do governo em construir e gerenciar.”

Recursos garantidos via Orçamento Participativo foram ressaltados por Manuel Rosa, integrante do Conselho Local Chácara da Fumaça. “A soma total chega a quase R\$ 4 milhões, que são muito importantes para melhorar os atendimentos e ampliação dos espaços; contudo, o prefeito segue afirmando que não tem recursos para a saúde. Solicitamos uma agenda com o prefeito para atender essas necessidades”, exigiu. Já José Airton, membro do Conselho Distrital de Saúde - Eixo Baltazar, lembrou que no Jardim Leopoldina moram mais de 20 mil pessoas. “Deixo o convite para que visitem essa unidade, onde 70 funcionários trabalham. Temos uma ação de R\$ 33 milhões que seriam utilizados na construção de duas unidades, mas nada aconteceu. Meu pedido é que os vereadores fiscalizem e cobrem, pois esse é o seu papel”, concluiu.

Morador da Lomba do Pinheiro há 40 anos, João Marcelo é integrante do Conselho Distrital do bairro. “A população local gira em torno de 100 mil habitantes, temos garantidos no Orçamento Participativo mais de R\$ 1,5 milhão e pedimos para que a Câmara ajude a viabilizar a construção do nosso posto, pois a saúde continua um caos”, disse. Representante do Conselho Distrital da Região Nordeste, Paulo Roberto Padilha declarou que os atendimentos de saúde na região já sofrem com problemas estruturais e vislumbra outras questões. “Novas moradias estão sendo construídas e pergunto: onde essas pessoas serão atendidas? Seria muito importante a construção da unidade Chácara da Fumaça, só falta a vontade do governo”, destacou. Representando sua comunidade, Giani da Silva, integrante do Conselho Local Jenor Jarros, disse que dispõe de uma verba de R\$ 1 milhão. “Aguardamos a reforma ou construção de um novo posto há oito anos”, afirmou.

Executivo

O engenheiro da Secretaria Municipal de Saúde, Elmo Viegas, compareceu à reunião e relatou o status dos encaminhamentos de algumas obras. “No Campo da Tuca, por exemplo, haverá uma clínica de família com área de 850m², que abrigará seis equipes. Neste momento está em análise as propostas das empresas, e a ideia é começar as obras ainda em 2019”, informou.

Sobre o Mato Sampaio, o servidor ressaltou que está em processo licitatório e está ocorrendo a análise da documentação. “Será uma unidade com área construída de 500m² e que já tem o seu recurso garantido”, disse. Sobre a unidade Esmeralda, ele enfatizou que existe um projeto arquitetônico aprovado, mas que não há recurso indicado, pois depende de contrapartida, e outros projetos acabaram passando na frente.

Em relação à Chácara da Fumaça, disse que está em tramitação, pois é um local com muitas árvores. “É preciso verificar dez terrenos com documentação para que eu possa avançar com os documentos.”

Vereadores

Cláudia Araújo (PSD) classificou o assunto como grave. “Nós fazemos a nossa parte, pois sabemos da importância da nossa saúde pública, muitas vezes encaminhamos, pedimos e solicitamos é só se ouve dizer que não há verbas nem condições”, salientou, admitindo que não consegue ver solução por parte do Executivo. “Acho lamentável, pois sabemos da necessidade, mas estamos longe de chegar a uma solução”, finalizou.

Em resposta à plateia, que questionou a ausência do secretário de saúde, Pablo Sturmer, na reunião, o vereador José Freitas (Republicanos), afirmou que, independentemente do prefeito Nelson Marchezan Júnior ou do secretário Pablo Sturmer estarem na Câmara, os parlamentares da comissão farão os devidos encaminhamentos.

“Temos sete obras listadas. Então, proponho sete encontros, que podemos formar um calendário para a comissão acompanhar as reuniões que ocorram, nos próximos 40 dias, nas terças-feiras e também em reuniões extraordinárias”, propôs como encaminhamento o vereador Oliboni, que teve sua sugestão acolhida pelos colegas. O parlamentar ainda sugeriu que a ata da reunião seja enviada ao secretário de saúde e para o prefeito para que tenham ciência do que está acontecendo.

Texto: Lisie Bastos Venegas (reg.prof. 13.688).

Vereadora Lourdes Sprenger é a nova presidente da Cosmam



(Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu na manhã da terça-feira (5/11) para definir a presidência da comissão após a renúncia do vereador André Carús (MDB) ao mandato. A vereadora Lourdes Sprenger (MDB) ocupará o cargo, a pedido de seu partido, pois a vaga pertence ao MDB na gestão de 2019, mantendo-se na vice-presidência o vereador José Freitas (Republicanos).

Lourdes se colocou à disposição e ressaltou que a integração dos vereadores é fundamental para que as pautas possam ser desenvolvidas com agilidade. “Vamos manter a agenda de pautas da Cosmam e buscar encaminhamentos positivos para a população que nos demanda”.

Na oportunidade foram definidas as pautas das atividades para o último bimestre deste ano. Foram destacadas as pautas do Novembro Azul, alagamentos e esgoto, Imesf, EPTC e o relatório de prestação de contas da Cosmam 2019.

Estiveram presentes os vereadores José Freitas (Republicanos), Aldacir Oliboni (PT), Paulo Brum (PTB) e Cláudia Araújo (PSD).

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Projeto criando cargos de agentes comunitários de saúde é debatido na Cosmam



Reunião foi realizada no Plenário Otávio Rocha (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Servidores do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf) e representantes de entidades sindicais participaram na terça-feira (12/11) de reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre. Na oportunidade foi avaliado projeto de lei do Executivo que dispõe sobre a criação de cargos públicos para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Reunidos no Plenário Otávio Rocha, os trabalhadores criticaram a proposta que, conforme a prefeitura, objetiva garantir a continuidade dos serviços de saúde e fazer obedecer às decisões judiciais referentes à extinção do Imesf.

Na abertura da reunião, a presidente da Cosmam, vereadora Lourdes Sprenger (MDB), traçou um breve histórico jurídico do Imesf, criado em 2011. No mesmo ano, 17 entidades entre associações e sindicatos ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) da lei que criou a entidade. O processo tramitou por diferentes instâncias e chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que em setembro deste ano negou recurso do município e manteve a declaração de inconstitucionalidade da lei. Ainda restam a ser julgados embargos de declaração. Conforme a vereadora, o custo com a rescisão do contrato de trabalho dos 1.840 trabalhadores do Instituto chegaria a R\$ 60 milhões.

Precipitação

O vereador José Freitas (Republicanos), um dos proponentes da reunião, destacou a importância do encontro para ouvir a posição do governo e

dos trabalhadores para avançar no diálogo e garantir a prestação dos serviços de saúde. Para o vereador Aldacir Oliboni (PT), também proponente do debate, o prefeito Nelson Marchezan Júnior se precipitou ao anunciar a demissão de todos os trabalhadores do Imesf sem aguardar o trânsito em julgado do processo. “Este julgamento poderá levar de um a dois anos, portanto não há pressa em demitir”, afirmou.

Segundo Oliboni, o projeto de lei apresentado pelo Executivo para a criação de cargos de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias é ilegal, pois contraria a legislação federal. Ele apelou para que a prefeitura “retire o pedido de urgência e abra um canal de diálogo para encontrar uma saída onde possam ser aproveitados todos os trabalhadores”.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD) lamentou que muitos trabalhadores não puderam estar presentes na reunião porque corriam o risco de terem descontos no salário. Ela destacou que o projeto enviado pelo governo municipal estabelece salários menores aos novos cargos e que “há muitas outras questões a serem discutidas”, como a situação dos demais profissionais que hoje atuam no Imesf.

Ordenamento

Matheus Henrique de Carvalho, assessor jurídico da Secretaria Municipal de Saúde, disse que não se pode “dar esperança aos trabalhadores de que a decisão será revertida”, pois, no entendimento do Executivo, não haverá alteração na decisão do STF. Afirmou, ainda, que a proposta enviada à Câmara não viola a legislação federal que trata dos agentes comunitários de saúde, embora seja possível discutir e rever orientações.

Com relação ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo Município em 2007, destacou que na época “os atos, a realidade social e ordenamento jurídico eram outros”, já que de lá para cá houve a reforma trabalhista e alteração de leis que possibilitam outro entendimento. “A Secretaria de Saúde lutou até o fim para manter o Imesf, mas não podemos arrastar algo que não tem solução”, afirmou.

Normatização

A desembargadora Vania Mattos, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), destacou que a ADIN que trata da lei de criação do Imesf ainda não teve seu julgamento completado. “No meu entender, não há nenhuma lógica em se antecipar dispensas em razão desta ação”, afirmou. A magistrada lembrou que tramita no Senado o Projeto de Lei nº 347/2018, que, se aprovado, possibilitará a fundações públicas de direito privado possam prestar o serviço de saúde primária.

Vania Mattos informou que na quarta-feira (13/11) será realizada nova reunião de mediação no TRT com representantes da prefeitura, Imesf, trabalhadores, sindicatos e vereadores. Ela sugeriu que seja prorrogada a normatização coletiva que mantém o Imesf em funcionamento com os atuais

servidores pelos menos até o final de janeiro de 2020, a fim de dar maior segurança aos trabalhadores e manter o serviço. “A saúde pública oferecida pelo Imesf é destinada às camadas mais carentes da população e este tipo de atendimento não pode parar nenhum dia”, afirmou.

Para o presidente do Sindisaúde, Julio Jesien, o Executivo não está respeitando o que foi tratado na mediação do TRT, pois está descontando o salário dos servidores e estimulando a demissão voluntária, além de protocolar o projeto sem ter realizado o debate prévio. “Temos aqui um frankenstein, porque pega parte da Lei 11.690, pega parte da CLT. Se o regime é estatutário, o que tem a ver a CLT? É vergonhoso”, afirmou.

Para Jesien, embora finalmente esteja previsto o direito legal de serem estatutários aos agentes de saúde, o projeto não prevê o reconhecimento a quem atua há vários anos na atenção básica. “Em momento algum a experiência deles é reconhecida no projeto”, afirma. O dirigente ainda destacou que a Súmula nº 390 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prevê o direito do trabalhador de fundação que prestou concurso em migrar para a administração pública.

Encaminhamentos

Como encaminhamentos da reunião, a vereadora Lourdes Sprenger propôs o acompanhamento da audiência de mediação no TRT, o envio da ata da reunião à Procuradoria Geral do Município e, após, a análise do projeto. Também participaram do encontro os vereadores Hamilton Sossmeier (PSC) e Paulo Brum (PTB); Maria Letícia Garcia, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde; Cristiane Oliveira, representando a Procuradoria Geral do Município; Ana Maria Matzenbacher, vice-presidente do Imesf; e Diane do Nascimento, diretora-adjunta da Atenção Primária na SMS.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Médicos destacam importância de cuidados com a saúde dos homens



Novembro Azul foi tema de reunião na Cosmam. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre esteve reunida na manhã da terça-feira (19/11) para debater sobre o Novembro Azul, evento que trata do alerta em relação ao câncer de próstata e atenção à saúde do homem. Na oportunidade estiveram presentes representantes de entidades públicas e privadas diretamente ligadas ao tema.

O encontro atendeu proposição da vereadora Cláudia Araújo (PSD). “Propus este debate porque vejo que as mulheres são mais unidas em suas causas”, disse a parlamentar considerando que faltam acolhimento e mais informação em relação às doenças ligadas aos homens. “Precisamos trazer este tema à tona com mais frequência”, defendeu ela.

Stephen Stefani, médico oncologista que participou do debate, salientou a importância da iniciativa. “O Novembro Azul tem um significado maior em relação ao Outubro Rosa porque o homem, na maioria das vezes, precisa ser carregado pela mulher para consultas médicas”, disse ele explicando que muitas vezes são as mulheres que marcam as consultas para eles. “Elas são mais conscientes em relação a doenças”. Stefani defendeu ainda que o tema deve ser debatido já na escola junto às crianças. “Seria importante que já fosse provocado no início da vida, pois a principal forma de se cobrar o que é certo e o que é errado é passando informação”. Para ele, as estatísticas atuais em relação à saúde são alarmantes. “No Brasil gastamos 10% do PIB atual em saúde”.

Na opinião de Roberto Bauer de Borba, gestor da Secretaria Municipal da Saúde, muitos homens não procuram atendimento médico por medo de perder o emprego. “As empresas não estão preparadas para tratar da saúde dos homens, além do que após as consultas são demandados exames o que faz com que se afastem por mais tempo do trabalho”, enfatizou dizendo que

esse procedimento é cultural. “Por mais que pareça absurdo, isso acontece diariamente”. Borba falou ainda sobre o horário ampliado em alguns postos de saúde na cidade, que vão até as 22 horas. “O que tem feito com que muitos homens procurem atendimento médico”, comemorou ele. Para Borba, outro fator influi na saúde do homem. “O tabagismo, maior nos homens, é um grande fator de risco, pois é um dos principais causadores de câncer”.

Para Gilmar Martins, médico do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), existe no Rio Grande do Sul um tabu em relação aos homens que, segundo ele, não gostam de fazer exames. “Mas isso pode ser trabalhado e campanhas como essa do Novembro Azul ajudam muito na conscientização e importância de procurar um médico”. Martins também falou do sistema de saúde do País. “Sabemos que é complicado o acesso, mas depois que ingressa no sistema felizmente é ágil”.

Enir Madruga de Ávila, defensor público do Estado, comunicou que o Estado está em tratativas junto ao Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers) com a intenção de propor um termo de cooperação entre as duas instituições para criar um serviço de orientação médica e jurídica para atendimento mais eficaz ao público. “Muitas vezes, por falta de orientação, as pessoas deixam de tomar medicação e não sabem que podem conseguir judicialmente”, ressaltou Ávila enfatizando que a intenção é facilitar o acesso a medicações e direitos às pessoas.

Os vereadores Paulo Brum (PTB), Lourdes Sprenger (MDB), Aldacir Olibini (PT), Hamilton Sossmeier (PSC) e José Freitas (REP), componentes da comissão, também participaram do debate.

Texto: Regina Andrade (reg. prof. 8.423).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6.062).

Cosmam pede solução para alagamentos causados por arroio na Hípica



Vereadores debateram alternativas para os moradores da região. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

Em reunião realizada na manhã da terça-feira (26/11), na Câmara Municipal de Porto Alegre, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) recebeu moradores da Rua Dorival Castilhos de Machado, do bairro Hípica. Na oportunidade foram avaliados os reflexos de alagamentos na região e de que maneira isso reflete na saúde e no meio ambiente da população. A proposta da pauta foi do vice-presidente da Cosmam, vereador José Freitas (Republicanos), que ressaltou ter encaminhado diversos pedidos de providência para o desassoreamento de arroio que passa na região, sem ter recebido retorno do Executivo. Por isso, Freitas trouxe a pauta para a comissão com o objetivo de buscar alternativas para esta comunidade.

O vereador lembrou na reunião que os alagamentos são recorrentes na região tendo em vista o assoreamento causado pelo acúmulo de sedimentos - terra, areia e outros detritos -, que precisam ser retirados, sem o que ocorrem os transbordos da água e os transtornos às comunidades. "Já estive no local em dias de chuva e constatei com tristeza a situação das 80 famílias, com suas casas inundadas e perdendo tudo que construíram ao longo dos anos". O vereador destacou ter realizado diversos pedidos, de prolongamento da rede pluvial e da dragagem: "mas o único retorno que tivemos até agora é de que a prefeitura está fazendo uma licitação para desassorear todos os arroios da capital, contudo, ainda não sabemos quando isso ocorrerá, e a próxima chuva já está prestes a chegar".

Comunidade

Kécia Spindola mora na região há 22 anos e ressaltou que os alagamentos são recorrentes com as chuvas. Emocionada, ela relatou a situação que passou num dos dias em que a sua casa alagou, quando também perdeu tudo o que havia conquistado. "Durante todos esses anos tenho visto o descaso da prefeitura e vi os meus pais perderem tudo que construíram com sacrifício". Kécia completou o desabafo: "Já perdi emprego por não conseguir sair de casa em dias de temporais, a água fica na cintura e ficamos ilhados".

Procherdes Machado, também morador da Rua Dorival Castilhos Machado, trouxe para a reunião da Cosmam documento acordado pela Prefeitura Municipal no Orçamento Participativo o qual previa a pavimentação da rua, e com isso a dragagem no local e todas as demais melhorias necessárias para o bem estar dos moradores. "Estamos esperando essa promessa desde 2012 e fomos esquecidos pelo Executivo. Pago IPTU, tenho a escritura do meu imóvel, e mesmo assim não somos assistidos".

Prefeitura

O diretor-adjunto do Dmae, Leonar Nestor Teichmann, informou que o local em questão está situado em área loteada irregularmente e, por este motivo, sendo um terreno particular, o Executivo não pode intervir. "Quando se loteia um local de forma irregular, em termos legais o governo não pode atender, mesmo que sejam as necessidades básicas dos moradores, como nesse caso a dragagem e a ampliação pluvial", explicou. Ainda conforme Teichmann, para resolver a situação, nos 505 metros de rua, seria necessário isolar o local com um dique e uma casa de bombas: "mas somente com a regularização do local".

O diretor sugeriu, como alternativa para a comunidade, a organização de uma cooperativa de moradores para que assim possam encaminhar junto ao Demhab a regularização fundiária. "Infelizmente os moradores dessa rua foram enganados pelos antigos donos, e compraram algo que era irregular e agora sofrem as consequências". Teichmann, porém, disse ser possível buscar "um conjunto de medidas jurídicas, sócias e ambientais para normalizar a situação".

Associação

Na reunião, a presidente da Cosmam, vereadora Lourdes Sprenger (MDB), sugeriu ainda como alternativa a abertura de processo para a constituição de uma associação para agilizar a regularização. A comissão também deverá fazer pedido junto ao Executivo para desassoreamento do arroio, além de se buscarem alternativas para a falta do esgoto cloacal. "Não podemos deixar que essas famílias continuem sofrendo com os alagamentos, vamos fiscalizar e continuar cobrando soluções", disse Lourdes.

Também estiveram presentes na reunião os vereadores Hamilton Sossmeier (PSC), Cláudia Araújo (PSD), Aldacir Oliboni (PT), representante da

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS) e moradores da comunidade local.

Texto: Priscila Bittencourte (reg. prof. 14806).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).

Cosmam faz balanço da Lei das Carroças



Implementação da Lei permitiu grande redução de maus-tratos aos animais antes usados para tração. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

A prestação de contas e a fiscalização da Lei das Carroças foi o tema da reunião da terça-feira (3/12) da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre. Representantes do Executivo Municipal, entidades de proteção animal e outras organizações participaram do encontro que apontou a diminuição da circulação de carroças na Capital.

A presidente da Cosmam, vereadora Lourdes Sprenger (MDB), explicou que a Lei Municipal nº 10.531/2008, que proíbe o trânsito de carroças na maior parte da cidade, foi implementada a partir de 2010 e concluída em 2016. “Foi uma lei construída com inclusão social e participação das entidades de proteção animal”, afirmou, ressaltando ser importante verificar como está sua efetivação.

Resultados

Tiago Oliveira, representante da EPTC, destacou a grande redução de maus-tratos animais desde a implementação da Lei das Carroças. Segundo ele, desde 2009 já foram retirados das ruas mais de 3.400 cavalos. Neste ano de 2019, o serviço de recolhimento, remoção e guarda de animais da

EPTC resgatou 211 equinos. “Há a reincidência de alguns carroceiros, mas apesar disso ficamos felizes com a diminuição desses veículos em circulação na cidade”, afirmou.

Oliveira explicou que os cavalos recolhidos junto com a carroça por circularem nos locais proibidos permanecem por 15 dias no Abrigo de Animais da EPTC à espera do proprietário, o qual paga uma multa diária simbólica – questão apontada como determinante para a reincidência - e pode retirá-lo. Após esse período, caso o dono não se manifeste, o animal é destinado à adoção. Já os cavalos recolhidos por maus-tratos são tratados e já ficam aptos à adoção, sem a possibilidade de retornar ao antigo proprietário.

Conforme o representante da EPTC, 807 animais já passaram pelo processo de adoção. Destes, apenas três foram recolhidos novamente por haver desvio de finalidade. A adoção é realizada na forma de fiel depositário e supervisionada pelo Ministério Público, sendo que todos os cavalos que passam pelo Abrigo são microchipados. Hoje, há 39 animais no local, sendo que 14 estão aptos à adoção.

Bruno Wagner da Silva, diretor de Direitos Animais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams), explicou que a pasta faz a fiscalização do bem-estar animal, do abandono e das questões de higiene relativas ao tema. Ele informou que as denúncias de maus-tratos a cavalos vêm diminuindo significativamente, mas destacou que a população de equinos na zona rural de Porto Alegre é muito grande. Com relação às carroças, disse que os locais onde ainda há circulação maior são os bairros Restinga e Lomba do Pinheiro, além das imediações da Arena do Grêmio.

Já Maria Waleska Cavalheiro, curadora da Fundação Bichoterapia, abordou a irregularidade da coleta de lixo realizado por carroceiros. Ela afirmou que a Constituição Federal determina o serviço como competência privativa do Município e que este não pode permitir que outros o façam alegando uma “questão social”. O representante da EPTC argumentou que não há autorização, já que os carroceiros e outros catadores atuam por conta própria. Frisou, ainda, que em regiões como o Caminho do Meio e entorno da Arena há a presença de carroceiros de outros municípios da região metropolitana. Conforme ele, a circulação de carroças em Porto Alegre só é permitida na zona rural e na região das Ilhas.

Vereadores

Lourdes Sprenger destacou a necessidade de evitar a reincidência dos carroceiros, aplicando-se uma penalidade maior a quem for flagrada transitando fora das regiões permitidas. Ela informou que já encaminhou uma sugestão de regulamentação à presidência da EPTC.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD) concordou que é preciso multar os reincidentes e atentar aos carroceiros que realizam o carreto de podas de árvores, sobras de materiais de construção e outros, pois geralmente o resíduo é descartado de forma inadequada.

Para o vereador Hamilton Sossmeier (PSC), projetos que envolvam situações como a proibição dos carroceiros devem ser elaborados em conjunto com os outros municípios da Região Metropolitana. Também destacou a necessidade de conscientização da população para o descarte correto dos resíduos.

O vereador José Freitas (Republicanos) afirmou que a diminuição da circulação de carroças é visível, mas não vai acabar de forma definitiva, pois sempre haverá carroceiros que sairão das regiões permitidas para trafegar no restante da cidade. Ele ainda defendeu a inserção das pessoas que ainda dependem das carroças em outras atividades profissionais.

Encaminhamentos

Como encaminhamento, ficou definido o contato da Comissão com a presidência da EPTC para que seja realizada a normatização de multa e adotadas outras providências para evitar a reincidência. A Cosmam também solicitará incremento na sinalização das vias de entrada da Capital informando a proibição do tráfego de carroças.

A reunião sobre a Lei nº 10.531/2008 ainda contou com a participação de representantes da Agapan, Projeto Bicho de Rua, Sindicato dos Médicos Veterinários e Reciclagem Casa Rosa.

Texto: Ana Luiza Godoy (reg. prof. 14341).

Edição: Carlos Scmazzon (reg. prof. 7400).

Legislativo voltará a ter Frente Parlamentar sobre a Aids em Porto Alegre



Cosmam se reuniu hoje de manhã para discutir as doenças sexualmente transmissíveis. (Foto: Leonardo Cardoso/CMPA)

O resgate de uma Frente Parlamentar para debater a situação da prevenção e combate a Aids em Porto Alegre será prioridade para 2020, conforme o vereador Aldacir Oliboni (PT), proponente da pauta da reunião extraordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da quinta-feira (5/12). No encontro, presidido pelo vereador José Freitas (Republicanos), a coordenadora municipal HIV/Aids, Caroline Zacarias, apresentou dados do governo federal que colocam, pela primeira vez desde 2008, Porto Alegre fora do primeiro lugar entre as capitais brasileiras na identificação de casos da doença.

Em 2018, conforme os números, a cidade ficou em terceiro lugar no ranking de detecção, com uma pequena diferença para João Pessoa (PA) e Florianópolis (SC), com a identificação do vírus de 50 a cada 100 mil habitantes. Caroline ressaltou que é desafio do governo municipal implementar medidas que garantam maior acesso das populações-chave aos serviços de saúde; a melhor capacitação de profissionais; e o combate ao estigma e preconceito.

Mas o que parece um dado positivo pela ótica do governo pode, segundo representantes dos movimentos sociais, esconder um retrocesso das políticas públicas de saúde e ação social, tanto para quem não tem ou não sabe que tem o vírus, como para quem já foi diagnosticado e precisa de tratamento. De acordo com Carlos Alberto Duarte, vice-presidente do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (Gapa), a descentralização e transferência dos atendimentos para as unidades básicas, antes feitos nos centros de referência, dificultou o acesso aos serviços. Ele também lembrou que Porto Alegre está atrás de São Paulo, "que com uma população muito maior conseguiu zerar a transmissão vertical", quando crianças são contaminadas durante a gravidez.

“Porto Alegre já foi exemplo para o Brasil em políticas de prevenção e combate às DST/Aids. Hoje temos uma epidemia generalizada, com índices muito acima dos nacionais e internacionais”, que colocam a capital gaúcha como a com maior número de mortes em consequência da doença, 22 a cada 100 mil habitantes. Para ele, o resultado negativo de Porto Alegre está “na precarização da gestão, no desmonte dos serviços e na falta de diálogo com os movimentos sociais, porque aqui o gestor vira as costas para nós”.

Um exemplo de má gestão citado por Duarte é a forma em que a testagem rápida é aplicada na rede municipal, com horário marcado. “Se é com hora marcada não é rápida”, destacou ao afirmar que as pessoas relutam muito em se expor e procurar saber se estão ou não contaminadas com o HIV. “Aí, se chegam no posto e tem que marcar hora, tirar ficha, porque são algumas poucas restritas ao dia, vão embora e não voltam mais”, salientou. O Gapa, juntamente com Ongs, lançou recentemente uma campanha educativa, “Aids é Fato”, em alusão às manifestações de combate às *fake news*.

Presente ao encontro da Cosmam, o médico infectologista do Hospital Conceição, Breno Riegel Santos, disse que é a segunda vez que participa de discussões sobre o tema, mas que os problemas seguem sendo os mesmos, principalmente no distanciamento do Estado das pessoas que sofrem com a doença. Atuando desde a década de 70, o médico disse que os números de mortes reduziram drasticamente, o que não significa serem bons os atuais índices.

Para ele, o Brasil é um dos países que oferece o melhor sistema para tratamento de pacientes com HIV/Aids. “Temos uma infraestrutura admirável, com distribuição de medicamentos modernos e de qualidade em todo o país, e que apresentam resultados que permitem a uma pessoa tratada não morrer mais da doença”, afirmou. Declarou ainda que no Hospital Conceição a transmissão vertical foi zerada “faz tempo”, a partir da criação da Unidade de Prevenção a Transmissão Vertical (UPTV) e a aplicação de medidas como a testagem, não apenas da mãe, mas também do pai, o que permite dar início aos procedimentos de combate ao vírus ainda durante a gravidez.

Santos alertou ainda para a situação de outras doenças sexualmente transmissíveis que estão ressurgindo, e não diagnosticadas corretamente, como a clamídia, gonorréia e sífilis. “Temos um estudo que aponta uma grande circulação e é preciso um forte trabalho de conscientização, de educação”, disse o infectologista, diante da falta do uso de métodos preventivos, como o uso da camisinha.

Já a pediatra Carmem Lúcia Oliveira da Silva, coordenadora do Programa Aids do Hospital de Clínicas, classificou a situação digna de uma pandemia. Reclamou da falta de medicamentos nas farmácias públicas e que o efeito de não dar a medicação adequada é “desastroso”. Disse que mesmo diante da portaria do governo, publicada há um ano, determinando procedimentos para reduzir as transmissões verticais, as coisas não funcionam.

Encaminhamentos

Proponente da pauta, Oliboni afirmou que pretende resgatar, em 2020, a Frente Parlamentar instituída no Legislativo para o debate permanente da prevenção e combate à Aids na cidade. De acordo com Oliboni, a posição de Porto Alegre no ranking deve ser enfrentada e os vereadores têm um papel fundamental na discussão de medidas com ampla participação dos movimentos sociais, técnicos e especialistas.

Outra sugestão partiu da vereadora Cláudia Araújo (PSD), que defendeu a elaboração de um projeto de lei que obrigue pais a realizarem o exame de testagem do HIV no pré-natal. “Esse é um ponto que podemos colocar em discussão aqui na Cosmam ou mesmo na Frente Parlamentar no ano que vem”, disse a vereadora. Também participaram da discussão Maria Letícia Ikeda, da Secretaria Estadual da Saúde; o defensor público Enir Madruga de Avila; Gilmar Campos, vice-presidente do Conselho Municipal da Saúde; Tina Taborda Rovira, do Núcleo de Estudos da Prostituição; Cleiton Euzébio de Lima, diretor da UNAIDS Brasil; e Alexandre Boer, do coletivo Somos.

Texto: Milton Gerson (reg. prof. 6539).

Edição: Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062).

Sistema de Atenção à Saúde do Idoso foi tema na Cosmam



Comissão reuniu diversas entidades que debateram sobre o tema proposto.
(Foto: Elson Sempé Pedroso/CMPA)

Em reunião realizada na manhã da terça-feira (10/12) na Câmara Municipal de Porto Alegre, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) tratou da Fiscalização do Sistema de Atenção à Saúde e Bem-Estar do Idoso. Na oportunidade foi feito um debate em relação ao tema com o objetivo de verificar a situação do sistema desde os abrigos, casas geriátricas e de repouso, até os cuidados da Rede de Saúde Municipal com idosos.

Para a vereadora Lourdes Sprenger (MDB) que encaminhou a reunião, o tema surgiu após recebimento de várias denúncias de maus tratos em relação a idosos. “Desde 2013 temos recebido pedidos de providências sobre maus tratos em várias clínicas e residências, por isso resolvemos tratar esse tema mais de perto”, alertou.

Irregularidades

Participaram do debate entidades como a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) representada pelo agente de fiscalização da Vigilância Sanitária, Alexandre Almeida. Segundo ele, a secretaria acompanha atualmente em torno de 400 instituições voltadas a idosos. “O que vemos é uma grande irregularidade no que diz respeito à documentação destes estabelecimentos”, disse ao ressaltar que em relação a questões sanitárias, a maioria corresponde ao exigido. Almeida alertou ainda para o número de fiscais que atuam na área: “São poucos”.

Cláudia Spíndola, do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), alertou para a questão da competência de atuação do Conselho. “A legislação só nos permite atuar onde existe profissionais com formação em enfermagem, e diversas clínicas ou casas geriátricas atuam com técnicos em enfermagem, limitando nosso trabalho de fiscalização”. Ela disse ainda que a Anvisa não prevê para essas instituições a obrigatoriedade da permanência de profissionais de enfermagem.

Cidade Amiga

Já Lélío Falcão do Conselho Municipal do Idoso (Comui) defendeu a necessidade de uma participação maior do governo municipal em relação ao preparo da cidade para receber os idosos. “As calçadas e os ônibus deixam a desejar, sem falar na saúde”. Falcão lembrou que desde 2017 Porto Alegre possui um certificado de Cidade Amiga do Idoso. “Só que nunca fizemos o tema de casa e corremos sério risco de não termos esse certificado renovado”, considerou ele enfatizando que quem possui esse certificado salvaguarda certas garantias aos idosos como moradias em projetos habitacionais, agendamento em consultas, políticas garantindo transporte coletivo, proteção social básica além de vagas em cursos de capacitação e oficinas profissionais.

Daniela Machado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) reconheceu que houve um hiato de inatividade por parte do governo municipal em relação às coordenadorias voltadas aos idosos. “Estamos reatando as pontas com todos os órgãos que dizem respeito às políticas do idoso”, disse ela prometendo que no próximo mês de janeiro será feito um movimento em relação ao tema. “Teremos um novo ano com grandes atividades voltadas para os idosos”.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cristiano Martins, se manifestou dizendo que Porto Alegre é a capital que mais tem idosos no Brasil. “A população gaúcha é mais envelhecida do país, com 250 mil idosos e não podemos admitir falhas como as que temos hoje”, reclamou Martins alertando que muitos idosos morrem em filas nos hospitais sem atendimento. “Não podemos admitir isso”.

Depósitos

Também participaram do encontro os vereadores Aldacir Oliboni (PT) que fez alguns questionamentos. “Quais as políticas voltadas para os idosos que esse governo oferece”, perguntou Oliboni. José Freitas (Republicanos) defendeu a necessidade de se trabalhar melhor as questões de fiscalizações em casas e clínicas geriátricas: “Existem muitos depósitos por aí”. A vereadora Cláudia Araújo (PSD) lamentou que o município não disponha de um número necessário de casas de acolhimento para idosos. “Daí vão para lugares mais baratos como clínicas clandestinas que não pagam impostos”. Para Alvoni Medina (Republicanos), da Frente Parlamentar do Idoso, existem muitas falhas por parte do Poder Público. “É preciso que olhem mais para os idosos”, pediu questionando como será daqui a 15 anos. “Porto Alegre está envelhecendo”, disse Medina.

No encerramento da reunião ficou acertado que será solicitado para a prefeitura o número de clínicas conveniadas com o município e quantos idosos são atendidos além dos que aguardam atendimento, melhorias nas calçadas, número de estabelecimento irregulares e maior flexibilização na documentação dos mesmos. “De posse desses dados, faremos novo encontro para um debate mais amplo”, prometeu a vereadora Lourdes.

Também participaram representantes Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Associação dos Cegos, Fasc, Asilo Padre Cacique, Sindicato Nacional dos Aposentados.

Texto: Regina Andrade (rg. prof. 8.423).

Edição: Helio Panzenhagen (reg. prof. 7154).